



**Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do
Trópico Úmido**

MARIA RAIMUNDA MARTINS GONÇALVES

**TENSÕES, USO E APROPRIAÇÃO DA TERRA NO XINGU:
O caso da RESEX “Verde para Sempre”, Porto de Moz/PA.**

MARIA RAIMUNDA MARTINS GONÇALVES

**TENSÕES, USO E APROPRIAÇÃO DA TERRA NO XINGU:
O caso da RESEX “Verde para Sempre”, Porto de Moz/Pa.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará.
Orientadora da Profª. Drª. Marília Ferreira Emmi.

Belém
2011

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Gonçalves, Maria Raimunda Martins

Tensões, uso e apropriação da terra no Xingu: o caso da RESEX
“Vida para Sempre”, Porto de Moz/PA / Maria Raimunda Martins Gonçalves;
Orientador, Marília Ferreira Emmi. – 2011.

198 f.: il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos
Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

1. Camponeses - Luta - Porto de Moz (Pa). 2. Terras - Divisão e
demarcação – Porto de Moz (Pa). 3. Reserva Extrativista Verde para
Sempre (Porto de Moz, PA). I. Emmi, Marília Ferreira orientador. II. Título.

CDD 22 ed. 332.71098115

MARIA RAIMUNDA MARTINS GONÇALVES

**TENSÕES, USO E APROPRIAÇÃO DA TERRA NO XINGU:
O caso da RESEX “Verde para Sempre”, Porto de Moz/Pa.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará.
Orientadora da Prof^a. Dr^a. Marília Ferreira Emmi.

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a. Marília Ferreira Emmi
Orientadora, NAEA/UFPA

Prof^o. Dr. Josep Pont Vidal
Examinador - NAEA/UFPA

Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra
Examinador Externo – NEAF/UFPA

A meus pais, João e Maria, que me ensinaram os valores de justiça e liberdade, bem como a necessidade da luta ao lado dos desvalidos da terra por um mundo mais justo e fraterno.

AGRADECIMENTOS

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos que me proporcionou um ambiente estimulante de reflexão, debates, de conhecimentos, de informações e de estrutura material para a realização deste trabalho;

À Secretária de Educação do Estado do Pará que me permitiu o tempo necessário e apoio financeiro, através da bolsa de estudos, sem a qual este trabalho seria muito mais difícil;

Aos profissionais da Biblioteca do NAEA, pela dedicação;

À Prof^ª. Dr^ª. Marília Emmi que orientou minha pesquisa com interesse, dedicação, competência, sensibilidade e solidariedade nos momentos de dificuldades.

Aos camponeses do baixo Xingu, que me proporcionaram uma lição de amor e alegria pela vida, em meio a tantos desafios;

À Associação do Rio Arimum, Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz, STTR, Colônia Z-64, SEMUT de Porto de Moz, pelas informações prestadas, a Angela Campos e Creusa Ribeiro;

A Cilene Oliveira pela compreensão e amor nessa jornada;

Às amigas queridas, incansáveis estimuladoras do meu crescimento humano Cátia Macedo e Cristiane Burlamaqui, muito obrigada;

À minha turma do NAEA, pelos momentos de aprendizagem e lazer;

Aos meus irmãos e irmãs pelo amor incondicional, suporte emocional e espiritual nessa jornada.

RESUMO

A luta dos camponeses pela terra no Xingu na virada do século XXI é o foco deste trabalho. Trataremos das formas de organização e luta do campesinato dentro da dinâmica global/local que desembocou na criação da RESEX “Verde para Sempre”, no município de Porto de Moz, no Estado do Pará. É na memória dos grupos sociais e por meio da pesquisa de campo que se buscou a perspectiva camponesa de desenvolvimento, e suas ações e estratégias para permanência em seus territórios diante do avanço do grande capital para o campo a partir da década de 1960 na Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato. Reserva Extrativista. Desenvolvimento. Porto de Moz.

ABSTRACT

The peasants' struggle for land in the Xingu at the turn of the twentieth century is the focus of this work. We will deal with forms of organization and struggle of the peasantry within the global/local dynamic that led to the creation of the extractive reserve "Verde para Sempre" in the municipality of Porto de Moz, state of Pará. It was in memory of social groups and through the research field that we seek the peasant perspective of development, and its actions and strategies to remain in their territories against the advancing of big business to the field from the 1960s in the Amazon.

Keywords: Peasantry. Extractive Reserve. Development. Porto de Moz.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1- Localização da Reserva Extrativista Verde Para Sempre.....	13
Figura 1- Linha do tempo da luta pela terra dos camponeses do baixo Xingu	117
Fotografia 1- Pesquisadores, sindicalistas, camponeses na construção das áreas comunitárias	122
Fotografia 2- Croqui das áreas comunitárias de Porto de Moz.....	123
Fotografia 3:Organização das comunidades camponesas de Porto de Moz.....	126
Fotografia 4: Organização das comunidades camponesas de Porto de Moz.....	126
Fotografia 5: Ação das empresas madeireiras nas comunidades rurais de Porto de Moz	132
Fotografia 6: Bloqueio do rio Jaurucu pelas comunidades camponesas de Porto de Moz.....	134
Mapa 2: Comunidades pesquisadas	143
Fotografia 7: Comunidade Católica de S. Sebastião de Juçara após a programação religiosa no domingo.....	144
Fotografia 8: Espaço de funcionamento do projeto de movelaria da comunidade São Sebastião de Juçara.....	145
Fotografia 9: Poço artesiano da comunidade de São Sebastião de Juçara.....	149
Fotografia 10: Vista da Vila Bom Jesus do rio Coati.....	151
Fotografia 11: Espaço que sedia o programa PET e Saberes da terra na Vila Bom Jesus do rio Coati.....	153
Fotografia 12: Criação de búfalos no rio Quati.....	162
Fotografia 13: Chegada a Comunidade de Nossa Senhora do Pépetuo do Socorro.....	165
Fotografia 14: Capela da Comunidade do rio Arimum.....	165
Fotografia 15: Visita dos camponeses de Porto de Moz a Resex extrativista “Tapajós-Arapiuns”	168
Fotografia 16: Escritório da comunidade do rio Arimum, cidade de Porto de Moz...	169

LISTA DE SIGLAS

AIMEX Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do PARÁ

APEP Arquivo Público do Estado do Pará

CDS Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz

CNPT Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

CPP Comissão Pastoral da Pesca

CPT Comissão Pastoral da Terra

DED Serviço Alemão de Cooperação Técnica

FVPP Fundação Viver Produzir e Preservar

IBAMA Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERPA Instituto de Terras do Pará

LAET Laboratório Agro-ecológico da Transamazônica

MCT Ministério da Ciência e Tecnologia

MDTX Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu

MMA Ministério do Meio Ambiente

MPEG Museu Paraense Emílio Goeldi

MPST Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica

MST Movimento Sem-Terra

ONG Organização Não-Governamental

PSB Partido Socialista Brasileiro

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT Partido dos Trabalhadores

RESEX Reserva Extrativista

SEMUT Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção social.

STTR Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto de Moz

UC Unidade de Conservação

UFPA Universidade Federal do Pará

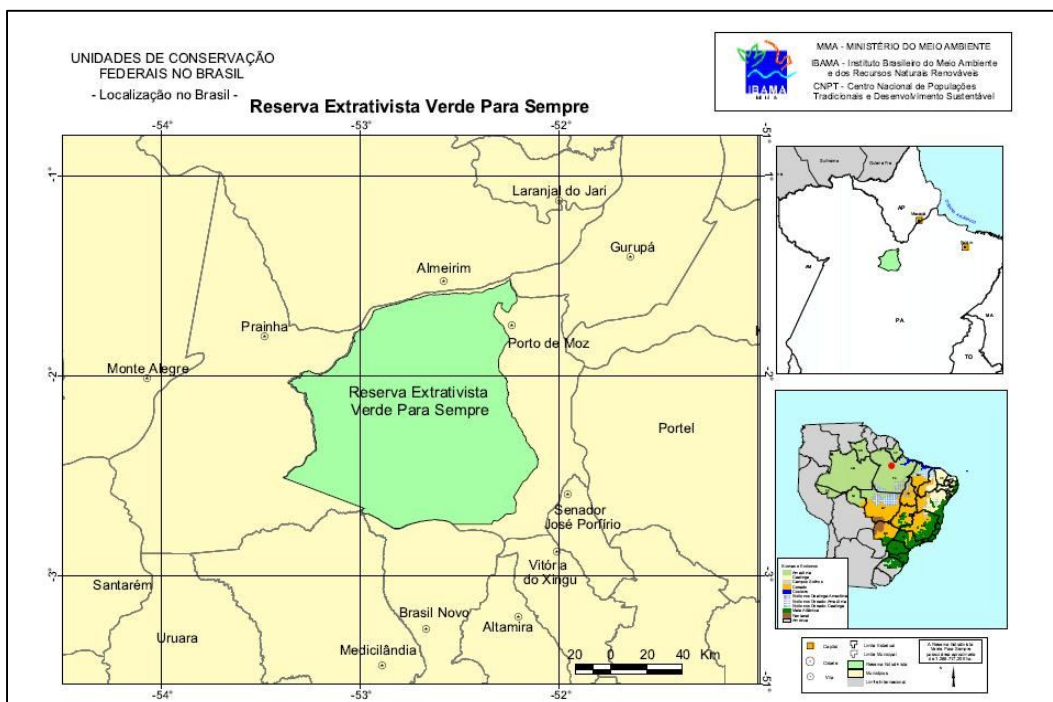
SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL	37
2.1 A HISTÓRIA AGRÁRIA BRASILEIRA E O PAPEL DO CAMPESINATO.....	37
2.2 AMAZÔNIA: MODERNIZAÇÃO E QUESTÃO AGRÁRIA	44
2.3 CAMPESINATO AMAZÔNICO: PARTICULARIDADES E DIVERSIDADES NAS FORMAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL	55
3 ÁREAS PROTEGIDAS: A CONSTRUÇÃO DA IDÉIA DE PRESERVAÇÃO E SEUS IMPACTOS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA	70
3.1 HISTÓRICO SOBRE IDÉIAS E EXPERIÊNCIAS SOBRE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO DA NATUREZA	70
3.2 AS TRANSFORMAÇÕES DA CONCEPÇÃO DE CONSERVAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS NO CONTEXTO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: A NOVA RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA	74
3.3 TRAJETÓRIA DAS EXPERIÊNCIAS DE ÁREAS DE PROTEÇÃO NO BRASIL: CONCEPÇÕES E CONFLITOS.....	79
3.4 UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA: AS RESERVAS EXTRATIVISTAS E A POLÍTICA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA NO FINAL DO SÉCULO XX.....	87
3.5 ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A IMPLANTAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS E A LUTA PELA TERRA NO PARÁ (1980/1990).....	95
4 PORTO DE MOZ: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DO BAIXO XINGU.....	100
4.1 DO ALDEAMENTO MATURÚ À CIDADE DE PORTO DE MOZ: MISSIONÁRIOS, SOLDADOS, AVENTUREIROS, VIAJANTES, INDÍGENAS NA CONQUISTA DO XINGU.....	100
4.2 “OS SERINGUEIROS INVADIRAM A REGIÃO”: O XINGU OITOCENTISTA.....	103
5 A IMPLANTAÇÃO DA RESEX “VERDE PARA SEMPRE” E OS NOVOS DESAFIOS DO CAMPESINATO DE PORTO DE MOZ.....	117
5.1 MEMÓRIAS DA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL EM PORTO DE MOZ E AS ALTERNATIVAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA TERRA.....	118
5.1.1 A década de 1980: ameaça e tensões da expropriação da terra e dos recursos naturais nas comunidades camponesas de Porto de Moz/PA.....	118
5.1.2 A década de 1990: o avanço das grandes empresas madeireiras sobre na região do baixo Xingu.....	124
5.1.3 Da resistência ao enfretamento: estratégias de permanência na terra.....	129
5.2 A DIVERSIDADE DAS DEMANDAS E OS DESAFIOS DE UM PROJETO CAMPONES.....	142
5.2.1 A comunidade de São Sebastião de Juçara.....	143
5.2.2 A Vila Bom Jesus do rio Quati.....	151
5.2.3 A Comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do rio Arimum.....	165
5.3 OS DESAFIOS DAS COMUNIDADES LOCAIS APÓS A CRIAÇÃO DA RESEX.....	174
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS	185

1 INTRODUÇÃO

A luta dos camponeses pela terra no Xingu, na virada para o século XXI, é o objeto central de reflexão deste estudo. Entender as tensões, as formas de organização, e a luta do campesinato do Xingu dentro da dinâmica global/local que desembocou na criação da RESEX¹ “Verde para Sempre”, no município de Porto de Moz, no estado do Pará, é o foco central dessa proposta de pesquisa.

Mapa 1- Localização da Reserva Extrativista “Verde Para Sempre”.



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2004).

No dia 08 de novembro de 2004, o Diário Oficial da União publicou o decreto de criação da RESEX “Verde Para Sempre”, localizada no município de Porto de Moz, mais especificamente na foz do Rio Xingu, no estado do Pará. A RESEX estende-se por uma área de um milhão duzentos e oitenta e oito mil e setecentos e dezessete hectares. Consta no artigo 2, deste decreto, que a RESEX tem por objetivo “assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista

¹ Segundo Allegretti (1994, p. 19) “as reservas extrativistas são espaços territoriais protegidos pelo poder público, destinado à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos extrativos, reguladas por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável pela política ambiental do país (IBAMA).”

local”². No mesmo documento responsabiliza o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) pela administração, implantação e controle da RESEX e, ainda, pela a função de promover e executar as desapropriações dentro da área da RESEX.

A implantação da RESEX “Verde para Sempre” em Porto de Moz se apresenta num quadro de grave crise social e política no Xingu, e da pressão de organismos nacionais e internacionais ligados aos direitos humanos e ambientais sobre a situação denunciada de forma sistemática pelos setores da sociedade local, nacional e internacional. O Xingu, pouco estudado do ponto de vista da luta camponesa, passava a ser foco, no início do século XXI, da sociedade nacional e internacional diante da emergência de conflitos entre os atores sociais que se encontram neste espaço: indígenas, camponeses, quilombolas, grande capital privado e o Estado. Assim, se desloca a atenção da grande imprensa, dos partidos políticos, dos estudiosos e da mídia, da região sudeste do estado do Pará, que, historicamente, se apresentou como a principal área de conflito pela terra no Brasil na segunda metade do século XX, para os conflitos agrários no Xingu.

Após a *débâcle* da economia da borracha, o Xingu passou por décadas de isolamento das questões econômicas e políticas nacionais e locais. A região voltou a ser alvo de interesses do Estado brasileiro e do grande capital internacional, particularmente a partir dos anos de 1960, época dos grandes projetos que visavam a integração da Amazônia à economia nacional. Esta situação é agravada radicalmente a partir da tomada do poder pelos militares no Brasil que passaram a constituir um audacioso plano de integração da região com vista à defesa e à integração ao país.

Na segunda metade do século XX ocorrera o início da exploração predatória dos recursos naturais em Porto de Moz, desestruturando a vida das comunidades camponesas locais. Outros atores sociais emergiram no Xingu, resultantes dos impactos dos grandes projetos militares na Amazônia, como os pescadores profissionais da região do Tocantins impactados pelo projeto da hidrelétrica de Tucuruí, e que passaram a migrar para a região do Xingu na busca do pescado, que

² Diário oficial da União, edição número 215 de 09.11.2004.

se tornou escasso com o grande projeto hidrelétrico na região; as grandes empresas madeireiras de grande capital privado, que passaram a substituir os pequenos comerciantes locais e a praticar uma exploração intensiva da madeira através do uso de novas tecnologias; os grandes latifundiários que passaram a apropriar-se de terras tradicionalmente ocupadas pelo campesinato local (EMMI, 1999). Essas tensões convergem para a expulsão dos camponeses das áreas que historicamente ocupavam e a uma exploração dos recursos naturais que se tornava insustentável para a reprodução social das comunidades camponesas locais.

Sember (2001) ao analisar a ação da indústria madeireira na Amazônia aponta como fator estruturante dessa ação a postura permissiva do poder federal e estadual na região, face o interesse do mercado, no caso a maximização dos lucros. Ora, podemos dizer que esta postura dos governos não é exclusiva para a indústria madeireira, mas a todos os empreendimentos que carregam a ideia de modernização das estruturas de produção dos povos da Amazônia, em particular o extrativismo, visto como ultrapassado e primitivo. A proposta de integrar a Amazônia ao mercado nacional e internacional não teve a contrapartida de instrumentos efetivos de controle sobre essa integração levando aos conflitos estabelecidos entre os governos, o capital privado, as ONG e as comunidades camponesas.

Se por um lado temos a intenção das políticas nacionais e estaduais de desenvolvimento econômico e social, através de grandes projetos de natureza exógena, de outro lado temos as mesmas instituições fazendo o papel de arautos de uma política de preservação do meio ambiente. Como resultado se apresenta uma realidade ambivalente, contraditória, já que não se apresentam as formas e os meios efetivos que levem à comunhão de dois termos muito difíceis de conjugar na Amazônia: desenvolvimento e preservação. Essa conjuntura complexa se torna insustentável para os camponeses, distantes das instâncias de poder, de informações e instrumentos que deem acesso às instituições que permitam a mudança efetiva de suas vidas.

As décadas de 1980/1990 se apresentam como tempo de tensão entre os camponeses e os novos atores sociais (os madeireiros, os pescadores profissionais e os latifundiários). Tempo de novos desafios, de novos combates, que necessitavam da organização de novas formas de luta, de novas alianças, no

embate contra os vários tipos de exploração no baixo Xingu que ameaçavam as formas de reprodução social do campesinato (HÉBETTE, 2002; MAGALHÃES, 2002; MOREIRA, 2004).

O quadro de tensão entre os vários atores sociais em luta pela terra acentuou o grau de organização da sociedade civil no município de Porto de Moz, por meio do auxílio e da cooperação de instituições de diversas naturezas, tais como acadêmicas, científicas, políticas, sindicatos, e a Igreja Católica em face da necessidade de manutenção da terra e da defesa da reprodução da vida social das comunidades camponesas que residem na região³. Essa conjuntura de luta chega a uma situação limite nos primeiros anos do século XXI, quando o Governo Federal passou a intervir de forma direta nos conflitos do local, através da criação de reservas extrativistas⁴, entre essas a RESEX “Verde para Sempre”.

Importante notar que no mesmo período da efetivação dos decretos presidenciais sobre a criação das RESEX, e da vinda da então ministra do meio ambiente, Marina Silva, para um encontro com os movimentos sociais que lutam pela direito à terra na Amazônia, os latifundiários deram mostra da sua opinião sobre as conquistas dos camponeses na Amazônia, e da forma como estes resolvem os conflitos da região, assassinando uma das lideranças da luta dos camponeses pelo direito a terra, a missionária Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, gerando um grande mal-estar entre o Governo Federal e os organismos de direitos humanos mundiais.

A violência, os conflitos e as mortes entre os camponeses e os novos agentes do grande capital acentuaram-se na década de 1990 no município de Porto de Moz. Isso posto restou aos camponeses duas saídas: a subordinação ou a sublevação diante das ameaças em curtíssimo prazo das suas formas de vida. Escolheram a segunda opção. Do enfrentamento direto dos comunitários às ameaças à posse da terra, às alianças com os setores progressistas locais, nacionais e internacionais, os

³ Ver Moreira (2004).

⁴ Para Allegretti (2002) é de profunda relevância notar que a construção institucional da reserva extrativista, enquanto desafio de desenvolvimento sustentável, que busca o equilíbrio entre a preocupação do uso racional dos recursos naturais e crescimento econômico com a garantia de equidade social, foi uma construção nativa, dos povos da floresta, particularmente dos seringueiros do Acre, que viam nessa proposta a garantia de seus territórios (reforma agrária ambiental) e a garantia de uma vida melhor.

camponeses fizeram a história, e demandaram dos poderes públicos a garantia do direito à terra, através da decretação da RESEX, como um primeiro passo, primeiro combate, de uma reforma agrária que venha ao encontro de seus interesses. Mas quais são os interesses, projetos, sonhos, que motivaram e motivam as lutas camponesas no baixo Xingu?

Diante desse cenário complexo nos chama a atenção as formas de reprodução social do campesinato do Xingu, tão pouco estudado pela literatura acadêmica sob a perspectiva dos atores comuns, entendidos aqui como a população resultante do processo de ocupação, de exploração e da adaptação à floresta, ao longo da história da região. Interessa-nos entender como esses camponeses se integraram dentro de quadro conflituoso entre o Estado, o mercado e as ONG na virada do século XXI. Que estratégias utilizaram na luta pela terra diante de um quadro adverso? Como se deu e sob que critérios se forjaram as alianças entre os camponeses e as ONG, a Igreja Católica, e os outros movimentos sociais que se solidarizaram na luta pela terra no Xingu? Com a implantação da RESEX, os interesses apresentados e representados na política de gestão da mesma são demandados dos atores locais?

São de fundamental importância as pesquisas sobre a questão fundiária no Brasil e na Amazônia, visto que essas são postas como *démodé*; superadas pela modernização por que passou a América Latina e o Brasil na segunda metade do século XX, reminiscência de nosso passado agrário, atrasado, rural, diante de um presente marcado pela complexidade do mundo urbano e industrial massificador da realidade social. Esquecem os propagandistas da modernidade que a maior parte da população brasileira foi alijada do processo de modernização da sociedade nacional e, em particular, setores significativos do campesinato que sofreram um processo de pauperização diante do avanço das relações capitalistas no campo.

Segundo Guerra (2002), o processo de expansão do capitalismo para o campo, concomitante com a bandeira da reforma agrária na América Latina a partir dos anos de 1970, é uma das faces do processo de garantia da reprodução do sistema capitalista, que se configura no espaço rural através da desconcentração da terra e do poder diante de um quadro histórico de concentração fundiária na América Latina. Essa situação eliminou progressivamente uma massa de trabalhadores rurais

do processo de produção e consumo comprometendo o processo de acumulação e dinamização do sistema capitalista.

Isso posto, podemos dizer que a bandeira da reforma agrária representa tanto a proposta dos setores progressistas da burguesia quanto uma bandeira de luta do movimento camponês e dos socialistas, com natureza e perspectivas distintas. O processo de modernização do campo é parte de uma estratégia que garante a dinamização das relações capitalistas no mundo rural, e a questão agrária torna-se foco central da arena política a partir da década de 1970 na América Latina. Escusado dizer que sob ideologias distintas.

As críticas ao processo de modernização do mundo rural se direcionam no sentido de sua seletividade e de seu segregacionismo, visto que este processo elimina a maioria dos camponeses dos benefícios da modernidade levando-os a uma situação de pauperização e, como fator mais agravante e alarmante, leva-os a um quadro de expropriação que lhes retira a terra comprometendo a reprodução da sua vida social e material.

Segundo Guerra (2002), a maioria dos camponeses excluídos do processo de modernização capitalista no campo tomou a cena política na América Latina na segunda metade do século XX. No Brasil é importante observar a forte presença campesina no cenário político no último quartel do século XX, perceptível nas estratégias de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em ocupações e enfrentamentos diretos com os poderes locais em todo o país; no campo institucional os camponeses foram à luta pela garantia de subsídios e incentivos diretos e diferenciados aos pequenos produtores rurais, através da conquista do FNO especial; na tomada dos cenários urbanos através do Grito do Campo em que apresentam suas demandas; nos organismos e fóruns nacionais e internacionais denunciando a situação de miséria, abandono e violência que lhes é imposto sob os olhares do Estado nacional. Os camponeses se apresentaram no cenário nacional com uma pauta própria, sem atrelamento aos outros movimentos sociais, recusando a imagem de resquício a ser superado do atraso tecnológico no campo (SOUZA, 2002).

Mesmo sob intensa participação no cenário político latino-americano e nacional o entendimento acadêmico e político sobre o papel do campesinato no processo de

modernização das estruturas socioeconômicas da sociedade brasileira foi por muito tempo invisibilizado nos estudos sobre os movimentos sociais no Brasil. Segundo Gohn (2008), o movimento camponês e feminino ainda espera ser analisado a fundo pelo olhar das ciências humanas e sociais. O processo de modernização das estruturas produtivas no Brasil ao longo do século XX fez emergir novas estruturas e atores sociais para os quais a academia se voltou com especial atenção, como a formação e a experiência dos trabalhadores no cenário de um mundo urbano e industrial; as formas de organização e luta operária no Brasil; a formação de uma burguesia industrial no país; a emergência das camadas médias e urbanas e seu papel na arena política nacional. O foco centra-se na experiência de consolidação do capitalismo urbano-industrial no país. Com isso marginalizaram-se os atores sociais históricos, como os camponeses, que passaram a ser entendidos como resquícios de uma realidade a ser superada pelas novas forças socioeconômicas surgidas no contexto do século XX.

Para Martins (1983), a história da luta do campesinato contra a desapropriação de suas posses diante do avanço das relações capitalistas no campo, foi deposto para segundo plano devido a uma concepção histórica, herdada pelos partidos de esquerda do Brasil, de natureza evolucionista e positivista sobre o papel dos camponeses no sistema capitalista. Por essa concepção, o campesinato desapareceria ou se subordinaria, enquanto classe, pela intensa expropriação como parte do processo de consolidação das relações mercantis no campo.

Ao contrário das previsões apocalípticas sobre o fim dessa categoria na fase de consolidação das relações capitalistas no Brasil, o que percebemos nas últimas décadas do século XX é a emergência da luta dos camponeses em todo território nacional, o fortalecimento das suas formas de organização (sindicatos rurais, federações sindicais, centrais sindicais, congressos nacionais), e a ampliação de suas alianças com outros grupos sociais excluídos das benesses do capital (EMMI, 1999; GUERRA, 2002; SOUSA, 2002; ALMEIDA, 2009).

Percebe-se no limiar do século XXI, a constituição de uma tênue aliança de vários grupos sociais pelo seu direito à vida no Brasil. Isso é apresentado de forma clara na formação de uma frente unificada em defesa do rio Xingu, contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte no Pará. Essa frente é constituída por

vários grupos sociais (indígenas, camponeses, quilombolas, assentados, atingidos por barragens, e o setor progressista da Igreja Católica) que possuem interesses diversos, mas têm como ponto comum a exclusão do poder político institucional e econômico do Brasil e da Amazônia, mas que resistem e lutam contra a ameaça real aos seus modos de vida.

Os camponeses buscam o seu espaço dentro da modernidade, procuram manter ou adaptar suas formas de reprodução social diante da desestruturação movida pelos agentes do capital e dos interesses estatais (MAGALHÃES, 2009). É necessário entender as estratégias de reprodução camponesa na globalização-mundialização para avançarmos na luta pelos direitos sociais no país, do direito das pessoas comuns à cidadania, à vida e à liberdade. Falar sobre o campesinato é revisar a escrita da história nacional, apresentar o outro lado da história, a dos marginalizados e ocultos pelos que dominam a sociedade nacional.

É dentro do quadro das lutas camponesas contemporâneas, de novos enfrentamentos do movimento camponês no município de Porto de Moz, no Xingu, que se insere a proposta desta pesquisa.

O município de Porto de Moz tornou-se foco das questões fundiárias na Amazônia nos anos iniciais do século XXI, quando as denúncias sobre a violência dos conflitos fundiários entre camponeses, madeireiros, latifundiários, e geleiras ganhou espaço na imprensa local e nacional. A exploração dos recursos naturais chegou a um limite insustentável para a reprodução social dos camponeses, e o confronto passou a ser inevitável.

Apesar de ser uma área de ocupação antiga na Amazônia, as primeiras informações da região são apresentadas por documentos oficiais e por diários de viajantes nos séculos XVIII e XIX, temos poucos estudos sobre a questão fundiária neste espaço. Esses se concentram na região sudeste do Pará, das décadas de 1960 a 1980, período febril da concentração e conflitos pela terra no Brasil (PINTO, 1982; MARTINS, 1983; EMMI, 1999). O Xingu das lutas camponesas contemporâneas pela terra, na dinâmica do capital na era da globalização, dos movimentos de defesa da floresta, da ação estatal através de grandes projetos, como Belo Monte, da unidade da luta dos movimentos sociais para a garantia de sua reprodução, está à espera de ser analisado, refletido e debatido pela academia.

Sobre o Xingu se construiu uma imagética nacional e internacional de um espaço habitado pelos povos indígenas em confronto com a expansão/integração da sociedade nacional. Porém, os rios, lagos, e igarapés da região são espaços de povoamento antigo da colonização portuguesa no vale amazônico, como é o caso da aldeia dos Muturus, no baixo Xingu, primeiro nome de Porto de Moz. Essa memória histórica da apropriação e luta pela terra no Xingu precisa ser revisitada e entendida. A pesquisa sobre a história agrária, o processo de reprodução camponesa, possui um espaço que ainda deve ser preenchido pelos estudos acadêmicos, em particular, os que têm por perspectiva um olhar sobre as luta do movimento camponês pela terra, na qual se insere a proposta dessa pesquisa.

Segundo dados do IBGE (2010) o município de Porto de Moz está situado na mesorregião do Baixo Amazonas e integra a microrregião do Almeirim. Possui uma extensão territorial de 16.999 km², e uma altitude de 30 metros na sede municipal, com as seguintes coordenadas geográficas: 1°45'00" de latitude Sul, e 52°14'15" de longitude W Gr. A sede do município esta situada à margem direita do rio Xingu, assentada numa extensa enseada, em terreno plano e enxuto. A malha urbana da sede do município, que recebe a mesma denominação, obedece a um traçado xadrez, com ruas largas, sendo que na zona central, avenidas e ruas são pavimentadas em cimento concreto⁵.

Os dados do SEPOF/IBGE⁶ apresentam os seguintes limites para o município de Porto de Moz: ao norte: o município de Almeirim; a leste: os municípios de Gurupá, Melgaço, e Portel; ao sul: os municípios de Vitória do Xingu, Brasil Novo, e Senador José Porfírio; ao oeste: o município de Prainha. A estrutura geológica do município é constituída essencialmente por rochas sedimentares da formação Alterdo-Chão, de idade cretácea/terciária, cujos tipos predominantes são: arenitos, silitos, argilitos e conglomerados vermelhos e amarelados. O ambiente de sedimentação é tipicamente flúvio-continental, destacando-se depósitos de leques aluviais e planície de inundação, com seu depósito de barro de pontal e preenchimento de canais. No todo da unidade, os arenitos cedem lugar a uma imensa carapaça laterítica ferruginosa, aluminosa (bauxitífera) e manganesífera, desenvolvida à expensa dos

⁵ Conferir em: <http://www.sepof.pa.gov.br/>. Acessado em: 23 de Fev. 2010.

⁶idem

processos supergênicos. Assomam ainda, sedimentos não consolidados de idade quaternária (areia, salites, argila, e cascalhos), da extensa planície aluvial central ao Amazonas.

O município de Porto de Moz está recoberto por três tipos de vegetação: na região das Formações Pioneiras do Baixo Amazonas, predominam a vegetação aluvial campestre e, com menor escala, arbustiva. Os outros dois localizam-se em terras firmes, sendo a floresta Densa dos Altos Platôs Xingu/Tapajós de grande porte e volume de matérias superior a 200 m³ hectares e a floresta Densa de Baixos Platôs do Pará/Maranhão/Amapá. Espaço de transição entre várzea e floresta (IBGE, 2010).

Predominam no município os seguintes tipos de solo: Latossolo Amarelo distrófico, textura média; Latossolo Amarelo distrófico textura argilosa; Petroplintossolo distrófico textura argilosa (solos Concrecionários Lateríticos) Plintossolo distrófico textura argilosa; prodzólico Vermelho Amarelo textura média / argilosa; Glei pouco úmido distrófico e eutrófico, textura argilosa e os solos aluviais distróficos, textura indiscriminada⁷.

Segundo os dados de população disponibilizados pelo censo realizado em 2010, pelo IBGE, o município de Porto de Moz/PA possui uma população total de 33.951 indivíduos, sendo que 14.586 residem na sede do município (área urbana), e 19.365 indivíduos habitam a área rural.

Os dados populacionais são confirmados pela Prefeitura Municipal de Porto de Moz. Esta, baseada nos cadastros das famílias beneficiadas com os programas sociais do Governo Federal, observa o crescimento populacional principalmente na área da sede do município, verificável pela abertura de novos bairros. Com a implantação da RESEX “Verde para Sempre” no ano de 2004, o município sofreu a perda de 75% de seu território; com a perspectiva da construção da hidrelétrica de Belo Monte, a área que pertence a Porto de Moz sofrerá ainda com os impactos da barragem. A síntese desse quadro é uma situação de instabilidade nas comunidades camponesas, frente ao futuro que se revela pouco amistoso. É neste espaço de luta e resistência campesina que se constitui nossa pesquisa.

O estabelecimento da RESEX “Verde para Sempre”, por decreto sancionado pelo presidente da República do Brasil no ano de 2004, em Porto de Moz, de certa

⁷ Conferir em SEPOF/PA (2008).

forma evidencia a conjuntura de lutas de várias forças econômicas e sociais na Amazônia, como movimentos sociais organizados (comunidades camponesas, igrejas, sindicatos, ONG⁸, instituições de pesquisas, universidades, clubes de mães); a indústria madeireira; os interesses do capital internacional e do Estado brasileiro travados ao longo dos anos de 1990 na região.

A situação de instabilidade em Porto de Moz representa as faces de duas grandes tendências de apropriação dos recursos da floresta: uma desenvolvimentista e outra preservacionista, que se apresentam ora excludentes, ora associadas. Essas tendências locais evidenciam, em escala micro, as transformações das representações geopolíticas e econômicas na Amazônia para os interesses nacionais e internacionais no final do século XX, gerando tensões e conflitos.

A análise dos conflitos que emergem na Amazônia exige do pesquisador uma visão dinâmica e complexa da totalidade da realidade social. Não podemos entender os conflitos locais sem pensar nas redes de conexão do sistema capitalista a que estão inseridos, pois, parte do entendimento da realidade local está vinculada ao conhecimento da conjuntura internacional. Sendo assim, torna-se oportuna uma reflexão sobre as faces do capitalismo na era da globalização e suas implicações específicas na questão fundiária no Xingu no século XXI.

A problemática que norteia a presente pesquisa é: como entender as estratégias de luta pela terra do campesinato, no processo de emergência de um modelo oficial de regulamentação fundiária na Amazônia, e diante de um discurso do paradigma de desenvolvimento sustentável gerado pela crise ambiental, no contexto da implantação da RESEX “Verde para Sempre” no Xingu?

Como se deu a leitura e ação do campesinato num quadro de intensa luta entre setores interessados na exploração dos recursos naturais da região, como a indústria madeira, os latifundiários, a pesca industrial; e de outro lado, os interesses estratégicos do Estado nacional, diante da pressão internacional, no sentido da formulação e implementação de políticas públicas de natureza preservacionista?

⁸ Segundo Buclet (2002) essas são agrupamentos de pessoas e recursos com o objetivo de produzir bens ou serviços. Esse autor analisou o papel das ONG na Amazônia oriental e apresenta um quadro de indefinição institucional e identitário, bem como as caracteriza pela diversidade e desorganização de suas ações.

Que meios os camponeses que habitavam historicamente a foz do rio Xingu constituíram para o enfrentamento diante dos grupos econômicos locais e internacionais na eminência do esgotamento dos recursos naturais da qual necessitavam para sobreviver (roça, madeira, pesca) e da expropriação de suas posses? Como articularam redes de resistência e de luta com outros grupos sociais excluídos do Xingu? De que forma os camponeses se aproximaram, interpretaram, e se aliaram aos movimentos ambientalistas e ao discurso sustentável das instituições federais para garantir seus territórios? São essas as inquietações que sustentam a perspectiva de nossa análise.

As hipóteses que nortearam a pesquisa são sustentadas nas seguintes premissas: em primeiro lugar consideramos que o uso do discurso ambiental e as alianças com os movimentos sociais que visam essa demanda é uma nova etapa da luta dos camponeses da RESEX “Verde para Sempre” em Porto de Moz/PA pela manutenção de territórios e modo de vida; em segundo lugar, avaliamos que a forma como se constituiu a RESEX “Verde para Sempre” (gestão, posse, e uso do território) criou conflitos entre as comunidades camponesas que a constituem contribuindo para seu enfraquecimento diante das várias instâncias de poder; em terceiro lugar, ponderamos que o estabelecimento e regulamentação da RESEX “Verde para Sempre” no Xingu não garante a amenização das tensões e conflitos entre os camponeses, o poder estatal e o poder privado na luta pela sua reprodução social.

O estudo sobre a luta pela direito à reprodução social dos camponeses da RESEX “Verde para Sempre” em Porto de Moz/PA⁹, permite-nos conhecer faces da luta pela terra e a garantia da sustentabilidade, ou seja, a garantia da vida nas comunidades camponesas da foz do rio Xingu, dentro de um quadro de efervescência política desses grupos contra as empresas madeireiras, os latifundiários e a pesca industrial.

Pensar as relações entre o campesinato no baixo Xingu no limiar do século XXI dentro da dinâmica das sociedades capitalistas ocidentais nos remete a

⁹ Nossa primeira estadia no município de Porto de Moz/PA ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2007 no trabalho de docência no curso de licenciatura em história.

entender alguns conceitos que foram utilizados para a reflexão sobre a realidade social estudada que são: a ideia de campesinato; de movimentos sociais; de memória social. Assim, o significado do termo camponês como entendido neste trabalho é apreendido a partir das reflexões das obras de Martins (1983) e D'Incao (2002) que o compreendem como um modo de vida, uma forma de organização social de pequenos produtores rurais, que tem por base as relações familiares e de parentesco.

O termo tem como base os clássicos europeus da virada do século XIX e início do século XX. A definição do conceito de campesinato feito por D'Incao (2002) tem por objetivo a crítica aos modelos teóricos da agricultura empresarial/capitalista que analisa o modo de produzir desses produtores desarticulados de seu modo de vida. O campesinato é entendido nesta pesquisa como os grupos sociais que não buscam na terra a renda mercantil, mas que aliam o trabalho familiar para a subsistência e o mercado, produzindo uma economia mista. Esses grupos protagonizaram no final do século XX uma história de combate à marginalização, à exclusão, e à subordinação impetradas pelo grande capital na Amazônia que ameaçava diretamente seus territórios.

Ao escrever sobre a trajetória de luta do campesinato no baixo Xingu, estamos afirmando a existência de classes distintas e opostas na luta pela terra e recursos naturais na região. A ideia de classe é tomada das análises de E.P. Thompson (1988), sobre a formação da classe operária inglesa no século XVIII. Para este autor o entendimento do fazer-se da classe dentro das contradições das sociedades capitalistas, remete o pesquisador à experiência sócio-cultural do grupo diante da realidade que os sufoca e oprime.

A formação de uma consciência de classe, a classe para si, estrutura um processo de enfrentamento frente a uma realidade adversa que leva o acionamento dos valores morais, religiosos, culturais do grupo para o entendimento e ação do grupo. Isso é perceptível nas falas dos camponeses do Xingu, nas relações de parentesco, na religiosidade católica, na interação com a natureza. Este conjunto sócio-cultural compõe elementos importantes para o entendimento das formas de organização e luta camponesa contra a ação da pesca industrial, das empresas madeireiras, e do latifúndio na região a partir dos anos de 1980.

A emergência de grupos sociais organizados demandando ações do Estado brasileiro na região se encontra na dialética da formação de uma consciência dos excluídos da chamada modernização da sociedade Amazônica diante do avanço da grande empresa capitalista na região, que agravava ainda mais o quadro social de pobreza e abandono das camadas populares. Esses passaram a se organizar em movimentos sociais (mulheres, indígenas, camponeses, pescadores, quilombolas, ribeirinhos) e passaram a enfrentar diretamente aqueles que ameaçavam seus modos de vida. O conceito de movimentos sociais tem por base as reflexões de Gohn (2008, p. 247) que os entende como “a ação dos homens na história. Essa ação envolve um fazer – por um conjunto de procedimentos - e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva e dá fundamento à ação”. Esses movimentos emergem no baixo Xingu a partir da década de 1980, no contexto de democratização da sociedade brasileira.

Gohn (2008, p. 246) fala sobre a diferenciação necessária entre movimento social e ação coletiva. Como vimos, os movimentos sociais se referem à ação histórica de grupos sociais, “é uma categoria dialética de movimento das coisas, grupos e categorias sociais, em oposição à estática”, já as ações coletivas, que podem se constituir no fechamento de um rio, contra a ação destruidora da floresta, um protesto contra a ação do latifúndio em áreas de ocupações históricas do campesinato que ameaça sua formas de vida, poderão ser estratégias de ação dos movimentos sociais, que ocorrem fora dos espaços institucionalizados, mas que não excluem alianças com forças institucionalizadas.

Para entender o significado das ações das comunidades camponesas analisadas fizemos o uso das entrevistas, estas nos deram acesso às janelas das memórias dos tempos de luta e dos desejos desses grupos em relação ao futuro. As entrevistas foram gravadas, o tempo da gravação teve em média de três a seis horas e não foram realizadas em um único dia, mas sim ao longo de nossa permanência nas comunidades e, em encontros na sede do município, ou na cidade de Altamira/PA. Dividimos os entrevistados em dois grupos: o primeiro formado por moradores das comunidades que vivenciaram a experiência dos embates pela terra e, o segundo por lideranças históricas do movimento social local.

A importância do uso da evidência oral nos estudos sobre o campesinato se justifica pela ausência da documentação escrita que supra as interrogações suscitadas ao longo da pesquisa, que seria entender o universo camponês de Porto de Moz no processo de luta pela terra. Soma-se a isso o fato de a história oral ser uma ferramenta que nos permite a percepção da fala e da vida das comunidades rurais do baixo Xingu.

Para isso fizemos uma seleção de entrevistados que nos possibilitasse uma amostra do universo do campesinato de Porto de Moz. A pesquisa de campo foi fundamental para a escolha daqueles que em nossa perspectiva de análise pudessem nos evidenciar a trajetória dos camponeses do baixo Xingu na década de 1990. Em cada comunidade analisada selecionamos aqueles tidos pelo grupo como portadores ou guardiões da memória social (THOMPSON, 2002). No baixo Xingu cada comunidade, que gira em torno de 35 a 50 famílias, com exceção de algumas que extrapolam esse número, como é o caso da vila Bom Jesus, possuem suas referências. Geralmente essas são integrantes das famílias que fundaram as comunidades, dessas famílias se ramificam todas as outras famílias que estão ligadas por laços de parentesco ou religioso. Essas referências, evidenciadas na pesquisa de campo pelos sujeitos pesquisados, nos ajudaram com suas memórias a entender as formas de vida do campesinato do baixo Xingu.

No campo de pesquisa, quando fizemos uso da observação participante, os moradores nos indicavam ou nos levavam as pessoas que eles consideravam fundamental para nos traduzir o modo de vida e os desafios enfrentados para a permanência na terra. Assim, depois de alguns dias nas comunidades chegávamos àqueles que nos ensinava a história do lugar. Na terceira visita ao campo, no ano de 2010, tínhamos adquirido certo grau de confiança das comunidades, que passavam a tratar das questões por nós apresentadas de forma mais segura e direta.

Os vieses para a metodologia usada na presente pesquisa se apresentam nos interesses individuais e dos conflitos entre as comunidades por acesso a recursos da ONG'S e da academia, pelos conflitos familiares dentro das comunidades, como a disputa por uma área de pesca, casamentos que não agradam as famílias, divergências religiosas, privilégios em cargos de lideranças das famílias mais antigas, acordos não respeitados como a extração de madeira, essas

questões são apresentadas nas entrevistas e na observação de campo e foram cuidadosamente tratadas para não interferir na leitura sobre as estratégias dos camponeses para a permanência na terra.

A partir do campo e das entrevistas com os camponeses, passamos a coletar informações com o outro grupo de entrevistados, as lideranças do movimento social do baixo Xingu. O percurso de aproximação com as lideranças foi construído a partir das informações obtidas junto às comunidades pesquisadas. Essas nos apresentaram quem eram seus interlocutores junto às várias instituições envolvidas nas questões socioambientais no Xingu (Igreja Católica, universidades, ONG's, partidos políticos, sindicatos, Governo Federal e Estadual). A partir dessas informações, nos aproximamos das lideranças do movimento social, em particular daquelas mais presentes junto aos camponeses, que seriam o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto de Moz, o Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz, A Igreja Católica e a Fundação Viver Produzir e Preservar.

A maioria das lideranças saiu das comunidades camponesas, ou possui relação de parentesco com pessoas das comunidades. A formação política das lideranças tem influência da ala progressista da Igreja Católica e do Partido dos Trabalhadores. Quase todos terminaram o ensino médio, possuem em média a idade de quarenta anos, e a maioria é do sexo feminino. As entrevistas e a convivência com as lideranças se deram tanto dentro da RESEX quanto nos espaços de representação do movimento social, como a sede do STTR, do Comitê de Desenvolvimento Sustentável, da Paróquia de São Braz, da Fundação Viver Produzir e Preservar e da Comissão Pastoral da Terra.

Importante frisar que tivemos o cuidado de entrar nas comunidades sem usarmos os canais das lideranças, visto que essas possuem um discurso formatado e ideologizado sobre a experiência de luta e implantação da RESEX que tende a ocultar ou turvar a análise dos pesquisadores sobre a perspectiva diferenciada das comunidades camponesas e os conflitos que advém dessas diferenças. Nossa entrada na RESEX se deu através de pessoas que conhecemos no trabalho na formação de professores que se capacitavam na área urbana de Porto de Moz, que tinham parentesco com moradores ou que lá moravam. Dessa forma a entrada nas

comunidades tornou-se menos tensa e mais amistosa. Passávamos em média uma semana nas comunidades pesquisadas em cada visita de campo entre os anos de 2008-2010.

Outro momento de proximidade com os sujeitos dessa pesquisa se dava quando os camponeses iam à cidade de Porto de Moz vender seus produtos, receber os benefícios sociais, buscar auxílio médico, ou visitar suas famílias, particularmente nas férias de julho, época de grande festividade no município. Esse contexto nos permitia observar as relações estabelecidas entre os camponeses e os moradores da cidade, bem como os laços políticos entre esses e as lideranças locais.

A partir dos entrevistados e das informações coletadas informalmente na observação do campo foi possível delinear a trajetória da vida camponesa no município de Porto de Moz, que é o foco central de nossa pesquisa

A análise dos conteúdos das entrevistas foi realizada em três momentos. Iniciamos nosso trabalho por meio de uma pré-análise do material coletado para verificar a qualidade das gravações, ruídos e possíveis obstáculos que viessem atrapalhar a transcrição do *corpus*. Após o pleno entendimento e sistematização do material passamos a transcrevê-las. O rigor usado nas transcrições objetivou preservar a estrutura linguística dos informantes, preservando o registro da narrativa oral camponesa. Para resguardar a identidade dos sujeitos sociais pesquisados, adaptamos códigos que usamos para cada categoria de informante: as lideranças do movimento social camponês no Baixo Xingu, total de oito entrevistados, estão representados sob o intervalo de L01 a L08; os moradores das comunidades escolhidas para a pesquisa aparecem representados nos intervalos de M01 a M08.

Em um segundo momento, depois de lidas e relidas as transcrições das entrevistas, passamos a estruturá-las de acordo com os temas que buscávamos respostas ou interpretações – como, por exemplo, as formas de organização e ações coletivas do campesinato na luta pela terra no baixo Xingu. No terceiro momento incorremos na análise do material coletado tendo como base os pressupostos teóricos da pesquisa e da bibliografia sobre o tema em estudo. O cruzamento das informações no permitiu traçar uma análise da trajetória do campesinato portomozense até o estabelecimento da RESEX “Verde para Sempre”.

As obras de Halbwachs (2006) e Thompson (2002) deram pressupostos para o entendimento sobre o processo de formação da memória individual e coletiva, e do papel do grupo social sobre as nossas lembranças. Essas leituras permitiram legitimar a importância dos estudos da memória social dos grupos sociais excluídos para uma nova escrita da história na Amazônia, nos possibilitando a compreensão mais ampla e profunda da realidade social da região.

Para tentarmos nos aproximar da realidade social que emerge no Xingu da virada do século XX ao XXI, traçamos um caminho de pesquisa que possibilitasse a leitura e a interpretação das ações dos sujeitos analisados. Partimos então para um conhecimento da literatura sobre o tema que nos permitisse o domínio teórico e histórico sobre o campesinato no Brasil e na Amazônia; no segundo momento passamos a esquadrihar a história da luta pela terra no Xingu. Sabemos das dificuldades de se fazer a história dos grupos sociais excluídos, pois os registros escritos são raros e quando existem são insuficientes para uma análise de fôlego.

Em uma sociedade em que pouco se valoriza a escrita e a leitura, em que poucos têm acesso à educação formal, em que a memória social é transmitida tradicionalmente pela oralidade, e mais ainda em que a história das pessoas comuns não é considerada na formação da história e da identidade nacional, mas apenas os grandes eventos, feitos por grandes homens, o trabalho do pesquisador da história social torna-se uma tarefa difícil.

Assim, tentando superar tais dificuldades apresentadas, buscamos um leque de evidências que pudessem esclarecer, a partir de uma análise criteriosa dessas fontes, as perguntas que nortearam a pesquisa que aqui se apresenta. Para isso fizemos uso dos periódicos que cobrem o período de 2002 a 2010; da etnografia, que nos permitiu na vivência dos sujeitos estudados a compreensão ou aproximação do mundo camponês no baixo Xingu; e da memória social do grupo, através do uso da história oral.

Para tentar captar e entender a história de luta e de vida das comunidades camponesas de Porto de Moz e sua organização social frente aos novos desafios de seu tempo, um dos caminhos da pesquisa foi o uso da etnografia e da história oral. Essas ferramentas nos proporcionaram auxílio para penetrar e entender a história da luta pela terra no baixo Xingu, na RESEX “Verde para Sempre”.

Podemos, então, com a observação participante tentar captar “do ponto de vista do nativo” a visão do campesinato sobre as mudanças causadas pela regulamentação fundiária com a implantação da reserva; as relações dos grupos sociais locais e as instituições diversas (madeireiros, latifundiários, setor pesca industrial, instituições estrangeiras, ONG, igreja, Estado); os desafios e as perspectivas sobre o futuro dos camponeses do baixo Xingu. A etnografia se torna necessária no sentido de entender problemas levantados sobre o objeto estudado, buscando construir uma análise da realidade local a partir do olhar do sujeito, que é o camponês. A observação participante é um instrumento de acesso ao mundo dos pesquisados, olhar sua realidade, observar o movimento do grupo social, e para isso ser aceito pelo grupo, é um instrumento fundamental dessa pesquisa (OLIVEIRA, 1996). A observação participante concede que o Outro fale, aja costumeiramente; e, através do cotidiano, o pesquisador tenta entender a forma de organização social do grupo, e os elementos que estruturam a realidade social.

Outro instrumento que complementa a análise sobre a luta camponesa em Porto de Moz é a história oral. Esta se torna uma ferramenta importante para a pesquisa diante da carência de fontes documentais que deem sustentação a uma análise mais rica e complexa da realidade em questão. Esse é um quadro preocupante em relação aos estudos dos movimentos populares na Amazônia: a ausência quase que completa de registros históricos.

A história oral nasce sob o peso de um passado que negava às camadas populares terem um discurso sobre o seu passado, sobre a sua visão de fatos ocorridos. Nasce então uma metodologia que possibilita aos sem história, aos vencidos e sem escrita, a possibilidade de narrarem suas próprias experiências; e ao pesquisador a possibilidade de ter uma visão mais ampla sobre os vários discursos sobre o passado. Essa invisibilidade histórica das pessoas comuns decorre de vários fatores como a predominância de uma perspectiva historicista e positiva na historiografia brasileira, que privilegiou a história política e econômica macro estruturais, uma história apologética dos grandes homens e fatos, e que ocultou por séculos a história das pessoas comuns e suas estratégias de vida. Nesse sentido, a história oral permite-nos recuperar as experiências das pessoas comuns dentro do quadro de transformações da realidade social mais ampla (HOBBSAWM, 2007; THOMPSON, 2002).

A história oral é vista também como a história do tempo presente, de um passado recente, com poucos registros escritos, como os acontecimentos recentes dos conflitos fundiários na Amazônia, que torna difícil a escrita da história sem a contribuição da memória social (THOMPSON, 2002). É através da memória das pessoas mais velhas que podemos penetrar em áreas do passado que não foram registradas pelas fontes escritas (BOSI, 1994).

Assim, a história oral, bem como a contribuição das fontes escritas, e da etnografia nos permitiu ampliar o entendimento sobre a realidade social estudada, e sobre os grupos sociais invisibilizados historicamente pelos estudos oficiais, vistos de cima, ou macro estruturais, que homogeneizam as singularidades e as estratégias de vida do cotidiano social das comunidades camponesas do Xingu.

Para a análise das formas de luta e organização camponesa usamos como documentos escritos para respostas às inquietações desta pesquisa, os relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que apresentam dados atualizados sobre os conflitos fundiários na Amazônia; os registros das atas do conselho gestor da RESEX, que permitem observar as demandas das comunidades camponesas, seu grau de participação no conselho gestor, e a forma como as comunidades são percebidas pelo conselho; relatórios das ONG locais, que possibilitam traçar as redes de relação dessas comunidades camponesas com essas organizações nacionais e internacionais, bem como a natureza dessas relações; documentos da paróquia do município, que possam nos indicar dados sobre situação camponesa local; dados da plataforma do IBGE sobre os aspectos econômicos e sociais que possibilita visibilizar as transformações da situação camponesas após seis anos de implantação da RESEX, a partir dos indicadores sociais e econômicos; atas das reuniões das associações locais e os documentos do sindicato dos trabalhadores rurais do município, que podem apresentar as proximidades e a distância entre as comunidades e as lideranças sindicais.

A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 2008 a 2010, nos meses de janeiro e julho (2008); fevereiro e agosto de 2009 e agosto de 2010, em três comunidades que se localizam no interior da RESEX “Verde para Sempre”: São Sebastião de Juçara, no rio Jaurucu; Vila Bom Jesus, rio Quati; Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, rio Arimum. O critério de escolha das comunidades

teve como pressuposto a diversidade das formas de uso e apropriação dos recursos naturais; o grau de organização, mobilização e articulação com outros segmentos do movimento social da região e a representatividade que as mesmas exercem no município de Porto de Moz.

Em 2008 nos dirigimos à comunidade de São Sebastião de Juçara, no rio Jaurucu. Nesse período fizemos a etnografia da comunidade e entrevistas com as famílias locais. Junto ao grupo discutimos os tempos de luta e organização pela terra diante da ameaça dos madeireiros; dos novos tempos de esperança diante implantação da RESEX; dos conflitos entorno das demandas pelas famílias. Percebemos também as formas próprias de interação entre a comunidade e o uso e a apropriação dos recursos naturais, baseado no extrativismo da madeira, da roça e da pesca de subsistência;

Nos meses de janeiro e fevereiro do ano de 2009 e em agosto de 2010 fizemos o campo no rio Quati, na comunidade Vila Bom Jesus, uma das maiores comunidades da RESEX, que em 2010, era composta por uma população de mil quinhentos e cinquenta e três pessoas¹⁰, e que agrega ainda as comunidades de São João do Cupari e da Vila Novo Bom Jesus. Nessa área temos a presença de uma comunidade com forte grau de organização política e uma longa história de luta ligada à defesa dos rios e do lago que se localiza na região, chamado Lago do Urubu. A reprodução social das comunidades é garantida pela pesca e pela criação de búfalos nas áreas de várzea que caracteriza as áreas próximas ao baixo amazonas, na região noroeste da RESEX.

Em agosto de 2009 e 2010 nos deslocamos para a região do rio Acaraí, especificamente no rio Arimum, para a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizadas na área sul/sudoeste da RESEX onde a floresta predomina. A comunidade estudada possui em média 35 famílias, que sobreviveram até à implantação da RESEX, do extrativismo da madeira, de forma predominante, complementada pela agricultura de subsistência da mandioca, do arroz, do milho, da caça e pela pesca.

¹⁰ Dados da Prefeitura Municipal de Porto de Moz, da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social. Essa secretária é responsável pela implementação dos programas sociais no município e no interior da RESEX “Verde Para Sempre”.

A comunidade do rio Arimum se destaca pela experiência do único plano de manejo conduzido com sucesso, na perspectiva dos comunitários, dentro da RESEX; por sua autonomia em relação às lideranças do movimento social local e por sua aproximação da economia de mercado. A busca pela profissionalização, por uma visão empresarial da economia extrativa da madeira, por relações diretas com investidores desse setor da economia, é uma marca dessa comunidade.

Destacam-se então as diversidades das formas de reprodução da vida social no interior da RESEX, as diferenças no nível de organização política, e de perspectivas em relação ao destino da RESEX; as formas de relação com as lideranças dos movimentos sociais na sede do município. Esse conjunto de forças torna complexa e tensa a relação entre os comunitários, as lideranças do movimento social, e os agentes do Estado, na elaboração e na implantação de projetos de desenvolvimento que equacionem reforma agrária e preservação ambiental.

As reflexões sobre o campo da pesquisa nos fizeram perceber que as lutas das comunidades camponesas de Porto de Moz se estruturam por demandas socioeconômicas diferentes, que em determinado momento histórico convergiram para um projeto que lhes permitisse a posse e o uso da terra, no caso, a implantação de uma reserva extrativista. Porém, a forma como foi conduzido o processo de luta pelas lideranças nem sempre contou com a aprovação das comunidades. Em depoimentos percebemos que muitos não tinham conhecimento sobre o que seria uma reserva extrativista. Algumas comunidades com um grau mais avançado de organização, como a comunidade do rio Arimum, aprovaram e foram articuladores desse processo; outras comunidades, como da Vila Paraíso sentiram-se, no primeiro momento, prejudicadas pela implantação da RESEX.

O que tentamos dizer é que o processo de luta pela terra e dos recursos naturais em Porto de Moz engendrado pelos camponeses não foi livre de tensões e conflitos internos. Existiram contradições, como ainda existem hoje, que precisam ser entendidas no sentido da compreensão da complexidade local, do papel das formas de reprodução da vida social, que pesam na luta dos camponeses pela terra, e que devem ser relevantes para uma análise de um projeto de reforma agrária ambiental no Xingu que de fato seja uma construção coletiva que atenda os interesses dos camponeses, não aquela imposta por lideranças do movimento social e por agentes

governamentais, técnicos do INCRA ou do IBAMA, ou não governamentais que florescem na região. Essa configuração acaba ofuscando a possibilidade de políticas governamentais eficientes.

Os poucos estudos realizados na região estão ligados ao Laboratório Agro ecológico da Transamazônica (LAET). Estes se destinam em sua maioria a programas e assessorias para o desenvolvimento da agricultura familiar, numa perspectiva interdisciplinar entre sociólogos e agrônomos. Como os estudos realizados por Moreira (2004), que apresentam uma análise de natureza sociológica sobre as formas de reprodução social das comunidades rurais do município de Porto de Moz, que tem lócus na comunidade rural de São João do Cupari, localizada no rio do Cupari, que tem como rio principal o Quati. Essa comunidade apresenta como principal característica o papel da várzea e do lago do Urubu. A natureza dessa área da RESEX estruturou uma economia baseada hegemonicamente na criação de búfalos e na prática da pesca artesanal, complementadas pela roça e pela extração da madeira.

A luta dessa comunidade nas décadas de 1980 e 1990 se dava prioritariamente contra as geleiras, como muito bem analisada por Moreira (2004), depois contra a ação dos latifundiários sobre as áreas comunitárias de várzea. Os conflitos entre os camponeses dentro do que viria a ser a RESEX “Verde para Sempre” estão ausentes dessa análise. Entretanto esses são de fundamental importância para o entendimento da luta pela posse da terra em Porto de Moz, visto que hoje, seis anos após sua implantação, muitos comunitários se sentiram prejudicados com a forma de implantação e gestão da RESEX. Percebemos que nas outras comunidades, que se localizam na área do rio Acaraí, predominantemente de floresta, os enfrentamentos e as demandas eram diferentes, o combate se deu de forma direta contra a ação da indústria madeireira, e do conflito entre as comunidades camponesas dessa área em torno da ideia do projeto da RESEX. Assim, a escolha das comunidades vem de encontro à necessidade de entender as tensões que permeiam as relações dentro do movimento camponês em Porto de Moz.

A análise criteriosa das informações coletadas, somada ao cruzamento das reflexões teóricas referentes à questão agrária e ao papel político do campesinato no Brasil são pressupostos para uma interpretação que aproxime o entendimento do

quadro das lutas camponesas pela terra na RESEX “Verde para Sempre” no Xingu e de respostas às inquietações apresentadas ao longo do projeto de pesquisa.

Analisar as formas de resistência e luta dos camponeses no baixo Xingu possibilita a reflexão sobre novas perspectivas de desenvolvimento para a Amazônia pensada e acionada pelos próprios atores locais. São eles os agentes de uma nova forma de pensar a Amazônia fora dos modelos transplantados, caricatos de outras regiões e outras culturas. É a partir da análise das experiências de luta e de sobrevivência desses grupos sociais que podemos planejar, em consonância com os interesses desses atores em um intenso espaço de diálogo e de respeito, um caminho sustentável para a região.

2 CAPÍTULO: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL

2.1 A HISTÓRIA AGRÁRIA BRASILEIRA E O PAPEL DO CAMPESINATO

A importância das pesquisas sobre o campesinato se justificam pelo fato de que o entendimento acadêmico e político sobre o papel dessa categoria no processo de modernização das estruturas socioeconômicas da sociedade brasileira foi por muito tempo invisibilizado nos estudos sobre os movimentos sociais no Brasil, e representa grande relevância para o entendimento do processo da questão agrária no país em face de um processo de modernização (GHON, 2008; HÉBETTE, 2002; MARTINS, 1983; MEDEIROS, 1989).

Os camponeses buscam o seu espaço dentro da modernidade, procuram manter ou adaptar suas formas de reprodução social diante da desestruturação movida pelo agente do capital e dos interesses estatais (MAGALHÃES, 2009). É necessário entender as estratégias de reprodução camponesa na globalização-mundialização para avançarmos na luta pelos direitos sociais no país, do direito das pessoas comuns à cidadania, à vida e à liberdade. Falar sobre o campesinato é revisar a escrita da história nacional, apresentar o outro lado da história, a dos marginalizados e ocultos pelos que dominam a sociedade nacional.

Entender os conflitos pela terra na Amazônia na contemporaneidade, a elaboração/reelaboração das formas de resistência do papel do campesinato na dinâmica da sociedade nacional, as singularidades de sua formação e luta na região é de fundamental importância na compreensão da complexidade da luta pela terra e das ações do Estado através de políticas públicas ligadas à ideia de sustentabilidade. Necessário se faz uma digressão sobre o campesinato no Brasil.

Uma das literaturas clássicas nesse sentido é a obra de José de Souza Martins (1983), que apresenta uma análise densa sobre o histórico da luta do campesinato brasileiro para a sua reprodução social no Brasil, a trajetória da formação e transformação do campesinato ao longo das várias formas de organização política e econômica no cenário nacional. O autor fala que a questão do campo, a luta pela terra feita pelos camponeses se torna uma questão de classe quando o capitalismo brasileiro faz a sua expansão para o campo, mercantilizando a

terra. Isso se dá quando a base da exploração e da dominação deixa de ser o escravo, e passa a ser a terra.

A propriedade da terra se tornou no Brasil, no final do século XIX, com o fim da escravidão negra e o processo republicano, uma forma de dominação da mão-de-obra livre que pudesse ter acesso às mesmas. Nasce assim o Estatuto da Terra de 1850, que impedia o acesso à propriedade da terra pelos camponeses que nela habitavam, pelos ex-escravos e pelos imigrantes recém chegados ao Brasil para substituir o trabalho escravo, visto que a terra passa a ser pela lei de 1850, monopólio e domínio do Estado, este controlado pelos grandes fazendeiros do Brasil. A partir da lei de 1850 o acesso à propriedade da terra só se daria mediante a compra e a concessão pelo Estado nacional. A República, assim como o Império brasileiro, continuava a manter a exclusão dos camponeses da terra usando de mecanismos diferenciados, respectivamente, a raça e o capital.

Durante o Império, o acesso à terra era um privilégio dos homens brancos, dado através da concessão de sesmarias pelo Estado, o que excluía a maioria da população negra, indígena e mestiça do país. Esta se dava pela posse e, em seguida, pela concessão da terra ao posseiro. Essas estruturas jurídicas criadas pela elite brasileira, formada por grandes comerciantes e fazendeiros, criavam um quadro de exclusão dos pobres da terra, e concentravam a propriedade nas mãos de poucos. Do período colonial até a lei de 1850, a concessão se dava aos homens bons (brancos e católicos). A partir desse período a concessão da terra passou a ser feita através de pagamento ao Estado por aqueles que quisessem ter acesso à mesma. Ora as duas formas de acesso à propriedade da terra excluía a grande massa de brasileiros.

Martins (1983) falando sobre a formação do campesinato brasileiro diz que as palavras camponês e campesinato são recentes no vocabulário do país. Foram importadas pelos partidos de esquerda, para darem uma explicação teórica das lutas dos trabalhadores no campo que eclodiram em vários lugares no Brasil, a partir da década de 1950. O que se denominava na Europa e em outros países da América Latina de camponês, tinha no Brasil, dependendo da região do país e época histórica, outras denominações: caboclo, caiçara, caipira, tabaréu.

Essas denominações referem-se àqueles, o Outro que moram longe, fora dos espaços urbanos e dos povoados, são rústicos, atrasados, tolos, vistos pela sociedade nacional como distantes da modernidade e da racionalidade ocidental, o que confere a essas populações rurais um sentido depreciativo e preconceituoso. Essas denominações vão desaparecendo com o despontar das lutas camponesas no cenário nacional, que tornam a questão agrária um problema da agenda pública nacional, na segunda metade do século XX (MEDEIROS, 1989).

Assim como existiu o transplante teórico para o entendimento da luta pela terra no Brasil em relação aos trabalhadores rurais, o seu par antagônico dentro das lutas de classe também foi construído teoricamente no Brasil, o latifundiário. No cenário nacional este recebia também várias denominações: estancieiro, fazendeiro, senhores de engenho, seringalistas. Essas denominações se adequavam às formas históricas de exploração do meio e das relações entre esses atores e vários sujeitos sociais estabelecidas em tempo/espaço determinados ao longo do território nacional.

Segundo Martins (1983) as duas palavras introduzidas no vocabulário político brasileiro apresentam uma nova designação histórica desses grupos dentro dos conflitos de classe da sociedade capitalista no país, e servem no sentido de entender o devir das lutas políticas e de classe no Brasil num quadro de efervescência de lutas tanto no campo como na cidade na segunda metade do século XX. O autor faz uma relevante e profunda crítica ao uso de concepções e experiências históricas exógenas para a análise da sociedade brasileira e, em particular, para o entendimento da natureza e forma de luta pela terra no Brasil. Fala que a transposição mecânica desses conceitos impede o entendimento da luta do campesinato pela terra no Brasil, como também impede o esforço de explicação teórica sobre a realidade, complexa e singular, da questão fundiária brasileira.

Isso nos leva a refletir sobre a necessidade da construção de pressupostos teóricos ou de adequação de teorias que possam apresentar um quadro de explicação que nos aproxime dos fenômenos sociais no Brasil e na Amazônia nas últimas décadas e não apenas fazer um transplante que tente engessar a realidade social e montar uma explicação teórica caricata da realidade da luta pela terra no país.

Essas concepções doutrinárias sobre o papel secundário dos camponeses no processo de superação do sistema capitalista construído pela esquerda brasileira nas décadas de 1950/1960 acreditavam na superioridade histórica da força do proletariado na luta contra a burguesia pela construção de uma sociedade socialista no Brasil. Assim, faziam uma interpretação marxista a partir da realidade dos países ocidentais industrializados, particularmente da sociedade inglesa, que passava por rápidas e profundas mudanças do seu cenário socioeconômico em virtude da segunda revolução industrial que leva a uma situação limite à expropriação de camponeses e artesãos.

Além disso, apropriavam-se da interpretação marxista sobre o campesinato russo e seu papel na Revolução de 1917. Contextos e realidades sociais diferentes da brasileira, em que a formação social é híbrida da sociedade moderna europeia (liberal, cristã, e burguesa), da cultura indígena e africana, eivada do espírito conservador da contra-reforma que predominava sobre os valores da sociabilidade nos trópicos¹¹.

Dessa forma, pensar as lutas camponesas no Brasil a partir de modelos das realidades europeias em um momento específico de seu processo histórico torna a interpretação da realidade brasileira distorcida da realidade. Visto que o campesinato é produto das contradições geradas pela expansão do capitalismo no país, é migrante de fora e dentro de sua própria terra. Para Martins (1983, p. 17):

[...] o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação [...] tanto o deslocamento do posseiro quanto o deslocamento do pequeno proprietário é determinada pelo avanço do capital sobre a terra.

Logo, o camponês brasileiro é produto da expansão do capitalismo no campo, em particular, da mercantilização da terra (renda territorial¹²) ocorrida com o fim da escravidão negra da época moderna. Segundo Martins (1983), o que temos que entender é o sentido político das lutas sociais como elas realmente são, compreender as suas lógicas e as estruturas históricas em que os atores das lutas sociais estão inseridos, perceber seus limites e suas possibilidades.

¹¹ Ver em Ronaldo Vainfas (1997).

¹² Seria a transformação da terra em mercadoria do capital.

Nesse sentido Medeiros (1989), ao traçar uma análise sobre a trajetória dos movimentos sociais no campo no Brasil, chama a atenção para as formas de resistência, as estratégias, as alianças e os embates em que os trabalhadores rurais, em suas relações diferentes com a terra (meeiros, colonos, parceiros, sitiantes, pequenos proprietários, arrendatários, posseiros) passaram a constituir face ao processo de modernização capitalista no campo no Brasil, e a perspectiva de expulsão ou desapropriação da terra.

Nascem desta forma as primeiras experiências de organização: os sindicatos e as associações civis (ligas, uniões, irmandades). A primeira tinha como base os trabalhadores rurais assalariados; a segunda seria dos trabalhadores que de alguma forma tinham acesso à terra. Apesar das diferentes formas de organização todos tinham em comum a perspectiva sombria da proletarização, da pauperização, e da destruição das suas formas de vida. Essa experiência em comum diante do processo de modernização da sociedade brasileira constitui espaço de solidariedade e novas identidades para os trabalhadores rurais no Brasil, levando em 1953 à formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (ULTAB), sob a influência do Partido Comunista Brasileiro.

A partir do Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais, no ano de 1953, e a formação da ULTAB, os trabalhadores rurais brasileiros passaram a traçar suas reivindicações e formas de luta; entre as mais importantes delas está a que até hoje, em pleno século XXI, constitui a maior bandeira do campesinato brasileiro: a reforma agrária. Segundo Medeiros (1989, p. 32),

[...] Entendida como medida de justiça social, a reforma agrária era visualizada através da distribuição de terras dos latifundiários aos trabalhadores agrícolas e lavradores sem terra ou possuidores de terra insuficiente; da entrega de título de propriedade plena ao posseiro, ocupantes e colonos de terra; de medidas de apoio a produção (ajuda técnica, crédito fácil e barato, fornecimento de maquinarias e ferramentas, garantia de preços, estímulo ao cooperativismo); proibição das formas consideradas semi-feudais de exploração do trabalho, como o trabalho gratuito, a meia, a terça e outras formas de parceria, pagamento em espécie; da garantia aos indígenas das terras por eles ocupadas.

Já se estruturava nos anos de 1950 uma concepção do que deveria ser o principal alvo a ser combatido pelos camponeses brasileiros, e o que representava para estes o pior dos mundos: o latifúndio. Por outro lado, se cristalizava o sonho a ser construído: a reforma agrária e as medidas que garantissem a permanência dos

trabalhadores na terra com cidadania e qualidade de vida, o que seria o melhor dos mundos.

Sendo assim, não podemos classificar os movimentos sociais populares do Brasil (de resistência à escravidão feita pelos crioulos e africanos, das revoltas indígenas, das lutas camponesas) como pré-políticos, despossuídos da possibilidade de leitura e intervenção transformadora da realidade. Essa visão preconceituosa, determinista e positivista da história e dos movimentos sociais populares é herdeira de uma concepção de uma elite intelectual brasileira europeizada, ocidentalizada, que observa as camadas populares como incapazes de uma leitura otimizada e própria da realidade social.

Reis (2003), ao revisitar a historiografia sobre a escravidão negra no Brasil imperial, focando na revolta dos Malês, ocorrida na Bahia em 1835, contesta a natureza primitiva e rebelde das revoltas escravas na Bahia, dizendo que essas, ao contrário do que apresentavam os historiadores marxistas, possuem uma lógica própria na leitura dos conflitos sociais¹³, essa é a expressão das condições históricas, culturais, e sociais dadas. Assim, como as revoltas escravas, a luta camponesa pela terra foi subestimada e posta num plano secundário pelos partidos políticos e intelectuais no Brasil, segundo Martins (1983, p. 31):

[...] o desconhecimento da vida e da realidade do camponês, e sobretudo da história dos camponeses, leva a uma superestimação do misticismo e ao desconhecimento das formas peculiares do seu materialismo. Leva, sobretudo, a confundir a religião camponesa como a causa do caráter pré-político dos movimentos e das lutas camponesas. Isso impede que se veja a condição do caráter pré-político na própria estrutura social em que se insere o camponês. O localismo e o misticismo do campesinato não podem ser explicados como limitações de classe dos camponeses, mas devem ser buscados nas condições sociais da classe.

A ideia de superioridade da luta do proletariado urbano sobre a luta camponesa leva um choque de empiria na segunda metade do século XX no Brasil. Em todas as regiões do país o campesinato sublevava-se perante a ameaça da perda da terra e da especulação fundiária promovida pelas políticas de característica

¹³ Segundo Reis (2003), a revolta dos negros Malês da Bahia é a confirmação de uma ação pensada, projetada e articulada dos negros contra os seus senhores, a escolha do domingo, dia de um feriado religioso, em que os senhores estavam relaxados, e se encontravam nas igrejas e povoados; a fragilidade do poder do Estado diante da fragmentação das elites na luta pelo poder durante o período regencial, e o calendário religioso dos iorubas, que proporcionava vitória sobre os inimigos, brancos, a exclusão dos crioulos da revolta, já que estes não se consideravam africanos e aliavam-se por vezes aos senhores, foi vista pelos Malês como uma conjuntura favorável para o levante.

nacional-desenvolvimentista, de natureza modernizadora das relações de produção do país. Modernização entendida como crescimento industrial e urbano, como racionalização e otimização da exploração dos recursos naturais, da exploração agrícola que se fundamentava em uma concepção de desenvolvimento como crescimento econômico, que tinha por base a industrialização urbana e a modernização do campo.

Concepção e práticas de desenvolvimento que beneficiaram uma minoria de empresários e latifundiários e aprofundou um abismo entre as classes sociais no país, agravando a situação de pobreza dos trabalhadores do campo e da cidade. Nas áreas rurais, os projetos de desenvolvimento expulsavam foreiros, posseiros, sitiantes, pequenos proprietários, que dentro da diversidade de formas de organização (messianismo, cangaço, ligas camponesas, sindicatos) tinham como unidade a luta contra a expropriação da terra, da qual prescindiam para a sua reprodução social.

No acirramento da luta pela terra no Brasil, segundo Martins (1983), estava em jogo a renda capitalista da terra em lugares onde ela não existia, quando se processava a valorização de novas áreas para a exploração e a abertura de estradas e portos. É quando aparece a especulação da terra feita por grileiros¹⁴, o que aprofunda a resistência dos camponeses sobre as suas áreas tradicionais de exploração. Nesse contexto se incorpora uma nova frente de expansão nacional, no caso, a Amazônia.

A saída para os graves conflitos no campo no Brasil seria a abertura de uma nova frente de colonização ainda “desocupada”, que pudesse absorver segmentos do campesinato que perderam suas terras e que criavam um contexto de resistência a sua expropriação. Porém, a colonização associada à política de grandes projetos para a Amazônia não saiu como os militares e segmentos da elite brasileira pensavam, criou-se uma fronteira real entre os camponeses, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, que aqui já estavam e os recém-chegados à região. A violência e os graves conflitos sociais gerados pelas políticas desenvolvimentistas do governo militar na Amazônia transformaram áreas da região que foram “integradas” à

¹⁴ Pessoas que se apropriam de terras de forma ilegal para especularem sobre elas. Segundo Martins (1983, p. 79), a busca do título da terra pelo grileiro permite a este transformar a terra em capital.

sociedade nacional, em espaços de luta visceral e sem medidas pela posse da terra, em particular a região sudeste do Pará.

2.2 AMAZÔNIA: MODERNIZAÇÃO E QUESTÃO AGRÁRIA

As análises sobre as transformações fundiárias no Pará e os rearranjos das formas de poder e dos conflitos na Amazônia, se focaram nas décadas de 1970/80, sobre a área de maior impacto, naquele contexto, das grandes transformações capitalistas na região, palco dos grandes projetos, como Carajás, de montagem de uma infraestrutura para a penetração do grande capital (estrada de ferro, hidrelétricas, áreas de administração federal) na Amazônia, especificamente o sudeste do Pará, região de entorno do município de Marabá. Uma obra clássica da literatura acadêmica sobre o tema é de Marília Emmi (1999), que se lança a entender as relações de mando das oligarquias do Tocantins (Marabá) na relação dialética entre as estruturas políticas e econômicas locais.

Para Emmi (1999), a formação e a decadência das oligarquias do Tocantins devem ser entendidas na dialética das estruturas que formam a realidade social do Pará, que tem por expressão a associação entre a constituição dos latifúndios no sudeste do estado e o domínio do político local. A autora faz uma reflexão sobre as relações de mando nos castanhais, e apresenta as formas de dominação construídas da relação entre o poder político e o controle das terras do município de Marabá, que leva à emergência tardia das oligarquias da castanha e a desapropriação do campesinato local, que viram a transferência da posse da terra para as mãos das grandes famílias oligárquicas locais.

A história do processo de luta pela terra no município de Marabá, as tensões e os conflitos específicos dessa região do Pará que levaram à concentração da propriedade fundiária em favor das grandes famílias locais e do capital privado e público ao longo do século XX são expressões locais que refletem as transformações globais do sistema capitalista de produção, em que o local dialoga e influencia o global, e vice-versa. É na dinâmica entre os tempos e os espaços da sociedade capitalista do século XX que pode ser refletida e interpretada a história fundiária da Amazônia e da região do Tocantins, bem como as formas de dominação que são construídas nesse processo.

A luta pela terra na Amazônia passa a ser entendida na dinâmica das transformações do sistema capitalista de produção no Brasil, do avanço dessas relações nas áreas rurais do país, num processo de mercantilização da terra que tem como consequência primeira a desagregação dos modos de vida dos trabalhadores rurais (MARTINS, 1983; EMMI, 1999). A desagregação e a desapropriação do campesinato se dão pela concentração fundiária e pela lógica mercantil que passará a vingar nas relações sociais no campo, que leva a subordinação de posseiros, sitiantes, pequenos proprietários, foreiros, por grandes latifundiários, pelos projetos do Estado, pelo capital na sua forma mercantil ou financeira, formas de mando e controle que devem ser entendidas na transformação das formas de reprodução do próprio sistema capitalista na Amazônia.

Os anos de 1990 apresentam mudanças significativas nas formas de atuação do governo e do grande capital na região. A ação predatória dos grandes projetos de cunho economicista, sem nenhum compromisso ambiental e social, passou a ser substituída por um discurso preservacionista e desenvolvimentista. Assim, configura-se a ideia da região como um espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta e, ao mesmo tempo, como uma área de grande potencial de novas mercadorias (água, mercado do ar, biodiversidade), dentro de uma lógica sustentável, de respeito ao meio ambiente. Porém, o discurso e a prática dos governos federal e estadual não modificaram o quadro de violência na luta pela terra na Amazônia, em particular no Pará.

Nesse sentido, o debate sobre a formação de reservas extrativistas alia-se ao discurso de preservação da natureza que atravessa as várias ciências do homem. A necessidade da preservação dos recursos naturais do planeta Terra está na ordem do dia, nos meios acadêmicos, nos discursos oficiais de empresários e do Estado, nos meios de comunicação e no cotidiano do homem comum. A ideia de preservar os recursos naturais se tornou um tema que alcança, em níveis de debates não equivalentes, os vários grupos que constituem a realidade social. As populações locais emergem dentro desse quadro, entre os interesses do Estado, dos setores privados, e dos ambientalistas.

Simonian (2007) chama a atenção para o fato de que os interesses públicos ora estão associados aos interesses privados, ora a serviços desses, o que

contribue com a situação de degradação da floresta tropical na Amazônia, como exemplo temos a política de concessão de florestas públicas que via de regra não mantém a floresta em pé, mas serve de expansão ao agronegócio, legitimado pelo Estado e usando dos recursos públicos. Dessa forma, as populações locais tornam-se, quando não se submetem aos interesses exógenos, obstáculos tanto aos interesses do Estado quanto aos interesses dos setores privados. A exemplo temos o amplo movimento social, que agrega grupos com demandas distintas (camponeses, indígenas, remanejados de barragens) contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Como vimos o projeto preservacionista dos organismos internacionais e nacionais, apesar do grande apelo à sensibilidade coletiva em relação à defesa da natureza, tem por vezes como obstáculo o elemento humano que está presente dentro dessas áreas de preservação. A princípio, as áreas de preservação ambiental tinham por objetivo o remanejamento dos agrupamentos humanos para áreas fora dessas unidades. Porém, a resistência de ativistas ambientais e das populações afetadas por tais medidas reconfigurou a ação desses organismos, mas não mudou o projeto. A ideia seria o reconhecimento dessas áreas e o conhecimento profundo de sua população, e, a partir disso, o convencimento dos benefícios da implantação das reservas para esses grupos sociais. Segundo Barreto Filho (2006, p. 125),

[...] Verifica-se assim, ao final, uma ambivalência entre: de um lado, reconhecer os direitos dos grupos sociais locais à autodeterminação social, econômica, cultural e espiritual, efetuar consultas e obter consentimentos ou acordos dos mesmos e assegurar sua participação efetiva em processos decisórios; e, de outro, conhecer melhor para poder convencer, persuadir, mudar o seu modo de produzir e viver para que evoluam, subordinar e instrumentalizar seus sistemas de manejo ao interesse prático de administrar as áreas protegidas, fazendo-os aceitar uma agenda exógena.

Deste modo, a ideia de preservação e o estabelecimento de áreas protegidas não incluem em seus objetivos a defesa dos interesses das populações nativas, muito menos do reconhecimento do papel das mesmas na orientação das políticas que regeriam essas áreas. No entendimento dos órgãos internacionais e nacionais formuladores das políticas ambientais, as áreas preservadas têm um objetivo econômico e não ecológico.

Castro (2001), ao examinar os papéis do Estado brasileiro e das políticas públicas para a Amazônia na atualidade, partindo de uma perspectiva das

tendências de globalização e integração de mercados, é bem esclarecedora ao apresentar a Amazônia como um trunfo dos novos acordos e arranjos geopolíticos dos países que a incorporam. No caso brasileiro, desde a década de 1980, a Amazônia é alvo dos projetos macro econômicos do Estado nacional. De área protegida dos interesses internacionais passa à área incorporada a esses interesses. Os projetos “desenvolvimentistas” e seus impactos negativos causaram grandes agressões socioambientais na Amazônia e fizeram a sociedade nacional repensar a Amazônia e seu povo. Dessa forma, a região não seria entendida apenas como o espaço de fronteira a ser desbravada e explorada - como eixos de exploração, de mineração, de madeira, de pecuária e de hidrelétricas, mas como espaço a ser conhecido e entendido dentro de suas particularidades e diversidades históricas, culturais e ambientais.

Para Castro (2001), em face da modernidade que rege as novas formas de reprodução do capitalismo, a globalização-mundialização, e sua tendência em reordenar a dinâmica de produção, o Estado, no caso do Estado brasileiro, reorientou suas ações no sentido de proteger a sua economia, e não o seu território. Assim, paralelo ao movimento de reorganização do mercado temos um movimento de modernização do Estado para fazer frente às transformações apresentadas com a globalização, em que a essência seria racionalizar, dar eficácia, e produtividade às políticas públicas, que teriam como meta e objetivo a dinamização econômica do país. No rastro da modernidade, o Estado passaria a incorporar ou estender suas ações para novas regiões, novas fronteiras, que dariam suporte à política de desenvolvimento, entrando em cena a Amazônia.

Hurtienne (1994) fala que o significado da Amazônia para a sociedade global é de uma fronteira de acumulação de capital, e o entendimento feito de fora sobre a região é unilateral: última reserva biológica do planeta, patrimônio da sociedade global; mas, a sociedade global esquece ou desconhece que a Amazônia não é uma unidade, mais uma região com diversidades de florestas, de solos, de ecossistemas e de vidas. Dentro desse quadro se abrem novas expectativas para o entendimento das várias Amazônias – a Amazônia dos ribeirinhos, dos camponeses, dos catadores de castanha, dos pescadores do nordeste do Pará, dos quilombolas, das populações urbanas, dos grupos indígenas, das mulheres das fábricas de castanha em Belém – que permitem uma visão complexa da floresta e das populações locais.

As novas diretrizes do capital e do Estado aprofundaram o quadro de abandono, de miséria e de violência na região. Os conflitos fundiários permanecem, assim como as mortes dos que se sublevam na defesa de seus territórios e vida, apesar do discurso de preservação ambiental e de respeito às populações tradicionais feito de forma sistemática pelas esferas de poder federal e estadual, que ocultam a face perversa das políticas de desenvolvimento nas áreas rurais da Amazônia, produzindo um quadro de alienação da sociedade regional e nacional sobre aqueles expurgados da modernização da região.

A prova disto é constatada no relatório anual da Comissão Pastoral da Terra para o ano de 2009, em que foram apontados cinquenta casos de ameaça de mortes no Pará, cento e sessenta casos de conflitos por terra (somando conflitos, ocupações e acampamentos); um mil setecentos e sessenta e quatro denúncias de conflitos trabalhistas no campo (com o relevante e assustador número de mil seiscentos e cinquenta e sete casos de trabalho escravo, com apenas trezentos e vinte e seis pessoas libertas); oito mil famílias impactadas ou sob ameaça de impactos nos conflitos pela água (é o caso da UH Belo Monte); no total dos conflitos no campo do estado do Pará somamos a cifra de cento e trinta e um mil setecentos e quarenta e quatro casos, dentro de um contexto nacional e estadual de governos populares, ligados historicamente aos movimentos sociais¹⁵. Em maio de 2011, foram assassinados três camponeses no município de Nova Ipixuna, sudeste paraense, um casal de lideranças do movimento social local e a testemunha do assassinato. Os ruralistas voltam a demonstrar de forma sangrenta a forma como solucionam a questão fundiária no Pará.

Concordamos com Martins (1997) quando este apresenta a fragilidade da condição humana na área de fronteira, que para o autor, não é de espaço geográfico, mas de luta do campesinato na Amazônia para reconhecimento da sua natureza humana, pelo acesso à informação, à justiça, acesso ao reconhecimento e exercício de sua cidadania, da legitimidade da sua fala e de seu conhecimento.

¹⁵ Os dados sobre os conflitos fundiários no Brasil e na Amazônia organizados pela Comissão pastoral da terra (CPT) desde 1975 são emblemáticos no que concerne a permanência da violência no campo no Brasil, e especificamente no estado do Pará. Nos primeiros anos do século XXI esses dados apontam para o crescimento da tortura, e dos assassinatos (01 assassinato a cada três conflitos), do trabalho escravo e dos despejos feitos pelo próprio Estado. A região Norte é a campeã nesses números. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br>. Acesso em: 23 de set. 2010.

Esta condição de fragilidade e abandono dos camponeses na Amazônia é presente na fala das lideranças comunitárias. Quando da pesquisa de campo, observamos a busca desses sujeitos por espaços e alianças que promovam oportunidades para curso, formação, informação, para auxílio em suas lutas, na organização dos seus embates. Em entrevista a uma liderança importante do movimento Xingu Vivo para Sempre ¹⁶, nas vésperas do assentamento Terra Livre regional, que ocorre entre os povos indígenas para o debate e a organização de suas demandas, percebemos a preocupação da entrevistada com a organização do evento, com a atual situação de embate as populações locais contra os interesses do Estado e do grande capital, que atuam no sentido de esmagamento do movimento social através do enfrentamento direto ou cooptação das lideranças para cargos institucionais ou através da pressão ideológica.

As entrevistas com a liderança 05 da Fundação Viver, produzir e Preservar (FVPP) e do Movimento Xingu Vivo para Sempre foram realizadas entre reuniões da organização do movimento com setores da Igreja Católica, ONG, membros de partidos políticos, sindicalistas, e lideranças do movimento social da região da Transamazônica e do Xingu. Chegamos num momento privilegiado, pois que permitia a observação das formas de organização e luta local, e a conexão destas com segmentos regionais, nacionais e internacionais. De início a entrevistada fez um breve histórico do movimento social local, e apontou para a importância da organização do movimento de mulheres, sob a influência da comissão eclesial de base, e da campanha da fraternidade do ano de 1990, que tinha por lema “Mulher e homem: imagem de Deus”, com o tema “A fraternidade e a mulher”.

A campanha reforçou a luta das mulheres de Altamira no contexto do final dos anos de 1980, momento crítico da sociedade local diante do caso dos meninos emasculados¹⁷, do qual os principais envolvidos eram integrantes da alta sociedade local (médicos, comerciantes, policiais, fazendeiros, membros do poder judiciário local). As mães, segundo a liderança do movimento de mulheres, não tinham a quem recorrer. Foi através da Prelazia do Xingu e dos movimentos sociais locais, em particular o de mulheres, que a questão tomou corpo e se fez visível nacionalmente.

¹⁶ Entrevista realizada na sede do CIMI-XINGU (comissão indígena missionário) na cidade de Altamira, no dia 28.07.2010.

¹⁷ Caso de tortura e assassinato de crianças por um grupo organizado na cidade de Altamira, no Pará, no final dos anos de 1980.

Essa situação levou a um forte sentimento de consternação da sociedade local, e proporcionou um grau elevado de organização do movimento de mulheres nesta região, que já vinha sendo debatido e instigado pelo movimento eclesial de base em todo o Xingu.

O resultado disso, segundo a liderança do movimento de mulheres do campo e da cidade (MMCC), foi que “as mulheres colocaram a cabeça e a cara na rua, diante da violência, das dificuldades da ausência do Estado de direito na região”. A partir desse movimento Altamira passou a ser exemplo de organização e luta para outras mulheres e movimentos sociais da região do Xingu. Para esta liderança, as maiores vítimas dos grandes projetos na Amazônia são as mulheres, mães de família pobres, e seus filhos. Nessa luta a Igreja Católica, através das comunidades eclesiais de base, foi estruturante para a formação e organização dos movimentos sociais no Xingu. Segundo a liderança 04¹⁸, “a igreja teve um papel de fundamental importância, pois foi os padres e as freiras que começaram a ensinar que a mulher é do lado do homem, não atrás”.

As vítimas da incorporação da Amazônia, num cenário ambiental e social dramático, à sociedade nacional, foram historicamente excluídas da terra no Brasil num movimento de recuo. Nesse enfrentamento com o Estado e o capital, a Amazônia se tornou a última fronteira. Nesse cenário, não existe a possibilidade do recuo da luta e o enfrentamento é uma das formas de garantia de reprodução do campesinato. Em pleno estado de direito no Brasil, no século de tecnologias e informação, a luta pela terra se mantém num ritmo primitivo de sobrevivência para os movimentos populares na Amazônia, despejos, assassinatos, ameaças reais e imaginárias assombram aqueles que lutam pelo direito à vida.

Dentro de todo esse ambiente de conflitos de interesses, os homens e as mulheres das várias Amazônias se tornaram alvo de uma política de invisibilidade social e política pelos centros de decisão nacional e pela mídia, ambos apresentam a floresta e a sua beleza, a fauna ameaçada de extinção, mas os seres humanos que habitam a floresta e são impactados diretamente pelo avanço do grande capital são recortados desse cenário. No máximo se apresenta as comunidades ribeirinhas

¹⁸ Liderança do movimento social da cidade de Porto de Moz, em entrevista em sua casa, no rio Arimum, braço grande, em 18 de agosto de 2010.

numa visão bucólica e idealizada de uma imagética das sociedades rústicas, primitivas, o Outro distante. Cenário de propaganda para empresas que tentam construir uma imagem politicamente correta, e muitas vezes usam da marca Amazônia para isso. Quando se processa, nesse mesmo contexto, um enfrentamento e uma resistência constante e direta pela forma de inserção das populações camponesas Amazônicas à chamada modernidade.

Segundo Nugent (2006) essa invisibilidade política em relação às populações que residem na Amazônia é fruto de um processo histórico de discriminação racial e social que tem início no século XIX. O imaginário constituído pela sociedade nacional e internacional sobre as populações Amazônicas é de isolamento, exotismo e primitivismo. Um olhar de congelamento e de homogeneização sobre as comunidades que povoam os rios, os lagos e os igarapés da Amazônia. O discurso sobre a Amazônia e sobre os homens e mulheres amazônicos é sempre enunciado pelo “Outro” que fala, é um discurso exógeno. Segundo Loureiro (2005, p. 180),

[...] as políticas públicas de desenvolvimento que vieram sendo aplicadas na Amazônia apresentam um menosprezo evidente pela cultura dos caboclos, dos índios, das comunidades negras, como sendo simplesmente expressões ingênuas, primitivas, pobres, próprias de um tempo social que deve ser substituído.

A história da Amazônia em relação à sociedade nacional se estrutura em momentos que se alteram ora na tentativa de tutela do Estado, dentro de uma perspectiva protecionista, ora no sentido de vincular a região ao mundo civilizado e moderno. A invisibilidade política dos povos da Amazônia foi constituída historicamente dentro do processo de formação do Estado e da sociedade nacional ao longo do século XIX.

Esse tema é apresentado de forma esclarecedora na obra de Schwarcz (2007) e de Motta Maués (1992), quando estas tratam do impacto e peso dos discursos raciais do século XIX na formação de uma consciência nacional de desprezo e discriminação ao mestiço, ao híbrido, da qual faz parte o homem da Amazônia, discurso este que ainda persiste no Brasil. Segundo Motta Maués (1992), essa visão racista e determinista sobre o Brasil, forjada pelos intelectuais, como Varnhagen e Capistrano de Abreu, tem um peso ainda maior sobre as populações da Amazônia. Para Motta Maués (1992, p. 200),

[...] A questão principal que deve ser enfatizada com relação à tese do branqueamento racial é o fato terrível que ela se tornou, na verdade, um ideal para a sociedade brasileira, incluindo aí brancos e negros, todos buscando realizar em si mesmos o projeto da elite intelectual do início do século (sic) neste sentido, pode-se dizer que o tipo de interpretação primeira do Brasil, como uma terra que a natureza é rica e extraordinária, mas ao mesmo tempo hostil e destruidora, e de que sua gente é degradada pela mistura de raças, de certo modo, transferiu-se e persiste para a Amazônia e para os nativos da região.

As ideias de um vazio demográfico, de uma terra sem lei, sem controle, de um povo sem organização, inábil, improdutivo, sem qualificação para explorar de forma racional e sustentavelmente as riquezas naturais da região, indefeso e com necessidades de ensinamentos, velados em muitos discursos ambientalistas e das políticas institucionais, são herdeiras da forma preconceituosa, branca e elitista de ver os homens e as mulheres da Amazônia como uma pretensa inferioridade.

É necessário, dessa forma, repensar esse discurso do ponto de vista interno, ou de baixo, como diria Hobsbawm (2007), das falas das pessoas comuns, seus sonhos, suas experiências, a forma de organização da vida social, crenças, perspectivas. Ao fazermos isso, não estamos dando um sentido apologético ou de uma dívida histórica dos intelectuais da Amazônia com sua região, mas estamos pensando outras dimensões e perspectivas da história da Amazônia, não meramente a abordagem política ou das estruturas econômicas, dos ciclos e/ou natureza da colonização. A ideia aqui é de focar a análise em micro escala, a visão dos seres humanos comuns, e suas diversidades frente a uma tentativa de homogeneização da região às políticas de Estado, ao mercado, e aos discursos ecológicos. As Amazônias de diversidades diversas, no dizer do poeta Loureiro (2005).

Segundo Nugent (2006), os motivos para a invisibilidade histórica e política dos camponeses da Amazônia, os caboclos, seriam, entre outros, a intransigência dos países capitalistas centrais de substituírem uma paisagem neotropical natural por uma paisagem social, problemática e diversa; a experiência de colonização e exploração do novo mundo, no caso, o modelo *plantation*, e as relações capitalistas daí derivadas, sejam diversos da experiência de incorporação da Amazônia ao capitalismo mundial.

Ao fugir desse modelo, o estudo sobre os movimentos sociais amazônicos se torna desinteressante ou pouco atraente para as ciências humanas e sociais, por descaso ou indolência intelectual; e por último, pelo fato do campesinato caboclo ser para os estudos antropológicos uma categoria social não definida, marginalizada. Não são índios, nem pós-índigenas, não são brancos, não são negros. Os caboclos, camponeses, foram criados pela experiência colonial, são híbridos dessas experiências de contato cultural na região. São criações da modernidade e da construção do novo mundo – complexos, diversos, e modernos – no sentido de serem formados no quadro de transformação e consolidação do capitalismo mundial. Logo, não são puros, nem isolados e nem exóticos. Estabelecem, historicamente, relação com mercado, mas de forma própria, singular, conjugando caça, pesca, extrativismo, imaginário de encantarias com as relações de mercado, que sempre estiveram presentes na vida dessas populações.

Essa relação entre tradição e modernidade é o que Harris chama de presente ambivalente dos homens e mulheres da Amazônia, quando analisa as comunidades do médio-baixo Amazonas. Segundo Harris (2006), ao invés de contrapor modernidade e tradição em relação ao estudo da sociedade na Amazônia, a relação entre o capital e os modos tradicionais de vida, é necessário entender essas sociedades como modernas, no sentido de que as mesmas renovam constantemente o seu passado. Dessa forma, não podemos entender o caboclo em uma perspectiva a-histórica e tentarmos construir barreiras para defendê-los da modernidade líquida¹⁹; dos efeitos da globalização sobre a cultura e os modos de vida tradicionais dessas comunidades.

Em seus estudos Harris (2006) apresenta a diversidade e complexidade das comunidades varzeiras. Isso o leva a questionar a visão genérica, homogênea, construída sobre as sociedades Amazônicas. Para o autor, as sociedades Amazônicas são complexas de analisar e conceituar. Para entendê-las é necessário então conhecê-las de perto, dar voz às experiências de cada grupo social da região, retornando ao seu processo histórico para assim compreender a formação social presente hoje na Amazônia.

¹⁹ Entendida por Bauman (2001) como o processo acelerado de mudanças do capital, que impõe rápidas e violentas transformações nas relações produtivas, no âmbito coletivo e individual.

Para Harris (2006), os homens e as mulheres da Amazônia foram formados em um processo histórico pautado em uma religiosidade aberta, mestiça, por uma população heterogênea, formando uma realidade difícil de impor conceitos abstratos. Essa dificuldade nos leva a buscar na realidade de cada região e comunidade sua especificidade histórica e cultural, visto que as análises feitas em relação à Amazônia como a de Santos (1980), Weinsten (1993), entre outros, apresentam um quadro geral da história econômica, mas que não revelam o cotidiano das pessoas envolvidas nessa história. Segundo Harris (2006, p. 89):

[...] Isso inclui aspectos como: a gama completa de atividades econômicas ribeirinhas e como a sua organização se modifica ao longo do tempo, de acordo com os ciclos de mercados; a organização da mão-de-obra; as histórias específicas das regiões e das comunidades, através da migração, práticas matrimoniais, e direitos fundiários; e a construção da vida material pelas imaginações e memórias culturais Amazônicas.

A emergência de políticas governamentais no sentido de desenvolvimento da Amazônia, e a integração das populações nesses projetos passam, necessariamente, por entender as sociedades Amazônicas por dentro, nas suas especificidades. A pesquisa científica é umas das condições *sine qua non* para o avanço de uma perspectiva real entre desenvolvimento e preservação dos recursos naturais e a garantia dos modos de vida dos atores envolvidos.

Percebe-se no limiar do século XXI, a constituição de uma tênue aliança de vários grupos sociais pelo seu direito à vida no Brasil. Como apresentado de forma clara na formação de uma frente unificada em defesa do rio Xingu, contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte no Pará, que se estende a partir de 2009 para os movimentos sociais na Amazônia em uma organização ampla na defesa dos rios. Essa frente é constituída por vários grupos sociais (indígenas, camponeses, quilombolas, assentados, atingidos por barragens, e setor progressista da Igreja Católica) que possuem interesses diversos, mas tem como ponto comum a marginalização do poder político institucional e econômico do Brasil e da Amazônia, a resistência e luta contra a ameaça real aos seus modos de vida.

2.3 CAMPESINATO AMAZÔNICO: PARTICULARIDADES E DIVERSIDADES NAS FORMAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

D’Incao (2002, p. 9) entende campesinato como um modo de vida, ou uma forma de organização social de pequenos produtores rurais, que tem por base as relações familiares e de parentesco. Essa conceituação é pertinente daquilo que observamos no campo de pesquisa, uma que as formas de vida e de organização social dos camponeses da foz do Rio Xingu são constituídas na diversidade da relação desses atores sociais com o ambiente e com a trajetória histórica de sua formação, que têm por base o isolamento dos grandes centros; as relações de parentesco, que criam laços de solidariedade e identidade do grupo, nas chamadas comunidades; e da forte dependência da floresta. Essas particularidades forjam as sociedades camponesas Amazônicas, e a luta pela permanência na terra representa a defesa do seu modo de vida, e de suas diversidades socioculturais.

Segundo D’Incao (2002) a formação do campesinato como sujeito político na sociedade paraense decorre a partir da década de 1960, diante do processo de expansão da fronteira agrícola brasileira para a Região Amazônica. Processo gerado pelo aprofundamento da questão agrária diante da apropriação do grande capital público e privado sobre as terras ocupadas tradicionalmente pelos camponeses, mediante uma legislação que beneficiava o grande capital, e ia de encontro ao direito costumeiro, ou direito anterior à expansão do grande capital nas formas de apropriação da terra, construído historicamente no país ao longo do processo de colonização até o século XIX, que se baseava na ideia de separação da propriedade e da posse, do direito de usar e o direito de ter.

Para Martins (1991) a legislação que regia a propriedade da terra no Brasil até o século XIX permitia a separação ou a acomodação dentro de um mesmo espaço da propriedade legítima de um roçado, de uma casa, ou de outras benfeitorias, de uns, sobrepostas à propriedade da terra de outro. Assim, garantia à expansão e valorização territorial ao proprietário da terra, bem como a reprodução da vida social aos pequenos agricultores impossibilitados do direito à propriedade da terra pela legislação da época. Essas relações legítimas passaram por modificações profundas com a mercantilização da terra pelo grande capital, estruturada pela crescente importância da renda fundiária, reestruturando dentro de uma nova

configuração econômica (grande capital sobre o campo) e social (o fim da escravidão e a hegemonização da mão de obra livre) as relações jurídicas da sociedade brasileira no que se refere à terra.

Essa situação se cristaliza na apresentação de uma nova legislação que correspondia aos interesses dos setores dominantes da sociedade brasileira, temerosa de uma sociedade de pequenos produtores livres com o fim da escravidão. Assim apresenta-se ao proprietário o direito absoluto sobre a propriedade da terra, reunindo a posse ao domínio. Segundo Martins (1991, p. 20),

[...] A grande expansão territorial do capital a partir de meados do século XIX, a crescente importância da renda fundiária, estimularam despejos e violências. Porém, sem a contrapartida de uma lei escrita ou costumeira que reconhece-se os direitos das vítimas, ao menos com a força política suficiente para mobilizar autoridades e instituições no seu cumprimento. O processo foi, pois, o da progressiva conversão do agregado e posseiro, legalmente, em força de trabalho da grande propriedade, ou sua simples expulsão. Os direitos que tinham eram morais e dependiam exclusivamente da vontade e da benevolência do proprietário.

A violência física e moral condicionaram as relações entre os trabalhadores rurais, o Estado e os representantes e/ou beneficiados do grande capital a partir da lei da terra de 1850. Nesse enfrentamento, a tradição e os costumes passaram a informar as ações de permanência na terra, a luta e a resistência dos trabalhadores rurais no Brasil. Essa memória de longa duração do campesinato em relação à terra livre, da posse, da itinerância, se contrapôs ao direito e à legislação que emerge da hegemonização das relações capitalistas no campo.

Com as legislações posteriores a 1850 temos a constituição do embate ideológico que denotam formas diferentes de representação da propriedade da terra entre os trabalhadores rurais e os representantes do grande capital na luta pela terra no Brasil e na Amazônia. Os camponeses justificam o seu direito à terra, e legitimam suas lutas a partir de um conjunto de costumes ligados à tradição e à economia moral baseados em uma realidade anterior a 1850 dos trabalhadores rurais construídos em uma relação histórica com o Estado e os grandes proprietários.

As novas relações estabelecidas a partir da mercantilização da terra no Brasil, no final do século XIX, forjaram um processo de aviltamento das condições dos trabalhadores rurais no Brasil; por outro lado, esses, excluídos do direito burguês à

terra, passaram a questionar, no enfrentamento com o Estado e com o grande capital, a natureza do direito à propriedade e das relações de poder sob a hegemonia das relações capitalistas no Brasil.

Essa realidade se aprofundou no avanço dessas contradições para a última fronteira a ser incorporada pela sociedade nacional, no caso, a Amazônia. É dentro desse cenário, sob uma situação limite, que os trabalhadores rurais históricos ou recém-chegados, vitimados em outras frentes, passam a emergir como a antítese da racionalidade da agricultura moderna, ou capitalista, ao constituir um projeto alternativo de desenvolvimento, que tem por base uma profunda reflexão da sociedade regional e nacional do papel social da terra, das tecnologias, das racionalidades próprias das diversas formas de produção da vida social, da mediação entre a vida e o mercado.

Para Costa (1992) a história da Amazônia e de seus povos se traduz numa saga sistemática e traumática de integração a via ocidental de desenvolvimento, que sobrepõem uma lógica natural a uma lógica do capital. O autor apresenta a desordem da “ordem” do modelo de desenvolvimento das sociedades europeias ocidentais, que integram e homogeneízam diferentes formas sociais de produção do mundo, ao apresentar o pressuposto do particular para o geral, e do geral como representação do particular. Cria-se uma inversão da evolução natural de produção e desenvolvimento das sociedades humanas, que se apresenta na diversidade das formas de reprodução da vida. Na lógica do capitalismo, o particular (que seria a forma de reprodução social da sociedade europeia ocidental) impõe-se como geral, anulando a diversidade de produção humana.

O sistema capitalista impõe em ecossistemas distintos um modelo derivado de uma natureza particular, das regiões temperadas do norte do planeta, padronizando, com adequações em tempo/espaço, relações de troca, relações de propriedades próprias, relações sociais peculiares, técnicas e culturas distintas. No caso da Amazônia, atropelam a natureza e seus povos. Segundo Costa (1992), derivante desse quadro impõe-se uma ideologia legitimadora como um dos instrumentos de consolidação da via ocidental de desenvolvimento face ao Outro diferente. Ideologias que se justificavam pela cristianização, civilização, no século

XVIII e XIX, são legitimadas pela religião da razão, construtora da ideia de progresso e da modernização.

Costa (1992) comenta a irracionalidade da imposição de uma economia ideal, baseada no modelo da agricultura e da pecuária como formas civilizadas de produção em face de uma economia extrativa real que predomina há séculos na Amazônia. Ao afirmar a inadequação da via europeia de modernização do campo, Costa (1992) defende a funcionalidade da economia extrativa na Amazônia, visto que nos períodos de prosperidade e crise a base central da economia Amazônica foi extrativa (drogas do sertão, borracha, balata, madeira, pescado), e esta sustentou por séculos os povos da região. Porém, detentores de uma ideologia europeizante, a primeira perspectiva foi entendida pelas elites coloniais e mais tarde, pós-emancipação política no século XIX, pelas elites nacionais como sendo o modelo que nos regenera, e nos permite a redenção civilizadora que nos levaria a uma economia moderna e ao progresso. Já a segunda, a economia extrativa, é vista como vestígio do primitivismo, da incapacidade de ação transformadora (destruidora) da natureza, da permanência da paisagem de florestas diante da necessidade de uma paisagem que apresente o modelo urbano-industrial dominador e hegemônico europeu. Segundo Costa (1992, p. 4),

[...] Concretamente o processo de inserção da Amazônia no capitalismo, enquanto processo de integração e homogeneização, tem-se feito por fases em que, ao lado de uma integração geográfica efetiva a um certo centro de poder, uma dada estratégia de homogeneização referenciada por um conjunto de valores culturais e ideológicos e por objetivos e meios econômicos específicos é sistematicamente perseguida, sendo, porém, *in limine* contrariada por condições objetivas derivadas, no fundamental, da especificidade do ecossistema de florestas tropicais da região.

A realidade natural e social Amazônica se apresentou historicamente como um desafio ao esforço civilizador da sociedade nacional, mesmo quando a economia extrativa Amazônica no primeiro ciclo da borracha, se torna a segunda no *ranking* de contribuição à economia nacional, sem o esforço em investimentos e incentivos fiscais que recebia a velha monocultura, agora com uma nova mercadoria, o café, no mesmo período. A realidade da economia extrativa Amazônica, seu funcionamento, era um mistério para os agrônomos, até meados do século XIX, difícil de dominar e controlar, bem como a dispersão e a semi-autonomia dos trabalhadores da região, que criava um sério obstáculo à exploração de uma mão-de-obra regular (SANTOS,

1980; WEISTEIN, 1993). A aparente irracionalidade da economia Amazônica, posta pelo discurso civilizador, precisava ser dominada.

Isso posto, percebe-se a continuidade de uma ideologia derivada de outra realidade sobre as particularidades dos trópicos nas estratégias de vários governos no Brasil suprimir a economia extrativa, substituindo-a pela grande empresa capitalista em mega projetos agropecuários capazes de domar a natureza e os “povos selvagens” amazônicos, tarefa posta em prática de forma afrontosa e violentamente pelo governo militar no Brasil a partir dos anos de 1960 (COSTA, 1992).

Os anos de 1960 representam, assim, o momento de emergência da luta camponesa na Amazônia devido ao agravamento da situação de violência e de opressão em que os trabalhadores rurais, tanto os históricos como os recém-chegados, se viam diante da pressão do avanço acelerado dos interesses da burguesia rentista pela terra e pela opção do Estado ao representar os interesses dos setores dominantes da sociedade brasileira. A partir da segunda metade do século XX a Amazônia será palco de uma saga de vários atores sociais em enfrentamento com o Estado e grandes grupos econômicos privados como forma de manter as suas vidas. Hidrelétricas, estradas, portos, projetos de colonização, extração madeireira, mineração, se traduziu para o campesinato na Amazônia em destruição, pobreza, violência, e morte (MARTINS, 1991; MEDEIROS, 1989; HALL, 1991; MAGALHAES, 1991; HÉBETTE, 2002).

Sob relações diferenciadas de ameaças das suas vidas, ora lutando contra as geleiras ora contra madeiras, ora contra a expropriação pelos grandes projetos hidrelétricos ora contra a grande propriedade baseada na pecuária, ou na monocultura; bem como em frentes diferenciadas de resistência e negociação como no estabelecimento de acordos de pesca contra a pesca industrial nos lagos, nos rios, e nas zonas costeiras; até aos empates pela manutenção da floresta contra o pasto e a monocultura nas áreas de seringais no Acre, os homens e mulheres da Amazônia se viram acuados e postos em xeque numa ação conjunta do Estado e do grande capital.

A resposta se traduziu em uma capacidade de organização e enfrentamento ímpar dos camponeses, que já apresentavam a questão da terra como uma das

grandes bandeiras para um efetivo processo de democratização do Brasil. A garantia da reforma agrária e cidadania aos trabalhadores rurais (como a aplicação dos direitos trabalhistas) era a condição da própria democratização da sociedade nacional, bem como a luta por um novo sindicalismo e novas formas de organização. Essa conjuntura convergiu no final da década de 1970 para greves dos trabalhadores rurais nas plantações de cana-de-açúcar contra a super-exploração pelos usineiros; para o questionamento dos pequenos produtores à política agrícola governamental; para a organização do movimento dos seringueiros no Acre, através dos empates; para a emergência dos movimentos dos atingidos pelas barragens; e iniciando a década de 1980, a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, todos incentivados pela ação da CPT (MEDEIROS, 1989).

Na Amazônia, a existência de formas diferentes de ameaças do campesinato convergia para a iminência da perda de suas terras, logo da não possibilidade de reprodução social do grupo (caça, coleta, agricultura de subsistência, extrativismo, pequenas criações, pesca). Assim, passa-se a tecer uma rede de solidariedade extensa entre os grupos sociais impactados pelos grandes projetos na Amazônia a partir de 1960, que se consolidou nas décadas de 1980 e 1990 diante do contexto de redemocratização da sociedade brasileira e de reorganização da sociedade civil. Essa rede passou a inserir alianças institucionais e não-institucionais (partidos, igrejas, ONG, associações, STTR, universidades) e criou, em conjunto com o campesinato amazônico, a visibilização política e institucional dessa classe, ou seja, espaços de viabilidade das demandas desse segmento social na agenda política regional e nacional.

Sob as formas diversas de reprodução social os trabalhadores rurais da Amazônia, especificamente do estado do Pará, formados e localizados em sua relação histórica com a natureza, tiveram que constituir forças para reagirem a uma realidade de extrema adversidade, o avanço das relações capitalistas dominantes no centro-sul do Brasil para a região Norte. Ribeirinhos, extrativistas, pescadores, quilombolas, posseiros, peões, varzeiros tiveram que enfrentar não mais os antigos donos dos rios, os oligarcas que mantinham o controle sobre a região através do uso do compadrio, das relações de interdependência, da força dos jagunços nos períodos de surtos econômicos ligados a algum tipo de produto da floresta, como a

borracha, o caucho, castanha, que foram os principais produtos na segunda metade do século XIX e em meados do século XX (EMMI, 1999).

As antigas relações de mando a que estavam submetidos os camponeses na Amazônia passaram a ser substituídas pela ação do Estado e das grandes empresas capitalistas. O mandonismo ainda se encontra presente na memória camponesa do Xingu na figura de dois grandes oligarcas da região: José Julio de Andrade e José Porfírio de Miranda, coronéis da borracha que atuaram através da violência e da pedagogia do medo em relação aos trabalhadores extrativistas da região, com a expulsão e morte de seus desafetos. No baixo Xingu a associação do Estado, do grande capital, com as antigas oligarquias locais são expressas nas relações políticas nas décadas de 1980/1990, mas que passou a ser questionada, e combatida pela organização dos movimentos sociais locais, no processo de reabertura política do Brasil. Cenário expresso na luta camponesa no município de Porto de Moz contra a oligarquia local expressa na família do prefeito do município, Gerson Campos. Essa família representava e representa os interesses das empresas madeireiras e do latifúndio no local, e controlava pela violência, cooptação e medo os moradores da região.

Podemos dizer que a formação do campesinato paraense se fez ao longo dos séculos iniciais da colonização do Vale Amazônico, quando temos a presença de um pequeno campesinato formado em espaços de sociabilidade e de constituição de novas identidades à margem da sociedade colonial escravista Amazônica, em que negros, indígenas, mestiços, brancos, através de fugas, rebeliões, cisões formaram grupos sociais que foram se forjando na região nos espaços das fronteiras, distantes das autoridades coloniais, mas que possibilitavam o contato com a sociedade nacional através das trocas comerciais. A Cabanagem²⁰ foi outro momento de formação das sociedades rurais semiautônomas da Amazônia. Nesse processo temos a desarticulação das formas de controle da sociedade escravista devido ao enfraquecimento do poder central, diante das cizânias políticas, da crise econômica, das epidemias que grassavam na província do Grão Pará em meados do século XIX. Nesse quadro temos a organização de comunidades camponesas distantes do controle senhorial (GOMES, 1993).

²⁰ Revolta popular ocorrida no Grão-Pará no processo de emancipação política do Brasil na primeira metade do século XIX.

Temos dessa forma um histórico longo de formação do campesinato tradicional paraense que se consolidou no final do ciclo econômico da borracha. Segundo Wolf (1999) com o abandono da produção extrativista pelos donos dos seringais (seringalistas), os seringueiros foram abandonados a sua própria sorte. O relaxamento do controle sobre essas áreas possibilitou a homens e mulheres reinventarem formas de relação com a natureza e relações de reprodução da vida social. Com a decadência da economia da borracha temos a formação de comunidades rurais que passam a viver de forma semiautônoma, distantes do Estado e dos mercados. A maioria das comunidades rurais do baixo Xingu emergiram ao longo desse processo.

Segundo D'Incao (2002), no Pará a visibilização política, o fortalecimento da organização do campesinato se construiu num diálogo entre os camponeses e os intelectuais de ação²¹, que levou à emergência de um movimento chamado pela autora de a construção social do campesinato paraense. O contexto de emergência da organização política desse movimento é o intenso processo de reorganização da sociedade paraense diante do enquadramento da região aos interesses do grande capital na região, sob o incentivo e proteção do Estado a partir das décadas de 1960/1970.

A ação dos grandes projetos dos governos militares para a região que tinham por base a colonização dirigida; os grandes projetos de mineração; de pecuária; de extração madeireira; de colonização dirigida e espontânea, chamados de política de colonização da terra, que resultam em um intenso processo de migração de camponeses pobres para a região, forjou um quadro de graves conflitos sociais para os migrantes, neo-campesinato, e a população rural tradicional (CASTRO, 2001; D'INCAO, 2002; HÉBETTE, 2002; MARTINS, 1983; MEDEIROS, 1989; SOUSA, 2002).

A mobilização dos camponeses excluídos do processo de modernização da sociedade nacional, em particular das áreas do Sudeste e Nordeste do país, pela propaganda de empregos e terras na Amazônia feitas pelo governo militar, criou uma desorganização das sociedades rurais históricas do Pará. Esses novos atores

²¹ Segundo D'Incao (2002, p. 12) os intelectuais de ação são aqueles que abandonaram o paradigma da neutralidade científica e assumiram a responsabilidade de engajamento junto aos seus sujeitos de observação, tendo a consciência da ciência como relação social.

sociais, chamados de neocampesinos, entendidos a partir de relações mais intensas com o mercado, se deslocaram para a Amazônia pelos projetos oficiais de colonização ou por iniciativa pessoal, os aventureiros, se instalando ao longo das estradas abertas pelos grandes projetos. Porém, esses novos segmentos iriam se defrontar com o campesinato que já vivia na região, e com abandono do Estado, a partir do final da década de 1980 devido à crise do governo militar no Brasil (HÉBETTE, 2002).

Do encontro entre esses dois segmentos excluídos pela política desenvolvimentista do governo militar na Região Amazônica, emergem os movimentos sociais rurais na luta pelo acesso e manutenção das terras e do direito à sua reprodução. Segundo D'Incao (2002, p.11) “essas mobilizações se iniciaram com lutas pelo acesso ou manutenção da posse da terra, que marcaram a passagem do regime da ditadura militar para o regime democrático”.

Observamos essa construção do campesinato no Pará nos relatos da memória dos chamados pioneiros da colonização oficial da Transamazônica em cidades como Medicilândia, hoje conhecida pela sua produção cacaeira; Brasil Novo; Belo Monte I e II. Na memória social está presente o sentimento de solidão e abandono, da saudade dos parentes que ficaram para trás; das dificuldades na alimentação devido ao desconhecimento dos recursos da floresta e a necessária adaptação dos hábitos alimentares; o medo das doenças diante da ausência de políticas públicas, das distâncias das agrovilas²², das cidades como Altamira ou, de forma quase inacessível da cidade de Belém; das insistentes investidas agrícolas, diante do desconhecimento da realidade natural, da perda da produção diante da falta de escoamento das mercadorias; e da formação de uma economia que alia subsistência e mercado. Situação construída pela concepção de integração da região a partir de um modelo exógeno da realidade local. Segundo Hébette (2002, p.182),

²² No projeto de colonização oficial dos governos militares na Amazônia, realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) órgão oficial do estado responsável pelas questões da terra no Brasil, as áreas reservadas para o pequeno agricultor foram os trechos abertos, paralelo e transversal, a BR-230, em que o assentamentos dos colonos, lotes, se dava em fila indiana até o final desses trechos. Como espaços de sociabilidade foram criados núcleos artificiais chamados de agrovilas.

[...] os projetos oficiais de colonização foram pensados em gabinetes, sem levar em conta nem as restrições derivadas do solo, a não ser por meio de algumas classificações muito gerais em termos de fertilidade (terras roxas e latossolos), nem as populações presentes (notadamente as populações indígenas) nem as estruturas sociais características dos camponeses migrantes.

Desse contexto temos o processo de formação e consolidação da luta camponesa no Pará que tem como expressão, na região sobre forte intervenção federal, a organização do Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) nos anos de 1980, formado por trabalhadores rurais abandonados à sua própria sorte em uma região muito diversa daquelas a que estavam adaptados a produzir, numa conjuntura econômica de crise do país, chamada de fim do milagre econômico brasileiro. Diante do fracasso das políticas de colonização da fronteira agrícola da Transamazônica, feita sob a regência do governo militar, os camponeses traçaram uma aliança com setores progressista da Igreja Católica, dos movimentos sociais urbanos (professores, mulheres, gráficos), com partidos políticos, como forma de acesso e permanência na terra.

Uma história de sofrimento, de resistência e de luta desses brasileiros que ousavam manter-se na terra diante de políticas governamentais de abandono e de marginalização e passaram a reinventar suas vidas. Essas histórias marcaram profundamente a memória local, narradas pelos camponeses na sombra de uma árvore no quintal, ou no almoço que contém o churrasco, a galinhada, a milharina, os doces, trazidos de sua cultura primeira, o suco de cupuaçu, o açaí, a carne de caça, incorporados nos hábitos alimentares pelos anos da região. Essa reelaboração teve como premissa a relações de parentesco e de vizinhança, e a apropriação dos espaços da Igreja Católica, pelos camponeses.

Segundo D’Incao (2002), nas décadas de 1980 e 1990, o intenso debate entre as lideranças camponesas e os intelectuais de ação criou um movimento de construção social do campesinato paraense, que seria a legitimação e a institucionalização dessa categoria social na arena e na agenda política que debate o seu desenvolvimento. O segmento mais importante no debate sobre o desenvolvimento no campo, o campesinato, foi historicamente invisibilizado dos debates e das decisões em relação às políticas de desenvolvimento, que foram construídas e executadas por atores exógenos atendendo os interesses dos setores privados nacionais e internacionais subsidiados pelo Estado brasileiro.

Esses novos atores sociais da Amazônia aliaram-se aos camponeses históricos da região ampliando suas forças, e se fazendo representar na arena política como representantes do próprio movimento. Com a eleição de seus representantes para cargos legislativos criou-se a possibilidade de garantia de algumas demandas para a região, como é o caso da eleição de Valdir Ganzer, Zé Geraldo, Airton Faleiro, todos migrantes camponeses, a cargos de representação federal e estadual, formados, como quase todas as lideranças no Xingu, pelos setores progressistas da Igreja Católica, ligados à Teologia da Libertação, e depois vinculados ao Partido dos Trabalhadores. Segundo Hébette (2002, p. 221),

[...] foi essa organização pastoral que serviu de suporte para a emergência de um movimento camponês fortemente estruturado. Ela foi iniciada por jovens religiosos profundamente marcados na sua formação religiosa, feita fora da prelazia, pela Teologia da Libertação e posteriormente influenciada pela “análise marxista da realidade”, conforme se falava na época. Originou uma formação dos camponeses marcada por um engajamento mais nitidamente político do que religioso.

Traço relevante para o estudo da luta pela terra no Pará é a relação estreita entre a região do Tapajós e do Xingu, e da Amazônia ocidental. Chama atenção especialmente para o papel da Igreja Católica de Santarém no processo de formação, de organização, e de articulação dos camponeses nesta vasta região, que agrega inclusive movimentos camponeses de partes da Amazônia não brasileira. No campo em julho de 2008 nas cidades de Santarém e Porto de Moz, ligadas via fluvial pelo trecho Altamira- Vitória do Xingu - Senador José Porfírio - Porto de Moz - Prainha – Santarém percebemos que, lideranças importantes na organização da luta pela terra na década de 1980 e 1990 em Porto de Moz vieram direcionados neste sentido da cidade de Santarém, atuando através das CEB e dos movimentos sindicais.

Ao perguntar para a liderança 02 sobre seu processo de formação política, do seu engajamento ao movimento social, ela respondeu que “vinha nessa vida desde os nove anos, na Igreja, no movimento de catequese, das CEB”. A entrevistada lembra-se da importância do padre Nicolau na década de 1980, na organização dos camponeses do município. Inclusive conheceu o marido, ex-seminarista da cidade de Santarém, no trabalho de militância católica nas comunidades ribeirinhas de Porto de Moz, vidas que se cruzaram na luta pela terra.

Existe uma conexão real e sistematizada, construída historicamente, com papel de destaque para a Igreja Católica, a partir do Xingu para o oeste da Amazônia, como uma fronteira de luta do movimento social, sentida no trabalho de campo tanto nas relações políticas como sócio-culturais nos movimentos sociais, que não é presente, a não ser formalmente, com a cidade de Belém e sua área de influência. O movimento das mulheres no campo e na cidade se faz presente em Belém, mas sua coordenação é em Altamira, dentro do espaço da prelazia do Xingu. Formas diversas da organização do campesinato na Amazônia devem ser analisadas pelas pesquisas sociais como resultado do poder de organização e luta de segmentos sociais excluídos pelas políticas de modernização da região.

Essa diferença do movimento social e de seus aliados é sentida na própria academia nos núcleos da Universidade Federal do Pará em Altamira e Santarém, principalmente em relação ao primeiro. No decorrer da pesquisa de campo não presenciamos a participação de alunos nem de professores do núcleo de Altamira em debates importantes sobre o destino da região face aos projetos de intervenção do Governo Federal. Sente-se o afastamento da academia dos movimentos sociais no baixo Xingu, salvo exceções de projetos de extensão do Laboratório Agro-Ecológico da Transamazônica (LAET) que tem um papel fundamental na organização e no fortalecimento da agricultura familiar na região. Passando esse interstício, voltemos à trajetória da organização camponesa no Pará.

A década de 1990 representa o avanço e a institucionalização da luta dos camponeses na Transamazônica, bem como a ampliação das alianças entre os neo-camponeses e os camponeses históricos do Xingu, expressos na nova denominação do antigo MPST que passa a se chamar Movimento pelo Desenvolvimento na Transamazônica e Xingu (MDTX). Essa denominação permanece e congrega uma série de movimentos sociais – de mulheres, pescadores, extrativistas, indígenas, ribeirinhos, professores, ambientalistas, estudantes, sindicatos rurais, clubes de mães. Esses vários movimentos formam uma corrente de solidariedade e resistência, e utilizam o MDTX e sua representação jurídica a Fundação Viver, Produzir, e Preservar (FVPP), para a qualificação de suas estratégias de luta e a implementação de políticas públicas de saúde, de educação, de assistência técnica e agrícola, de créditos; bem como formam um intenso debate sobre uma nova proposta de desenvolvimento em bases sustentáveis para a região.

O MDTX possui uma ampla rede de contatos regionais, nacional, e internacional, com movimentos ligados às suas bandeiras de luta. Se faz presente nos debates, na organização e nos encaminhamentos dos movimentos sociais na região através de representantes de cada área: direitos humanos, gestão sustentável, comunicação, consolidação da agricultura familiar.

O MDTX representa as novas formas de articulação dos camponeses na Amazônia na luta pela terra, que devem ser refletidas e compreendidas pela academia. A criação de novas estratégias construídas pelo campesinato reflete o entendimento dos atores sociais distantes dos centros científicos e políticos, como os camponeses da RESEX “Verde para Sempre”, diante da globalização da informação, da visibilidade do discurso sustentável, e do papel da Amazônia dentro do debate ambiental mundial.

O debate ambiental impulsionou e viabilizou muitas demandas do movimento camponês dentro de uma conjuntura internacional e nacional favoráveis: fóruns globais sobre meio ambiente, pressão sobre os bancos multilaterais em relação aos tipos de investimentos em relação às áreas de floresta tropical; eleição à presidência da República de um grupo historicamente ligado à luta camponesa; a indicação de Marina Silva, ligada aos movimentos sociais da Amazônia, e aos ambientalistas e intelectuais que deram suporte teórico e técnico à ideia de desenvolvimento sustentável com justiça social, como ministra do meio ambiente. Em particular, podemos observar essa realidade através da expansão do número de unidades de conservação de uso direto, nas áreas de mais forte atuação do movimento camponês na região do Xingu e Tapajós a partir do final dos anos 1990 até meados de 2007²³.

Sousa (2002), em estudo sobre a reprodução camponesa em Cametá/PA, no final do século XX, fala que os camponeses, na luta pela quebra do elo de subordinação histórica com os grupos econômicos e eclesiásticos que se estruturavam através de vários tipos de créditos, criaram novas formas de articulação na luta pela posse e gestão da terra. Segundo o autor, a luta pela conquista de crédito financiado pelo FNO²⁴ para mini e pequenos agricultores deu

²³ Conferir em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 05 de set.2010.

²⁴ Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, administrado pelo Banco da Amazônia (BASA).

unidade para a ação política dos camponeses de Cametá, que viam no crédito bancário a possibilidade de ruptura das relações de controle e submissão que estavam historicamente submetidos e a esperança da garantia da terra e de sua reprodução social.

O campesinato resiste na Amazônia, se articula com novas nomenclaturas e discursos que lhe possibilitam ampliar seu leque de forças, na luta pela manutenção de seus territórios e meios de vida. São caboclos, povos da floresta, povos tradicionais, que utilizam de novas categorias e discursos que têm por natureza última a transformação e adequação da luta camponesa dentro de conjunturas que lhes possibilitem a sua reprodução social, as suas formas de vida, de cultura e seus sonhos de uma vida de bonança, de prosperidade diante de um quadro adverso de inserção do grande capital na região, aliado das oligarquias remanescentes locais que ameaçam suas perspectivas.

Benatti (2009), quando fala sobre o pluralismo jurídico no tratamento da questão agrária na Amazônia, diz que o campesinato possui formas de apropriação e luta alternativas pela posse agrária na Amazônia. As alianças do campesinato apresentam características singulares e contextos sociais diversos, como diversa é a realidade da região. A unidade da luta dos expropriados e dos ameaçados de expropriação no campo se apresenta em torno do crédito, da posse da terra para assentamentos do MST, ou do INCRA, de pressão sobre as instituições fundiárias pela liberação de títulos de posse sobre áreas de antiga ocupação, na criação de áreas de quilombos, e de reservas extrativistas.

As formas diferenciadas de organização, de luta, e de representação das organizações dos camponeses têm como ponto comum, de um lado, a resistência ao avanço sistemático e violento do capital e de seus agentes (latifundiários, madeireiros, empresários, grupos financeiros) associados, na maioria das vezes aos representantes dos governos federal, estadual e municipal brasileiros, que legitima ações que ameaçam a posse da terra e o modo de vida do campesinato, adverso do que seria a sua função de regular e mediar os conflitos sociais; e de outro, a formação de vínculos de solidariedade entre as classes e grupos sociais afetados e ameaçados pelo aprofundamento da expropriação das massas populares feita pelo grande capital.

Essa articulação em redes sociais entre os vários segmentos excluídos ou ameaçados da expropriação de suas áreas floresce na década de 1980 e 1990 (Grito do Campo, os povos da floresta, a Igreja dos Oprimidos, Teologia da Libertação); na região da Transamazônica e Xingu temos o Movimento de Sobrevivência da Transamazônica. Essa situação é caracterizada segundo Gohn (2008) em um novo contexto de organização dos movimentos sociais no Brasil, que a autora chama de novos movimentos sociais, que seriam as novas estratégias políticas e novas demandas, além das econômicas. Entra em cena a temática e o discurso ambiental nos movimentos sociais no campo, em particular na Região Amazônica, através de novos atores sociais, os seringueiros, e de uma nova proposta de regularização fundiária, a reserva extrativista, entendida por estes atores como uma reforma agrária ambiental.

O contexto de luta e de articulação entre os movimentos sociais e os ambientalistas emerge no momento em que as populações históricas da Amazônia, e das áreas de florestas no mundo, se tornaram para ambientalistas atores fundamentais para o conhecimento e a preservação das áreas naturais, e aliados importantes em suas causas. Observaremos essa trajetória a seguir.

3 CAPITULO: ÁREAS PROTEGIDAS: A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE PRESERVAÇÃO E SEUS IMPACTOS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

3.1 HISTÓRICO DAS IDEIAS E EXPERIÊNCIAS SOBRE AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO DA NATUREZA

As áreas de Proteção da natureza ou unidades de conservação existentes no Brasil, dentre estas a categoria reserva extrativista, são herdeiras do debate homem/natureza e da decorrente degradação desta última de forma intensa e acelerada a partir do desenvolvimento das novas tecnologias de produção decorrentes da Revolução Industrial e da consolidação de um novo modelo de sociedade, urbano-industrial, sob valores liberais/burgueses hegemônicos no quadro dos séculos XVIII e XIX na Europa Ocidental. Faz-se, então, necessária digressão sobre tema no sentido de entender como esse é recebido e representado no Brasil, sob nossas particularidades.

O modelo da sociedade urbano-industrial passou a sofrer uma poderosa crítica por parte da intelectualidade europeia e estadunidense em relação ao mal-estar da civilização, da degradação da vida nas grandes cidades, da poluição do ar, das águas, e da paisagem, a partir do século XIX. Recai sobre as cidades industriais uma crítica estética: não havia beleza, harmonia, nada que pudesse encantar. Volta-se então para a busca de um passado idílico, das paisagens naturais, da recuperação de uma relação harmoniosa da humanidade com a natureza.

Assim, emergem as ideias de áreas naturais protegidas, sem a presença humana, como forma de salvaguardar espaços de grande riqueza e beleza natural, que servissem de descanso, reflexão e lazer para os homens modernos recarregarem suas energias (DIEGUES, 1994; VIANNA, 2008; PÁDUA, 2004). A ideia de *wilderness* (vida selvagem/espacos intocados), de espacos vazios que devem ser protegidos, sem a presença humana, especificamente o homem urbano-industrial. Cria-se, dessa forma, uma representação da natureza construída sob a ótica das sociedades industrializadas, urbano-industriais, herdeiras de uma visão cristã e racionalista que vê o homem separado da natureza, dentro de uma relação de subordinação/dominação. Segundo Vianna (2008, p. 35),

[...] a relação homem/natureza é uma das argumentações centrais nas discussões sobre a conservação da natureza. O ponto nodal é a separação entre homem e natureza como pressuposto das propostas conservacionistas como as áreas protegidas de uso indireto, cuja ótica dá essa separação como causa da destruição do ambiente.

As áreas protegidas, como as reservas extrativistas, são resultado de um intenso e longo debate sobre a relação entre homem/natureza constituído nas sociedades ocidentais ao longo de sua história. Vianna (2008) traça um panorama das mutações das ideias que nortearam as concepções de homem e natureza no Ocidente, e de como essas se estruturam em pressupostos filosóficos dos movimentos ambientalistas e das políticas públicas, mesmo que não consciente, que fomentaram os debates sobre os impactos ambientais causados pelas sociedades urbano-industriais herdeiras da Revolução Industrial do século XVIII, que tem por berço a Inglaterra.

Podemos dizer que as concepções sobre meio ambiente presentes nos discursos dos ambientalistas que estruturam as propostas de implantação das unidades de conservação ou áreas naturais protegidas, que tem uma grande influência no movimento ecológico e nas políticas públicas sobre o meio ambiente no Brasil, são herdeiras de duas concepções filosóficas construídas ao longo dos séculos XIX e XX nas sociedades Ocidentais: a filosofia radical e a filosofia reformista (DIEGUES, 1994; VIANNA, 2008)

Para Diegues (1994) a criação do conceito de áreas naturais protegidas são estratégias para a conservação da natureza, que tem por objetivo resguardar determinados espaços que caracterizam biomas ecologicamente importantes. Essas áreas protegidas têm por concepção a conservação de ilhas de vida “selvagem” ou “intocadas” pelo homem urbano-industrial. Logo, as ideias de parques e reservas naturais são entendidas como áreas livres da ameaça de destruição humana, este concebido separado da natureza, e ator principal da destruição ambiental. A seleção das áreas de proteção seria a de espaços que não se permitissem a presença humana, ou seja, a exploração da natureza pelos seres humanos. Essas áreas seriam espaços onde o homem moderno teria suas energias renovadas ao apreciar a beleza natural e estética dessas áreas, bem como um espaço de reflexão e pesquisa científica.

Essa representação de uma natureza intocada e de espaço de reflexão, de recuperação física, espiritual e de lazer dos seres humanos é característico das sociedades liberais burguesas europeias, presente no ideário dos pensadores românticos oitocentistas da aristocracia europeia como Balzac²⁵, em que a natureza é o espaço de cura dos males da vida urbana e industrial, se criando uma visão utópica das áreas rurais, de uma vida bucólica, na busca de um tempo perdido, congelado. Segundo Diegues (1994, p. 51),

[...] a concepção de áreas naturais protegidas enquanto natureza selvagem parece ser um desses neo-mitos. Nela parece se operar uma simbiose entre o pensamento racional e o mitológico. Nesse conjunto de representações sobre o mundo natural intocado e intocável existem elementos claros que reportam ao pensamento empírico-racional, como a existência de funções ecológicas e sociais da natureza selvagem (o conceito de biodiversidade, por exemplo). De outro lado, existem nesse neo-mito elementos míticos claros que reportam a ideia de paraíso perdido, da beleza primitiva da natureza anterior à intervenção humana, da exuberância do mundo natural que leva o homem urbanizado a apreciar o belo, o harmonioso, a paz interior proveniente da paisagem intocada.

Se produz, dessa forma, o neo-mito do paraíso perdido nas concepções de áreas de proteção como o modelo de Parques naturais. Essa representação da relação homem/natureza perpassa em diversos discursos ambientalistas no mundo e no Brasil. Porém deve ser ressaltado que a mesma é produto de uma sociedade específica em tempo/espaço, logo não deve ser massificada e homogeneizada para outras sociedades, visto que cada grupo humano se relaciona com a natureza e a representa a partir de suas formas de reprodução da vida social, como no caso das sociedades camponesas no Xingu, que através de um longo processo histórico de adaptação construíram uma relação singular com o espaço da floresta tropical úmida, que se faz numa permanente e ininterrupta relação de uso e conservação do meio ambiente (LÉVI-STRAUSS, 1976; MORÁN, 1990).

A visão homem/natureza que subsidia a criação de áreas naturais protegidas presentes na contemporaneidade tem por base o debate construído entre os grupos conservacionistas e preservacionistas das sociedades centrais do capitalismo. Os conservacionistas entendiam a necessidade da conservação de áreas naturais como uma reserva de mercado para o uso da maioria da sociedade, dentro de uma visão de uso racional dos recursos naturais para necessidades futuras; essa visão utilitarista, conhecida também como antropocêntrica, vê a natureza como um recurso

²⁵ Conforme: BALZAC, A mulher de trinta anos (2003).

que deve ser cuidado em função dos seres humanos, em último caso essa concepção entende a natureza subordinada ao homem.

Os preservacionistas, conhecidos também como radicais ou ecocêntricos, defendem que o homem está subordinado à natureza, que este faz parte desta como mais uma espécie, que deve apenas fazer uso daquilo que for necessário para a sua sobrevivência. O que chama a atenção nessa teoria é a ideia da natureza ser defendida em si mesma, sem uma relação direta com os seres humanos, estes apenas fazem parte desse sistema maior, que seria o mundo natural (DIEGUES, 1994; VIANNA, 2008).

Dos debates das duas vertentes observadas acima nasceu o modelo de parques nacionais, ilhas de preservação, sem a presença humana, como forma de preservação da vida selvagem (*wilderness*). O modelo pioneiro de parques nacionais foi criado nos Estados Unidos em 1871, chamado de *Yellowstone*. Este modelo foi exportado para a periferia do mundo capitalista como a forma de preservação da natureza da ação destruidora do homem. Porém, como projeto exógeno quando passou a ser implantado dentro de realidades diversas daquela em que foi criado causou um impacto negativo sobre diversos grupos sociais, ameaçando e destruindo suas formas de reprodução social, visto que as áreas de proteção foram impostas em territórios historicamente manejados por diversos tipos de sociedades (camponesas, ribeirinhas, indígenas).

A maioria das sociedades em que o modelo americano de áreas de conservação foi implantado sofreu fortes impactos. Muitos foram expulsos de suas terras ou proibidos de exercer as atividades tradicionais que davam suporte a suas vidas, como o extrativismo, a caça e a pesca. Logo, o modelo de *Yellowstone* criou conflitos em várias áreas no planeta com as populações que manejavam há séculos as áreas naturais (VIANNA, 2008; DIEGUES, 1994; BARRETO FILHO, 2006).

3.2 AS TRANSFORMAÇÕES DA CONCEPÇÃO DE CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS NATURAIS NO CONTEXTO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: A NOVA RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA

Essa concepção dicotômica homem/natureza reinante no século XIX e na primeira metade do século XX nos grupos de defesa do meio ambiente na Europa e nos Estados Unidos, ecoa até hoje entre muitos movimentos ambientalistas e em políticas governamentais em várias partes do mundo, com graves efeitos sobre as populações que por séculos habitavam as regiões de florestas no mundo e, em particular para este estudo, da Amazônia, pois que não levava em consideração a realidade biótica e humana de cada região em que o modelo de Yellowstone foi implantado, o que leva, muitas vezes, os grupos sociais residentes em áreas de conservação a boicotarem as políticas governamentais ambientais que são construídas alheias aos seus interesses.

Segundo Diegues (1994), o modelo de *Yellowstone* foi criticado tanto dentro como fora dos Estados Unidos. Os ecocêntricos acusaram a criação do parque de atender aos interesses de uma visão antropocêntrica e utilitarista do homem moderno, já que beneficiava a população urbana, sendo um espaço de lazer e de apreciação da vida selvagem, não levando em consideração o valor da natureza em si, o que discriminava áreas muito importantes para a preservação dos ecossistemas, mas que não contava com o apelo da beleza estética, e que se encontravam ameaçadas pelo crescimento populacional. Outros setores do movimento ambientalista criticavam o modelo de parque por não levar em conta o manejo praticado tradicionalmente nas áreas naturais, e pela percepção estática concebida pelo conceito de *wilderness* das áreas naturais, como intocadas, sem atentar para as dinâmicas próprias da relação homem/natureza.

Essa importação da ideologia de parques, dos países com histórico de industrialização e urbanização em climas temperados sofreu severas críticas por ser inadequada e problemática para as áreas tropicais e pobres do sistema capitalista (DIEGUES, 1994; BARRETO FILHO, 2006; VIANNA, 2008). O histórico de desenvolvimento, das formas de vida social, do processo de urbanização e industrialização, do papel das instituições e o poder da sociedade civil, o abismo social gerado pela concentração de renda, os graves conflitos sociais gerados pela pobreza, pela falta de acesso às benesses das instituições liberais (segurança,

saúde, educação, habitação), os graves conflitos fundiários, o fisiologismo, o corporativismo, tornavam o debate sobre a preservação da natureza exógeno à dura realidade das populações dos países da periferia do sistema capitalista, em que a palavra de ordem é a sobrevivência dos grupos sociais ameaçados de forma constante diante dos avanços das relações capitalistas, o que leva à destruição dos recursos naturais das quais sobrevivem (a caça, a pesca e a coleta) e a expropriação das suas terras, que detém não apenas o meio de reprodução material, mas também o cultural.

Os debates sobre a proteção de áreas naturais, até a primeira metade do século XX, não levava em consideração a importância da questão social relacionada aos fatores ambientais, e invisibilizava os atores sociais que ocupavam historicamente essas áreas, através da retirada, expulsão, ou de condicionantes que impossibilitavam as formas de reprodução da vida social desses sujeitos, que se baseava na exploração dos recursos naturais dessas áreas.

Soma-se a isso a frágil organização política das populações locais no sentido de sua representação nos fóruns globais, nacionais e locais sobre a questão ambiental na defesa de seus direitos à terra e aos recursos naturais; do frágil poder legitimador das suas representações da relação homem/natureza frente aos interesses e às ideias sobre o meio ambiente das sociedades modernas ocidentais ou ocidentalizadas, racionalizadas.

Essa situação passou a sofrer modificações a partir da década de 1960 com as novas modalidades dos movimentos ambientalistas, como a ecologia social ou o eco-socialismo e a organização dos sujeitos locais impactados ou em via de impactos pelo ideário de parques e áreas protegidas. Para esses grupos sociais a crise ambiental deveria ser entendida como reflexo da crise do modelo do sistema capitalista que proporciona a miséria e a destruição ambiental, ao transformar em mercadoria os seres humanos e a natureza. Para Diegues (1994, p. 32),

[...] As críticas mais recentes à inadequação do modelo de Yellowstone aos países subdesenvolvidos que apresentam uma grande diversidade cultural, sobretudo de populações tradicionais, atualmente provém, sem dúvida, daqueles que adotam um enfoque sócio-ambientalista, próprio da ecologia social, ou da ecologia socialista (neo-marxista). Essa nova modalidade de movimento ambientalista surgiu da associação entre movimentos sociais que lutam pelo direito de acesso à terra e aos recursos naturais por parte de camponeses, pescadores, ribeirinhos, povos da floresta, e de setores ambientalista do Terceiro Mundo para a qual a crise ambiental está profundamente associada a crise do modelo de desenvolvimento, à miséria crescente e à degradação ambiental.

Surge então, a partir da segunda metade do século XIX, um novo olhar sobre a relação homem/natureza no debate sobre o estabelecimento de áreas de conservação, bem como novas modalidades de áreas protegidas, dentre essas as reservas extrativistas. O marco dessa mudança é a década de 1960, momento de rompimento do ecologismo herdeiro das concepções que provinham dos debates e instituições do século XIX, e a emergência de um novo ecologismo do bojo do protagonismo juvenil, das lutas do movimento estudantil em todas as partes do mundo, tanto nas sociedades capitalistas quanto no bloco socialista hegemônico pela URSS.

As guerras, o sentido de medo em relação às ameaças nucleares, o sentimento de falência de representação das instituições dos países liberais, a burocratização e o totalitarismo da experiência socialista no leste europeu, a recusa dos movimentos sociais à tutela dos partidos políticos tradicionais, fazem eclodir a contestação dos jovens aos modelos de sociedade existentes de forma hegemônica no planeta (capitalismo x socialismo), e a busca de modelos sociais alternativos. A palavra de ordem é a Liberdade, é proibido proibir! Surgem, então, os novos movimentos sociais ligados a demandas específicas das minorias invisibilizadas no debate histórico em que a contradição máxima do sistema capitalista se encontra nas relações entre burguesia e proletariado, como: o movimento feminista, o movimento negro, o movimento estudantil, dos homossexuais e o movimento ambientalista (RIDENTI, 2008, p. 139).

Após a Segunda Guerra Mundial o planeta apresenta um grau elevado e acelerado de crescimento econômico, baseado no dólar, como moeda de troca internacional e na consolidação de novas fontes de energia, petróleo e hidrelétricas, e no amplo crescimento das tecnologias de guerras, em particular, o armamento nuclear. Segundo Jatobá, Cidade e Vargas (2009, p. 52),

[...] a produção e o consumo de massa, baseados no uso intensivo do petróleo e da eletricidade como fontes energéticas, geraram uma mudança radical no uso dos recursos naturais e nos seus efeitos ambientais. O uso militar da energia atômica e desastres ambientais como os do Dust Bowl nos anos de 1930, nos Estados Unidos; donora na Pensilvânia USA (1948); o smog londrino de 1952; a contaminação da baía de Minamata, no Japão (1956) e outros alertavam para os grandes riscos das atividades potencialmente poluidoras para o homem e meio ambiente.

Dentro do processo de acelerado crescimento econômico do mundo capitalista pós-guerra vários setores da sociedade civil (não ambientalistas) bem como instituições oficiais, passam a se preocupar com as formas de uso irracional dos recursos naturais e da necessária preservação do mesmo no sentido da manutenção do próprio sistema. A visão romântica da necessidade de preservação passa a ser substituída por uma visão utilitarista e racional da preservação desses recursos.

No entender de Diegues (1994) e Vianna (2008), as várias vertentes desse novo ecologismo se dividem em dois enfoques básicos: os biocêntricos ou anti-modernos e os antropocêntricos ou reformistas da modernidade. As escolas que representam essa visão são primeiramente a da Ecologia Profunda (*deep ecology*). Surgida na década de 1970, esta teoria que predomina nos movimentos ambientalistas, em particular na Alemanha e nos Estados Unidos, herdeira dos ecocentristas, defende os direitos naturais sobre os direitos humanos, bem como o estabelecimento de áreas de preservação com o fim em si mesma.

A segunda seria a reformista-moderna que se desdobra entre a ecologia social e o Ecosocialismo. A primeira relaciona a crise ambiental como uma derivação da acumulação capitalista no planeta, propondo uma sociedade democrática e baseada na propriedade comunal da terra. Apesar de propor uma visão mais ampla da relação homem/natureza essa corrente carrega um olhar ecocêntrico ao defender a proteção da biosfera independente de sua importância para a vida humana. A segunda, o ecosocialismo/marxismo carrega uma concepção antropocêntrica, e nasce da crítica ao pensamento marxista que entende a natureza de forma estática, levando em consideração apenas as relações do homem e seus meios de produção, ou seja, a crítica parte da ideia de que para Marx as mudanças na natureza partem apenas do processo de trabalho exercido por um determinado grau de desenvolvimento técnico dos seres humanos no tempo (DIEGUES, 1994).

Ora essa visão (ou a ausência desta) é tratada em Marx devido à análise do autor se centrar nas sociedades capitalistas, em particular, na Europa ocidental, e de entender que dentro do modo de produção capitalista tudo é mercadoria, já que o objetivo desse tipo de sociedade é a maximização do lucro, e a lógica que rege as mesmas é a razão mercantil. Logo, a natureza no entendimento marxista é mercantilizada, é um produto, como todas as mercadorias do sistema capitalista, que se objetiva a mais-valia, que seria a promessa do lucro. Neste sentido, a natureza é vista como separada do homem, e ao seu serviço.

O ecossocialismo amplia e aprofunda a análise da relação homem/natureza dos marxistas ao propor que a natureza é uma condição variante importante do processo de produção das sociedades humanas, e seu papel deve ser incorporado nas análises das sociedades capitalistas como condicionante da mesma. Significa dizer que nem todas as sociedades humanas possuem uma relação mercantil com a natureza, e que nem sempre a relação homem/natureza é regida por uma mentalidade da maximização do lucro e de depredação dos recursos naturais. Segundo Diegues (1994, p. 71),

[...] a existência de diversas formas históricas de uso dos recursos naturais e da própria natureza (a pré-capitalista, a capitalista, etc.), sobretudo nos países do Terceiro Mundo, exige uma análise mais detalhada das relações dessas diversas sociedades com a natureza. Nesse sentido, o que marca os países subdesenvolvidos é a existência das sociedades indígenas, de camponeses, de extrativistas articuladas com a sociedade urbano-industrial. Ora, grande parte das florestas tropicais e outros ecossistemas ainda não destruídos pela invasão capitalista é, em grande parte, habitada por tipos de sociedade diferentes das industrializadas [...] sua relação com a natureza, em muitos casos, é uma verdadeira simbiose e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural distinta da existente na sociedade capitalista.

Assim, se apresentou a partir da segunda metade do século XX uma reflexão profunda sobre as relações homem/natureza, e as formas de apropriação e representação sociais baseadas a partir dessa relação; bem como uma crítica contundente sobre a ideia positivista de uma linearização da experiência das sociedades humanas a partir de um único modelo de sociedade.

A ideia do homem-urbano destruidor dos recursos naturais que levou à criação de ilhas de vida selvagem, modelo exportado para os países fora do centro do capitalismo, imprimiu uma nova relação das populações desses países com os espaços naturais. Essa passou a ser questionada por esses atores sociais locais,

bem como a separação das questões sociais, relacionadas à pobreza, à exclusão social e discriminação do debate ambiental. Para os movimentos sociais, a partir da década de 1970, o debate sobre o meio ambiente se tornou uma janela de oportunidades para apresentarem as consequências do avanço das relações capitalistas sobre as suas vidas e sobre a natureza.

Caso emblemático, neste sentido, é a organização e a visibilização do movimento dos seringueiros do estado do Acre, sob a liderança de Chico Mendes, que através do contato de uma extensa e variada rede do movimento social (intelectuais, cientistas, sindicalistas, partidos políticos, igreja) propagou mundialmente a situação crítica da população pobre e excluída da Amazônia diante do debate sobre a preservação da floresta no contexto dos grandes projetos desenvolvimentistas do regime militar no Brasil, financiados com o capital dos países ricos, em que o discurso ambiental ganhava cada vez mais força (ALEGRETTI, 2002).

É importante traçar um panorama dos discursos construídos de representação da natureza e de sua relação com homens e mulheres das várias correntes ambientalistas que emergem ao longo dos séculos XIX e XX, assim como o contexto de sua emergência para podermos compreender a quem servem e interessam os modelos de preservação da natureza construídos por esses e suas influências nos discursos e nas práticas dos movimentos e das políticas públicas ambientais no Brasil, pois estas carregam as bases teóricas das concepções apresentadas acima.

3.3 TRAJETÓRIAS DAS EXPERIÊNCIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL: CONCEPÇÕES E CONFLITOS

A literatura sobre o processo de colonização na América portuguesa nos apresenta o caráter predatório da exploração da natureza no que veria ser chamado Brasil. O domínio português teve por base as concepções mercantilistas de intensa exploração e comercialização de produtos naturais no sentido de acumulação de metais preciosos com o objetivo último de fortalecimento do Estado nacional em via de consolidação. Nesse sentido, as terras do Brasil tinham como função o enriquecimento da metrópole, ao custo da pobreza dos colonos e do rápido esgotamento dos recursos naturais.

Inerente a esse processo temos a anexação sistemática de novas áreas para a exploração, visto que as áreas submetidas viam-se rapidamente esgotadas pela intensidade e irracionalidade das formas de utilização dos recursos naturais. O exemplo se configura na expansão da economia do açúcar sobre a região Nordeste que levou ao quase desaparecimento da Mata Atlântica, bioma que percorria praticamente todo o litoral do Brasil; na exploração mineradora na região das minas do Brasil; bem como no grassar da economia cafeeira no vale do Paraíba para a região de São Paulo (PRADO JUNIOR, 2004; NOVAIS, 1986; FREYRE, 1989; COSTA, 2007).

Em sua obra “Nordeste”, Gilberto Freyre (1989) apresenta um estudo de ecologia social, que poderíamos conceituar como uma abordagem da relação história e natureza da região nordestina. Freyre (1989) defende a importância econômica, intelectual e política da região para o Brasil, marginalizado no contexto da produção da obra, e caracterizado apenas pela seca e fome pelas elites do Sudeste.

Freyre (1989) percebe que um dos mais graves motivos para a decadência do nordeste foi a forma de exploração intensa dos recursos naturais pelo processo de colonização baseado na monocultura da cana que separou o homem da água, quando a poluiu; da floresta quando a eliminou pelas queimadas; e dos outros homens ao aprofundar a divisão social na região. Para Freyre (1989, p. 74-75),

[...] Nunca foi mais violento nos seus começos o drama da monocultura que no nordeste do Brasil. Nem mais ostensiva a intrusão do homem no mecanismo da natureza.

A natureza, sabe-se pelos estudos de ecologia do animal ou da planta, que é “essencialmente variada”. O homem rompe o equilíbrio que depende dessa variedade quando faz que uma planta única e no momento valorizada mais do que outras cresça sobre uma região inteira. É o drama da monocultura.

Em estado de variedade, tudo se concilia e se recompensa. Em estado de monocultura absoluta, tudo se desequilibra e se perverte na vida de uma região. A história natural – como a social – do Nordeste da cana, nestes quatro séculos, é uma história de desequilíbrio, em grande parte causado pelo furor da monocultura. Suas fomes, algumas de suas secas e revoluções são aspectos desse drama.

O drama socioambiental do Nordeste brasileiro passou a ser sentido em outras áreas do Brasil em que a relação homem/natureza foi entendida de maneira

dicotômica e as formas de exploração intensamente predatórias. Da edenização da natureza do novo mundo, visto como o paraíso terreal na mentalidade dos primeiros colonizadores, a colônia se tornou um espaço de detração tanto da natureza quanto dos seres humanos que aqui habitavam quando as condições de exploração se tornavam mais intensas e difíceis.

De paraíso a colônia virou, para os que aqui se aventuravam, o espaço do purgatório, lugar onde se pagavam todos os pecados, espaços de vícios e de uma humanidade deformada, alvo de uma nova e verdadeira cristianização e humanização pela Igreja Católica no processo inquisitorial que aqui se desenrolou (SOUZA, 1986). Dessa forma, a ideia que se forjou entre os colonizadores era a do enriquecimento rápido e do retorno à metrópole, espaço de civilidade. Assim, a natureza no/do Brasil passou a ser considerada, por um longo período, e ainda é considerada por muitos, o principal desafio a ser superado e dominado para a implantação do progresso do país. Segundo Arnt (1994, p. 10),

[...] No Brasil, florestas tem sido, sempre, obstáculos a serem removidos. Excessivas e inóspitas, do litoral para o interior e da bacia do Prata à bacia Amazônica, foram sempre entrave à colonização. A meio milênio a expansão econômica desmata sem parar. Por isso, e apesar da retórica apologética sobre o impávido colosso, o berço esplendido e o "potencial" da Amazônia, que afinal-irá-nos-redimir, mal se dissimula a impressão de que essa enorme massa de natureza caprichosa, que pesa a metade do país, é um estorvo e um empecilho ao nosso conforto – na verdade uma afronta a nossa capacidade empreendedora como nação.

Concordamos com Arnt (1994) quando este afirma a permanência de traços da mentalidade colonial em relação à natureza brasileira apresentados nas políticas governamentais e nas práticas de exploração dos recursos naturais no Brasil na contemporaneidade, em particular, nas formas de inserção da Amazônia brasileira na sociedade nacional, através, ainda, de modelos econômicos exógenos à realidade natural e humana da região. Experiências que deixam rastros de destruição ambiental e grande conflitos sociais devido à desagregação das formas de vida das populações locais. O que fundamenta as formas de exploração da Amazônia são os interesses e as ideias regidas por uma razão instrumental de longa duração de parte das elites brasileiras. Para Arnt (1994, p. 10),

[...] Ao contrário do que cantam em verso e prosa, os brasileiros – e, em particular, a elite, ou melhor, o vulgo da elite, para ser mais preciso -, detestam a floresta por tudo o que representa de atraso, de exotismo, primitivismo e de inutilidade para o triunfo da moderna lógica das mercadorias. Essa vastidão intransitiva, que escancara o que gostaríamos de não ser, nos perturba e envergonha. Para muitos, seria mais prático ladrilhar.

A impossibilidade do ladrilhar da natureza brasileira resta aos que regem as políticas governamentais a substituição da floresta por uma paisagem mais civilizada: os pastos, os grandes projetos agrícolas, os lagos artificiais, os portos e as estradas, que tornem a natureza útil e lucrativa. No atual contexto existem alternativas viáveis do uso sustentável da floresta e da relevante importância das populações locais no sentido do desenvolvimento da região.

Podemos, então, dizer que se forjou no Brasil uma representação dicotômica da relação homem/natureza. Alguns autores (DIEGUES, 1994; PÁDUA, 2004; VIANNA, 2008) apresentam traços de uma história ambiental quando analisam setores da elite intelectual e política brasileira, no período imperial, atentos as formas de uso dos recursos ambientais. Entretanto, o que predominou na sociedade brasileira ao longo de sua história, em que pese a nuance de uma preocupação ambiental por alguns setores, foi uma visão predatória e negativa da natureza no Brasil.

Diegues (1994) apresenta um breve histórico em relação às preocupações com as áreas naturais no Brasil. Para este autor desde o período colonial algumas autoridades já ressaltavam a importância da conservação das florestas; durante o período imperial brasileiro a intelectualidade positivista apresentava ressalvas sobre as formas de apropriação e uso dos recursos naturais no Brasil, e a necessidade da racionalização do uso da natureza no sentido de fortalecimento da economia e da sociedade nacional. Figuras como José Bonifácio de Andrada, André Rebouças, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha são apresentadas por Diegues (1994) e Pádua (2004) como os representantes da elite intelectual, que bebe nas ideias positivistas, e constituem no Brasil uma ilha de letrados que apontam o uso racional dos recursos naturais como necessário para a evolução do país em direção à civilização e ao estágio positivo.

Para Pádua (2004), as concepções que regem as primeiras ideias positivistas no Brasil em relação à conservação de áreas naturais são bem distintas daquelas presentes na Europa e nos Estados Unidos. Nesses últimos se apresenta o ideário

romântico da natureza, através de uma representação imagética de um mundo puro e intocado pelo homem. As áreas preservadas seriam um espaço de retorno do homem urbano-industrial, com sua natureza corrompida e cansada dos espaços artificiais criados no mundo industrial, à natureza, ou seja, uma visão idealizada das áreas naturais.

Bem distinta dessa concepção está a representação da natureza pela intelectualidade brasileira do século XIX, distinta devido a esta concepção ser filtrada pelas ideias do positivismo em relação à natureza e à sociedade. Para os positivistas a ciência era portadora de um saber real e útil, que tem como o objetivo o aperfeiçoamento contínuo do homem individual e coletivo. Nesse sentido, as preocupações com a natureza dos intelectuais brasileiros têm uma perspectiva racional. A natureza é um elemento a ser conhecido e explorado de forma precisa para o desenvolvimento material e das instituições humanas.

Apesar de termos indícios de uma preocupação ambiental no Brasil em longa duração, foi apenas no século XX que ocorreu a criação do primeiro parque nacional no Brasil, em Itatiaia em 1937, em pleno Estado Novo no Brasil, regido por Getúlio Vargas, que tem por natureza as mesmas concepções do parque de Yellowstone, nos Estados Unidos: pesquisa e lazer para cientistas e populações urbanas. Como apresenta Diegues (1994, p.103),

[...] A Constituição de 1937, endossando a de 1934, que definiu as responsabilidades da União em proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico, afirma em seu artigo 134 que os monumentos históricos artísticos e naturais gozam de proteção e cuidados especiais da Nação, dos estados e municípios.

O primeiro parque nacional foi criado em Itatiaia, em 1937, com o objetivo de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas.

Nesses interstícios foram criadas as normatizações e as instituições que regeriam esses espaços, como o código florestal brasileiro. A criação de parques naturais no Brasil, estruturados na concepção de *wilderness*, acarretou vários desdobramentos tanto do ponto de vista ambiental, como do ponto de vista social, pois que as áreas que foram condicionadas aos parques eram espaços de florestas

culturais²⁶, habitadas, modificadas e modificadoras dos homens e mulheres que nelas teciam suas redes de interações econômica e sócio-culturais há séculos.

Da década de 1930 à de 1960 temos uma conjuntura de pequenas transformações nas questões ambientais no Brasil. No dizer de Vianna (2008), temos um quadro irregular na criação de áreas de conservação da natureza. Será a partir da década de 1960 que ocorrerá uma expansão da criação de áreas de proteção com categorias variadas de manejo no país.

Importante fazer a ressalva do contexto da sociedade brasileira na década de 1960. Esse período se caracteriza por uma intensa transformação do modelo econômico agrário-exportador e de uma sociedade rural diante de um cenário mundial de crise capitalista, conhecida como Crise de 1929, para um modelo urbano-industrial, e de ascensão de novas classes sociais na arena política, como as camadas médias urbanas, o proletariado e o campesinato.

O novo cenário da sociedade brasileira acentuou os conflitos sociais tanto nas cidades quanto nas áreas rurais (DECCA, 1981; FAUSTO, 2002; TRONCA, 1986; MARTINS, 1983). No primeiro caso temos o maior peso das camadas médias no poder em um processo de intensa urbanização, essa maior representação levou ao questionamento das formas de participação política e das relações de poder que historicamente estavam concentrados nas mãos da aristocracia rural brasileira. Outro grupo importante nesse sentido será dos trabalhadores urbanos em busca de melhores condições de vida, expresso na organização política e sindical que assustava as elites dominantes da época. No segundo caso se apresentava o avanço das relações capitalistas no campo, ampliando e aprofundando novas formas de acesso e domínio sobre a terra, expresso na organização dos camponeses, que diante do avanço das relações capitalistas nas áreas rurais viam-se espoliados da terra. Estes últimos visualizam um cenário de permanente precariedade do seu modo de vida, que os levava a um processo de proletarianização.

Será diante do modelo de sociedade urbano-industrial instaurado no Brasil, pautado em uma concepção desenvolvimentista, regido pelos governos populistas e militares que consecutivamente se apropriaram do poder no país na maior parte do

²⁶ Categoria construída por Stephen Nugent (2006) em seus estudos sobre a natureza Amazônica. Para o autor a floresta é produto da relação homem/natureza.

século XX que teremos uma alteração significativa nas políticas governamentais em relação à natureza no país. Nesse quadro, de intensificação dos impactos socioambientais diante da aceleração/intensificação das formas de apropriação dos recursos naturais, teremos a expansão de áreas de conservação tanto nas áreas mais afetadas pelo processo de urbanização-industrialização quanto nos espaços de fronteiras como as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Segundo Vianna (2008, p. 167-168),

[...] A partir dos anos 1950, o Brasil inseriu-se na economia que se mundializava, e os processos de industrialização e urbanização se intensificaram, acelerando os impactos socioambientais. Nesse período, privilegiaram-se a implantação de grandes projetos de infra-estrutura (estradas, barragens, hidrelétricas), a produção da agropecuária intensiva para a exportação (com o uso indiscriminado de agrotóxicos e inseticidas) e a exploração mineral, cujas formas, técnicas e métodos adotados produziram também grandes impactos ao meio ambiente, sempre sobre a lógica do lucro a qualquer preço.

Como forma de salvaguardar áreas naturais de interesse relevante diante dos efeitos da expansão do modelo desenvolvimentista, que criava novas paisagens, tem-se a ampliação de áreas naturais dentro da mesma mentalidade expressa nos países capitalistas que tinham passado por este processo. Para Vianna (2008, p. 168),

[...] Não parece casual que em 1961 se tenham criado muitas unidades de conservação, algumas até no mesmo dia, numa tentativa de salvaguardar “ilhas selvagens” desse devastador processo de desenvolvimento. Registrem-se os parques nacionais das Emas e Tocantins (hoje chapada dos Veadeiros), em Goiás, Caparaó, em Minas Gerais, Sete Cidades, no Piauí, São Joaquim, em Santa Catarina, Rio de Janeiro (hoje Tijuca), no Rio de Janeiro, Monte Pascoal, na Bahia, Brasília, no Distrito Federal, e Sete Quedas (extinto), no Paraná, além da Floresta Nacional do Jaíba, em Minas Gerais.

Somado a isso, a implantação das áreas de conservação no Brasil tem por objetivo o controle territorial pelo Estado nacional através da regularização fundiária de espaços que passavam por um acelerado e intenso processo de transformação socioeconômica devido a sua integração ao modelo desenvolvimentista implantado no país, o que acarretava grande impacto político e territorial pelas formas predatórias e violentas de apropriação, que estabelecia o rompimento das relações econômicas e sócio-culturais já estabelecidas no local, bem como da necessária racionalidade para o uso dos recursos naturais.

Podemos perceber essa relação estabelecendo uma análise comparativa entre as áreas selecionadas para a criação das unidades de conservação e a

trajetória de expansão do modelo urbano-industrial no país. Segundo Vianna (2008), essas áreas foram primeiramente criadas no Sudeste brasileiro, expandidas para as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte. Ao longo da década de 1960 e 1970 a região Norte passa a ser incorporada aos interesses da sociedade nacional sob a égide dos grandes projetos.

Paralelo a isso temos o estabelecimento das primeiras unidades de conservação na Amazônia, como podemos perceber nos decretos de criação do Parque Nacional do Xingu no Estado do Mato Grosso (decreto nº 50.455 de 14 de abril de 1961, regulamentado pelo decreto nº 51.084, de 31 de julho de 1961); no mesmo ano pelo decreto nº 194, de 22 de novembro, o Governo Federal do Brasil cria a Floresta Nacional de Caxuanã, no estado do Pará, entre os rios Xingu e Tapajós (Senado Federal, 1998). A criação das unidades de conservação segue uma trajetória peculiar. Percorre, concomitante, os espaços marcados seriamente pela mercantilização da natureza e da terra com graves efeitos ambientais e sociais no país na sua interface modernizadora.

Infelizmente não houve concomitante à defesa da natureza no Brasil nenhuma ação no sentido de proteção das populações que viviam nessas áreas: a ideia era de salvar partes representativas da natureza, através da criação de unidades de conservação. Aos grupos sociais diversos da sociedade nacional urbano-industrial restava a incorporação à civilização ou a marginalização para áreas mais distantes dos espaços incorporados ao novo modelo. Assim, podemos dizer que a expansão da política de parques naturais acompanhou a expansão da sociedade nacional e capitalista para as novas fronteiras a serem incorporadas.

A década de 1960 é apresentada como um período frutífero para a criação das áreas de proteção ambiental no país, apesar das configurações políticas adversas no Brasil, como a consolidação do governo ditatorial, e com este o controle sobre a sociedade civil (VIANNA, 2008, DIEGUES, 1994, ALEGRETTI, 2002). Porém, essas preocupações dos governos militares sobre as áreas naturais não podem ser entendidas isoladas das pressões internacionais sobre a defesa da natureza e o papel de um novo ambientalismo, crítico social, que irá influenciar inclusive os países e as instituições políticas e financeiras do capitalismo central sobre os termos condicionantes dos contratos de investimentos em grandes projetos

nos países periféricos possuidores de florestas tropicais e sobre as suas populações.

As décadas de 1970/1980 apresentam um cenário de democratização da América Latina. Dentro deste emergem novos atores sociais antes silenciados pelas ditaduras civis e militares. No Brasil, o movimento de redemocratização do país, que agregava vários partidos políticos e movimentos sociais de centro-esquerda, tentava superar duas décadas de ditadura. Na Amazônia, temos a forte presença na luta pela terra dos seringueiros do Acre, contra a ação dos grandes projetos de colonização e pecuária sobre áreas de uso tradicional do extrativismo da borracha. Estes aproveitaram as brechas do processo de democratização da sociedade brasileira e apresentaram uma proposta inovadora de reforma agrária ambiental, única no que se propunha.

3.4 UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA: AS RESERVAS EXTRATIVISTAS E A POLÍTICA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA NO FINAL DO SÉCULO XX

O decreto nº 98.897, de 30 de Janeiro de 1990, dispõem sobre as Reservas Extrativistas (RESEX) nos seguintes termos²⁷:

[...] Art. 1º As reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.

Art. 2º O Poder Executivo criará reservas extrativistas em espaços considerados de interesse ecológico e social.

Parágrafo único. São espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social as áreas que possuam características naturais ou exemplares da biota que possibilitem a sua exploração auto-sustentável, sem prejuízo da conservação ambiental.

Depois de vinte anos de luta os trabalhadores da floresta do Acre conseguiram implantar do ponto de jurídico a legitimidade dos direitos sobre a terra dos povos que habitam a Amazônia, bem como a preservação do meio ambiente. Em um cenário instigante para os movimentos sociais (abertura política, fim do regime militar, reorganização da sociedade civil), a década de 1980, os seringueiros expugnaram uma luta histórica por direitos básicos, garantindo a exploração da floresta. O que é perceptível no parágrafo único no decreto nº 98.897, que pela

²⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D98897.htm. Acesso em: 12 de Set. de 2010.

primeira vez legítima dentro de uma nova modalidade de unidade de conservação a exploração sustentável dos recursos pelas populações locais, respeitando suas especificidades culturais, econômicas, sociais e ambientais, através da concessão real de uso.

Fator inovador marcava assim o cenário ambiental mundial na década de 1980, década marcada pelo forte questionamento do movimento ambientalista dos países ricos sobre os efeitos do modelo econômico capitalista nas áreas naturais do planeta. Seria a proposição que irradiava de dentro da floresta Amazônica por segmentos sociais invisibilizados social e politicamente, no caso o movimento de base sindical dos seringueiros, que apresentava uma nova perspectiva sobre as possibilidades de conservação da natureza concomitante com a sua exploração.

Inovador pelo fato de que a proposta emergia de grupos que tinham na prática um amplo e profundo conhecimento do manejo florestal, devido a uma relação de longa duração com a floresta, que originou uma forma de exploração dos recursos naturais de base extrativa, com predomínio da seringueira complementado por outros recursos florestais (caça, pesca, coleta de frutos, ervas medicinais e a roça de subsistência), o que garantiu a conservação do meio ambiente.

Interessante e relevante, pois, a floresta em pé é a condição para a reprodução da economia extrativa praticada pelos seringueiros na Amazônia, bem como a reprodução da vida social das comunidades extrativas da região. Enquanto o debate entre ambientalistas, governos, e setores privados do capital se travava sobre as possibilidades do desenvolvimento sustentável, os seringueiros vivenciavam uma experiência histórica única nos movimentos sociais no Brasil, ao fazerem uma nova síntese entre desenvolvimento econômico, justiça social, conservação ambiental. Diríamos então um movimento antropofágico da história social recente do Brasil, na dialética dos conflitos sobre os caminhos para uma nova forma de relação homem/natureza, que não se baseia nos discursos niilistas, ou catastróficos, ou ufanistas que margearam o debate ambiental no século XX.

Nem muita terra, nem muito mar, era o que apresentava a proposta da RESEX pelos seringueiros do Acre, depois, ampliados para outros grupos sociais que dependiam e dependem dos recursos florestais da Amazônia brasileira. Para

esses, a conservação da natureza era condição *sine qua non* para a sobrevivência dos mesmos, na mesma medida e intensidade que a garantia da exploração dos recursos naturais, que perpassava pela manutenção da propriedade da terra em suas mãos. Foi da necessidade socioeconômica que emergem um sofisticado projeto de reforma agrária ambiental.

Os seringueiros do Vale do Acre, historicamente marginalizados e violentados pelos grupos locais e pelas políticas econômicas geridas pelo Estado nacional para a região que os ameaçavam de forma sistemática da expulsão de suas terras, surpreenderam o mundo e principalmente a elite econômica e política local e nacional pela articulação de uma ampla rede social que os levou ao centro de decisão do capitalismo mundial, para apresentarem suas propostas. Segundo Arnt (1994, p. 12),

[...] Ao mesmo tempo, renovaram e ampliaram o panorama sindical brasileiro, estabelecendo um modelo popular de suporte para uma política de desenvolvimento rural sustentável na Amazônia, um modelo capaz de articular-se local, regional, nacional, e internacionalmente e de intervir em políticas públicas, no planejamento e em operações externas de financiamento. Para aqueles que não se refizeram, até hoje, da surpresa, a ponte aérea Xapuri-Washington-Brasília tem outra novidade: propostas para a fatídica crise de carência de “projetos nacional” dos anos noventa.

Poder de intervir nas relações entre os bancos multilaterais e o governo brasileiro sobre os projetos econômicos na Amazônia. De pensar e propor, de articular, de compor alianças difíceis (intelectuais, ambientalistas, partidos políticos, igreja católica) mantendo a originalidade de suas propostas. Essa ousadia era, e continua sendo, algo que as elites nacionais, de ranços raciais e sociais sobre a população pobre do país, jamais imaginou e aceitou como vemos até hoje na região nos índices de violência no campo contra os movimentos sociais e suas lideranças apresentados pelos relatórios da CPT sobre a violência no campo na Amazônia²⁸.

Segundo Arnt (1994) em meio ao cenário ambiental de desalentos e esperanças as RESEX representam uma concepção de desenvolvimento que cria a expectativa econômica de bases sustentáveis, somado a equidade social. Isto significa a defesa da floresta, que tem por premissa o incentivo da pesquisa, e do desenvolvimento de novas tecnologias com bases locais que potencializem a

²⁸ Conferir em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 23 de dez.2009.

exploração alternativa de forma duradoura da natureza, não comprometendo seus ciclos de reprodução. Mais interessante do que isso, o modelo de RESEX permite aos atores sociais locais (seringueiros, ribeirinhos, varzeiros, camponeses, pescadores) historicamente excluídos, discriminados, silenciados, violentados pela sociedade nacional, a terem o direito de usufruir daquilo que preservaram através do etnoconhecimento: a floresta, a terra e os rios.

Os seringueiros fizeram-se a si mesmo²⁹, e para si, criando estratégias de resistência através de novas formas de reprodução social na associação da economia extrativa com a economia de subsistência (agricultura, caça, pesca, coleta e agropecuária em pequena escala), estabelecendo uma forma peculiar de relação com o mercado e da autonomia sobre o seu trabalho, diante do abandono da região após a decadência da economia da borracha (ANTONACCI, 1994; WOLF, 1999).

Ligados a uma região e a uma economia decadente e com gravíssimos problemas sociais e ambientais gerados pelo abandono governamental e do capital privado após o fim do período de aquecimento econômico pela produção gomífera, nos seus dois processos de expansão, que seriam a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, e no período de esforço do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os seringueiros encontraram na adversidade o fazer-se de uma consciência, de uma identidade social, forjada pela experiência de abandono, discriminação, de pobreza, do isolamento, das relações de dependência do grupo social baseado nos laços de parentesco para a sobrevivência na floresta.

A proposta foi criada no final da década de 1980 pelo Conselho Nacional dos Seringueiros em um encontro em Brasília. Passou a ser reconhecida e incorporada no Programa Nacional de Reforma Agrária em 1987, sob a denominação de Projeto de Assentamento Extrativista; e em 1989 passou a fazer parte do Programa Nacional do Meio Ambiente, regulada pelo decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, passando a ser denominada reserva extrativista (ARNT 1994; ALLEGRETTI, 1994).

²⁹ Concepção criada pelo historiador social inglês Edward P. Thompson (1988) quanto trata da problemática sobre a formação da classe operária inglesa. O autor estabelece a importância da cultura, das relações de sociabilidade, na formação de uma consciência de classe entre os séculos XVIII e XIX entre os trabalhadores de diversas áreas diante do processo industrial.

A denominação reserva extrativista não exclui outras atividades desenvolvidas pelas populações que sobrevivem dos recursos da floresta, como a exploração da madeira, a criação de animais, a agricultura, o beneficiamento de produtos florestais. Esta modalidade de unidade de conservação tem por pressuposto a definição de áreas a serem protegidas, através da regularização do acesso aos recursos naturais; a garantia da posse da terra para as populações que historicamente ocupam e sobrevivem destes espaços, através do título de concessão de uso real; e a preservação ambiental, que é a sua condicionante. Para Allegretti (1994, p. 19),

[...] as reservas extrativistas são espaços territoriais protegidos pelo poder público, destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos extrativos, reguladas por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável pela política pública ambiental do país (IBAMA).

Mais do que a garantia da posse das terras e dos recursos naturais para as comunidades que tradicionalmente habitam essas áreas, a RESEX cumpre outro papel, que seria a garantia da manutenção do extrativismo como forma de reprodução social dos grupos locais e a possibilidade da transição dessa forma de exploração da natureza para uma nova forma de exploração sustentável dos recursos florestais, que compatibilize desenvolvimento, qualidade de vida e preservação ambiental. Segundo Allegretti (1994, p. 35),

[...] Entende-se, assim, o sentido econômico principal das Reservas Extrativistas: elas constituem o ponto de partida de um novo modelo para a região, que tem como base inicial uma redefinição da política de utilização dos recursos atualmente em exploração, segundo critérios de sustentabilidade e equidade social. Garantindo esse ponto de partida, que assegura a manutenção da floresta, objetivo de interesse público, deve-se buscar a diversificação das atividades produtivas, mantendo, porém, a floresta e toda a variedade genética que apresenta, como recurso produtivo.

A RESEX apresenta um duplo desafio diante da crise ambiental. O primeiro é a conciliação entre desenvolvimento econômico com justiça social, bandeira histórica do movimento social brasileiro, e preservação ambiental, uma expectativa que causa incredulidade tanto aos conservacionistas quanto aos desenvolvimentistas por justificativas diversas. Aos primeiros por ainda manterem uma ideologia das áreas de conservação como *wilderness*; e aos segundos por acreditarem na pouca viabilidade dos produtos da floresta em escala global no mercado internacional.

Ora as duas posições citadas têm por base comum a ideia da incapacidade de pensamento, elaboração e operacionalização de modelos de desenvolvimento sustentáveis pelas populações tradicionais. Mesmo depois de décadas da prova em contrário, visto que a concepção de RESEX foi uma resposta nativa às teorias e projetos econômicos de desenvolvimento da Amazônia, causadores de construção de mitos (celeiro do mundo, recursos inesgotáveis, pulmão do planeta, área vazia), bem como de grandes impactos ambientais e sociais, a exemplo dos grandes projetos dos governos militares para a Amazônia.

O baixo valor agregado dos produtos florestais e as tecnologias simples da economia Amazônica não são de responsabilidade das populações que viveram à margem das decisões políticas e econômicas do país durante séculos. Mas daqueles setores da elite brasileira que se recusaram a pagar o preço de um novo tipo de economia, sustentando modelos de exploração calcados no baixo investimento econômico, na rápida exploração, do não compromisso social, nem ambiental, do qual a região Amazônica tornou-se a última fronteira a ser incorporada.

O isolamento da região em relação aos mercados, a desarticulação das economias locais para um novo patamar de integração regional, nacional, internacional; o baixo valor agregado diante das economias de produção devido ao não investimento em tecnologias locais; os baixos índices de desenvolvimento humano apresentados; são resultados da incapacidade, ou má vontade governamental e das elites pouco empreendedoras do país no sentido da exploração florestal racional nos trópicos (silvicultura, manejo florestal, sistemas agro-florestais, botânica, biotecnologia, farmacologia, fitoquímica). Corriam à margem dos esforços de setores da academia, dos movimentos sociais dos povos floresta, dos ambientalistas na direção do novo, como exemplo do programa de pós-graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, que desde a década de 1970, vem fazendo esforços sistemáticos de estabelecer as possibilidades técnicas e científicas no sentido do desenvolvimento sustentável no trópico úmido, aliando-se aos saberes tradicionais.

A saga que foi exposta a Região Amazônica, a partir da segunda metade do século XX, apresenta outra face. A antítese dessa realidade seria a resistência das

populações locais afetadas e não beneficiadas por este processo, através de um novo paradigma a RESEX. Essa se torna o grande desafio da possibilidade de um novo modelo de desenvolvimento a partir do extrativismo sustentável dos produtos da floresta, isto é, uma economia que garanta a manutenção das bases dos recursos naturais associados à equidade social. É o desafio que o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) se lançou a pôr em prática a partir do seu primeiro encontro nacional, em 1985 (ARNT, 1994, ALLEGRETI, 1994, MENEZES, 1994).

Com isso, pela primeira vez na história dos projetos de desenvolvimento econômico da Amazônia, os benefícios da exploração dos recursos naturais têm a possibilidade real de ficarem nas mãos daqueles que custearam há séculos o manejo da floresta, bem como sofreram os prejuízos sociais e ambientais acarretados pelos grandes projetos de desenvolvimento econômico na Amazônia, que criaram enclaves de destruição socioambiental, aprofundando as distâncias sociais, e que concentraram a riqueza nas mãos daqueles que não fizeram nenhum investimento social, ambiental, ou financeiro, visto que a maioria dos projetos de investimentos são financiados com dinheiro público. Projetos permeados de interesses e concepções de natureza exógena, que criaram a ilusão de um caminho de integração da Amazônia, sem o conhecimento do potencial da natureza da região, de caráter predatório. Indaga-nos e nos responde neste sentido Arnt (1994, p. 09),

[...] E por quê? Em tal medida isso não é um problema de governo; é, sobretudo, um problema cultural. Um problema cultural que nos remete à história econômica do Brasil e sua expansão para o interior – no rastro do fogo e da pata do boi -, que revolve preconceitos raciais pouco dissimulados, que revela nossos etnocentrismo e provincianismo e expõe a leseira de agentes econômicos muito privilegiados e pouco empreendedores. A Amazônia exhibe uma inapetência histórica do seu tamanho.

Ora perceber essas tendências nas políticas públicas e nos investimentos privados na Amazônia, ainda no século XXI, é constatar ainda, de um lado uma mentalidade arcaica do tratamento da natureza e da população que nela habita: as permanências do trabalho compulsório; a violência contra as lideranças nativas que ousam falar sobre a exploração e as ameaças da perda de suas terras e do esgotamento dos recursos naturais que precisavam para sobreviver; a exploração intensa dos trabalhadores da região; e por outro lado a consolidação de uma proposta alternativa a esse modelo falido do ponto de vista socioambiental, que

emerge dos atores sociais locais que advieram dessa estrutura predatória e desigual estabelecida na Amazônia desde o processo de colonização no século XVII.

Esse novo modelo é criação dos seringueiros, que no contexto das políticas de integração da Amazônia ao regime militar, modelo de velhas formas predatórias do capital, construiu a partir do seu passado social algo novo. Concordamos com Holanda (2001) quando diz que as elites intelectuais e políticas do Brasil sempre se voltaram ao passado e a experiências exógenas como a panaceia nacional. A experiência de países pretensamente “avançados” na solução de seus problemas econômicos, políticos, socioambientais deveriam servir como bússola para a nossa sociedade, apêndice da experiência lusitana. Nunca ousavam pensar o país como uma experiência única e original dos trópicos, uma sociedade única pela sua natureza híbrida, por sua história construída na relação dos homens e mulheres em uma natureza diversa, uma sociedade brasileira uniforme por sua diversidade.

Neste sentido, os seringueiros entenderam que seria necessário romper com o passadismo, com as heranças de um pensamento colonizador e provinciano que se apresenta ainda hoje em traços das mentalidades que regem os grupos e instituições sobre a questão ambiental no Brasil em relação às formas de desenvolvimento do país e da Amazônia. É nas raízes da sociedade nacional que se encontram os seus problemas originais bem como as alternativas para os mesmos.

Segundo Holanda (2001) o necessário, então, é ter a ousadia de romper com o passado e constituir novas possibilidades de vida social, sem copiar modelos de outras realidades sociais. Lição aprendida e apresentada pelos seringueiros na décadas de 1970 e 1980, na formulação de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável em uma situação limite de enfrentamento com o grande capital, no caso as reservas extrativistas como um reforma agrária dentro da realidade socioambiental da Amazônia.

Existem problemas na proposta de implantação e nas experiências históricas recentes das RESEX? Podemos dizer que sim, existem muitos problemas! Primeiro porque as RESEX apresentam um modelo original, em construção, não existem parâmetros empíricos que possam servir de modelo de sucesso ou fracasso das mesmas. Logo, a análise da experiência das RESEX partiu daquilo que foi, e é,

pensado, pelos sujeitos envolvidos, no caso, as populações que lutaram pela implantação da RESEX, e não de outros modelos, para a solução de conflitos agrários e ambientais na Amazônia. As RESEX não apresentam ainda a viabilidade econômica dos outros projetos de desenvolvimento para a região, como exemplo da pecuária. Porém, a produção extrativa garante a reprodução social da população Amazônica, diante da resistência, morosidade, e inépcia das políticas públicas que deveriam dar suporte financeiro, técnico, humano a essa nova perspectiva de desenvolvimento.

Segundo Menezes (1994), se compararmos os aspectos econômicos e ecológicos das atividades tradicionais com as não tradicionais (pecuária, mineração, e colonização) perceberemos que as últimas produziram mais pobreza e destruição na região que as atividades chamadas de tradicionais, sendo que as atividades da pecuária e da colonização corresponderiam por 50% a 72% de desmatamento na Amazônia, e receberam os maiores investimentos do capital público e privado. Para Menezes (1994, p. 56),

[...] No Pará, o conhecido polígono dos castanhais, na região de Marabá, já não pode ser assim considerado, porque mais de 54% de sua superfície – grande parte da qual dominada por castanhais – foram transformados em pastagens, roçados e capoeiras. Essa que já foi a área que mais produzia castanha na Amazônia hoje é palco de conflitos e mortes na disputa pela posse da terra, entre latifundiários e posseiros forâneos, numa sucessão de violências que marginaliza as populações extrativistas locais e leva mais desmatamento para a região.

Essas atividades econômicas, baseada em modelos e valores exógenos, não garantiram a vida da população com dignidade e cidadania; nem garantiram a sobrevivência da floresta. Ao contrário, aprofundaram e agravaram o quadro social de violência e discriminação em relação às camadas populares na Amazônia.

3.5 ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A IMPLANTAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS E A LUTA PELA TERRA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PARÁ (1980-1990)

Gohn (2008) afirma que o paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS) se define a partir da categoria identidade coletiva, e por não terem uma forte base classista (como nos movimentos operários clássicos), o que os faz transcender a isso. O “novo” refere-se às novas estratégias de fazer política, através do uso de atividades de protesto de forma direta e da mídia no sentido da sensibilização da

opinião pública em favor de suas demandas, e da pressão desta última sobre as instituições de poder, como os órgãos estatais e suas políticas, causando um grande efeito visual através da utilização de todos os meios modernos e alternativos de comunicação (internet, Youtube, twitter, televisão, rádios) acessados por uma clientela, setores da classe média intelectualizada e/ou engajada nos vários setores da vida social, formadora de opinião. Como exemplos têm a ação direta de ocupação de prédios públicos pelo MST e de propriedades rurais sem função social; a ação do Greenpeace no fechamento de porto de embarque de soja na cidade de Santarém, ou em defesa das baleias.

Outro aspecto inovador do NMS é a mudança das demandas econômicas priorizadas pelos antigos movimentos sociais para a politização de novos temas (homossexualidade, gênero, infância, meio ambiente, defesa dos animais) que dão ênfase a aspectos culturais deixados de lado pelos primeiros movimentos. Segundo Gohn (2008, p. 125),

[...] a banalização da vida social ou a expansão das relações capitalistas na cultura, no lazer e na sexualidade; a burocratização da sociedade; e a massificação ou homogeneização da vida social pela poderosa invasão dos meios de comunicação de massa.

Esse novo aspecto dos NMS influencia em suas estruturas de organização que se caracterizam pela descentralização, a participação mais fluída, a não hierarquização entre lideranças e base que se reflete nas estruturas colegiadas, na espontaneidade. Segundo Gohn (2008, p. 126),

[...] As lideranças continuam a ter um importante papel no esquema de análise dos NMS. Mas elas são apreendidas atuando em grupos, formando correntes de opinião. Não há lugar nesta estrutura para velhos líderes oligárquicos, que se destacam por sua oratória, por seu carisma e poder sobre os liderados. Disto resulta que os movimentos passaram a atuar mais como redes de troca de informações e cooperação em eventos e campanhas.

Essa situação é presente nas estruturas dos movimentos sociais no Xingu. O movimento de luta pela implantação da RESEX “Verde para Sempre”, organizado pelos movimentos sociais de Porto de Moz, é resultado de interações de vários segmentos sociais, que criaram uma rede de lutas sociais, como: os sindicatos dos pescadores, as associações de moradores, a colônia de pescadores, os clubes de mães, os movimentos de mulheres, a paróquia local, o Movimento de Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), o antigo Conselho Nacional

dos Seringueiros, hoje Conselho Nacional das Populações Tradicionais, Comissão Pastoral da Terra, a Prelazia do Xingu, na figura de D. Erwin; o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, entre outros.

Outro aspecto que chama a atenção nesses novos movimentos é a horizontalização das relações dos grupos que formam esses movimentos, a presença das lideranças no cotidiano dos grupos e de suas ações, bem como a manutenção de suas relações de trabalho e de vida social. Na quarta visita ao campo de pesquisa no município de Porto de Moz em janeiro de 2010, especificamente na comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no rio Arimum, ao entrevistarmos a liderança 02 tivemos a oportunidade de acompanhá-la na coleta da produção do arroz, na partilha do mesmo, dentro do grupo doméstico, na resolução de questões familiares, na organização dos eventos religiosos da comunidade. Percebemos que essas relações estão também presentes entre as outras lideranças do movimento social na foz do rio Xingu.

Essa relação das lideranças com o grupo é marcada pela função social diferente que os primeiros cumprem no grupo. Esse papel como liderança não legitima o poder de decisão pessoal desses nas questões referentes ao coletivo. Esse poder é partilhado e questionado pelo grupo nas reuniões, plenárias, eleições, e nas questões cotidianas, como a realização das festas dos santos (as) padroeiros (as), no caso das comunidades católicas; e da presença nos cultos, programações e encontros, das comunidades evangélicas. Logo, cumpre às lideranças comunitárias a representação de interesses da comunidade em espaços políticos legitimados pelo coletivo.

O afastamento ou as relações autoritárias das lideranças leva a um mal-estar na comunidade que inviabiliza a concretização de interesses dos grupos, bem como a fragilidade na capacidade de organização e representação junto aos poderes municipais, estaduais, ou federais, bem como as alianças não-institucionais. Na primeira viagem a campo na RESEX “Verde para Sempre”, julho de 2008, em visita a comunidade de Juçara, no rio Jaurucu, encontramos uma situação de tensão entre os comunitários face às formas de apropriação e uso dos projetos que estavam sendo implantados, principalmente sobre o projeto piloto de movelaria.

Isso é perceptível no movimento pela terra em Porto de Moz, as lideranças fazem-se presentes no cotidiano das lutas dos camponeses, apesar das distâncias significativas da região, conectadas apenas por barcos. Para isso organizaram uma cadeia de comunicação por rádio entre as mais distantes comunidades com as mais próximas da cidade. Essas informações vêm descendo de comunidade em comunidade até o Comitê de Desenvolvimento Sustentável (CDS), ou o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rural, ou a Colônia de Pescadores.

Assim, as notícias sobre as ameaças de desmatamentos, as invasões de terra, as doenças, os acidentes na mata ou nos rios, problemas entre comunitários, chegam todos os dias nas organizações dos movimentos sociais que tentam solucioná-los, a partir da cidade, ou pressionar os órgãos estatais competentes. Se acaso houver uma pane no rádio de alguma comunidade quebra-se a cadeia de comunicação entre elas e a sede do município, levando a situações muito difíceis como levar uma mulher com dificuldades no trabalho de parto em um barco por horas, se tiver a sorte de não encontrar o rio Xingu agitado por ondas que podem levar ao fundo as embarcações. Nesse caso, a maneira mais segura é enviar, a partir da sede do município, uma ambulância com um profissional de saúde que possa proporcionar os primeiros socorros até a cidade de Porto de Moz, ou ir direto para a cidade de Altamira, esta última se tornando uma viagem extremamente cansativa e com riscos para os pacientes.

Existem também conflitos dentro dos novos movimentos sociais. Segundo Gohn (2008) estes são parte da natureza dos mesmos, pois permitem aos atores a tomada de consciência na construção da identidade, bem como de novas identificações no grupo que permitem, dentro de conjuntura determinada, estabelecer uma aliança de forças que permitam avançar em suas demandas sociais dentro de novas relações de poder.

É visível esse esforço constante na luta pela terra na região do Xingu, em que o movimento do campesinato diante de uma bandeira que não agrega um leque de forças maiores, no caso a Reforma Agrária, estabelecer novas identificações. Essas podem ser verificadas na inserção de novas palavras no vocabulário dos movimentos camponeses a partir da década de 1990, como: recursos naturais,

sustentabilidade, manejo, governança, desenvolvimento, desmatamento, meio ambiente, políticas públicas, desenvolvimento local, povos da floresta.

As palavras apresentam grande interesse para as ciências do homem, podem revelar o nascimento e a morte de civilizações, como também mudanças profundas nas formas das sociedades humanas representarem sua realidade; as palavras podem apresentar permanências, repetição e novidades. Ao tratar sobre as palavras que surgiram ou ganharam novos sentidos no processo de consolidação da sociedade capitalista, liberal, burguesa, no período das revoluções do século XVIII, como liberal, conservador, ferrovia, indústria, proletariado, crise, fábrica, Hobsbawm (1994, p. 17) fala que “as palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto que os documentos”, e apresentam mudanças profundas por que passam determinadas sociedades. No caso do campesinato da Amazônia, podemos perceber essa nova configuração a partir do momento em que as questões sobre meio ambiente tornaram-se tema caro na arena política internacional, e que os países periféricos da economia capitalista mundial, como o Brasil, passaram a ser pressionados pelas instituições financeiras mundiais em relação à preservação dos recursos naturais e dos povos que tem conhecimento sobre o manejo dos mesmos (ALEGRETTI, 2002, BARRETO FILHO, 2006).

As instituições financeiras e as agências de desenvolvimento internacional representam os interesses do grande capital e dos países centrais, e passaram a se preocupar com o futuro dos recursos naturais do planeta no momento em que perceberam que o combate ao desequilíbrio ambiental não era apenas a causa dos *deep ecology*. Mais que isso! Estava, como está, comprometida a própria reprodução do sistema econômico capitalista, pois o uso desenfreado e não racionalizado desses recursos criaram em média e longa duração grandes dificuldades no processo de reprodução dessas sociedades.

No fogo cruzado de interesses de ambientalistas, do governo brasileiro, do grande capital é que jogam os movimentos sociais na Amazônia. É possível perceber essa trajetória de resistência no embate estratégico das várias frentes de luta constituídas ao longo da segunda metade do século XX, trajetória percebida na ação dos camponeses contra geleiras, madeireiros, latifundiários, no município de Porto de Moz, que passaremos a partir de agora a apresentar.

4 CAPITULO: PORTO DE MOZ: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DO BAIXO XINGU

[...] Em toda a bacia do Amazonas não havíamos até então encontrado lugar algum de aspecto tão aprazível como este. A areia limpa da margem, onde o viajante pode desembarcar a pé enxuto, e os bosques agrupados, a modo de parques, tanto encantam o olhar quanto parece triste e terrível a mata de igapó desordenada e selvagem, devastada pelas inundações.

Spix e Martius (1981, p. 87).

A impressão dos viajantes do século XIX se faz presente ainda hoje na chegada à cidade de Porto de Moz/PA, quando os barcos saem do Amazonas de águas barrentas e entram na boca do Xingu, com suas águas verdes escuras, suas margens de areias alvas que incomodavam a visão em dias de sol, da vegetação de pequeno porte que margeia o rio. O olhar preliminar sobre tão bela paisagem mergulha, aos mais curiosos, em a uma história de longa duração da ocupação dessa região, história que cruza a vida de indígenas, missionários, aventureiros, soldados, burocratas, comerciantes, cientistas, viajantes na saga de incorporação da Amazônia à sociedade ocidental.

4.1- DO ALDEAMENTO MATURÚ À CIDADE DE PORTO DE MOZ: MISSIONÁRIOS, SOLDADOS, AVENTUREIROS, VIAJANTES, E INDÍGENAS NA CONQUISTA DO XINGU

Segundo a historiografia (BEZERRA NETO, 2008; CARDOZO, 2008; MOREIRA, 2004; NEVES, 2008) o município de Porto de Moz emerge na história da Amazônia no processo de conquista e ocupação da região pelos portugueses no século XVIII diante da presença de outras nações europeias que ameaçavam os interesses lusitanos na colonização do Vale Amazônico. Sob o signo da cristianização adentraram, primeiramente, no Xingu várias ordens religiosas no intuito de propagar a fé e aprofundar a colonização europeia nos trópicos através da catequização das diversas etnias indígenas que habitavam o rio Amazonas na confluência com o baixo Xingu, como Açurini, Pena, Juruna, Axipaie, Arara, Curinaia, Arara bravo, Carajá, Caruriá ou Mundurucu (COUDREAU, 1977). Segundo os Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará (1916, p. 627),

[...] Com a denominação de aldeamento Maturú, sob a invocação de S. Braz, lançaram os Capuchos de S. José, segundo relatório do bacharel João Antonio Diniz da Cruz Pinheiro, os fundamentos da actual sede do Município de Porto de Móz, situada á margem direita do rio Xingú, a 1º 53' 33' de latitude sul e a 9º 2' 31' de longitude occidental do meridiano do Rio de Janeiro, em uma data que a tradição indica como 1639.

Assim dava-se inicio à história oficial da cidade de Porto de Moz. A aldeia do Maturu tornou-se parada obrigatória daqueles que se aventuravam na exploração do rio Xingu. Até o século XVII, a aldeia ficou sob a responsabilidade da ordem dos capuchos. Essa situação só veio a modificar-se no século XVIII, no quadro da política do marquês de Pombal, primeiro ministro português no reinado do monarca ilustrado d. José, para a Amazônia sob a figura de Mendonça Furtado, seu irmão e homem de confiança, para a missão de uma administração que promovesse a racionalização da exploração das potencialidades da região no sentido de fortalecimento do império português, em grave crise diante do desenvolvimento do capitalismo industrial inglês e da defesa dessa reserva tão valiosa das cobiças estrangeiras (franceses, holandeses, espanhóis). Como parte do império lusitano, a Amazônia colonial era vista por Pombal, sob a mentalidade da ilustração, como uma peça fundamental no projeto de elevar Portugal aos novos tempos do desenvolvimento capitalista.

Segundo Souza Júnior (2001), a política pombalina para a Amazônia se apresentou dentro dos quadros de crise do império lusitano, e tinha por pressuposto a ocupação efetiva da região que se traduzia na imediata delimitação de fronteiras e da retirada dos indígenas das tutelas das ordens religiosas, em particular dos jesuítas, que foram expulsos de todo o império luso nesse processo. A transformação dos indígenas em cidadãos portugueses, pela lei de 06 de junho de 1755, banuiu, pelo menos oficialmente, a escravidão indígena, reinstalou a obrigatoriedade do pagamento de salários, estimulou os casamentos mistos na região, e retirou a população nativa da tutela das ordens religiosas para o controle laico, exterminando as missões e implantando a política do diretório³⁰. Assim, as aldeias mais populosas passaram a categoria de vilas.

³⁰ Para Souza Junior (2001) seria a completa laicização da administração das povoações indígenas no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Todas essas povoações seriam gestadas por um diretor a quem caberia levar essas populações rumo a civilização. O regime do diretório já estruturava a ideologia racial da incapacidade dos indígenas em gerirem seus interesses os condicionando a tutela Estado.

Tentava-se construir uma identidade das populações indígenas com o Estado português. Esse foi um dos focos centrais da política pombalina na Amazônia, fazer uma política de integração dos indígenas para que estes defendessem os interesses portugueses como seus. Essa situação se realiza dentro de um espaço em que a presença de colonos brancos era insignificante e o processo de ocupação por meio da migração de portugueses se tornava inviável, e a presença indígena se fazia em larga escala em todo Vale Amazônico. Foi assim que o aldeamento do Maturu, ordenado pelos capuchos de São José se eleva a categoria de vila.

[..] Em virtude da lei de 6 de junho de 1755, Francisco Xavier de Mendonça Furtado deu-lhe a categoria de Villa, fazendo-a instalar em 16 de julho de 1758. Marcou os limites da nova Villa o ouvidor Paschoal Abranches Madeira Fernandes. Em 1764 era director da Villa José Gonçalves, acumulando também o mesmo cargo em Villarinho do Monte (ANNAES DA BIBLIOTHECA E ARCHIVO PUBLICO DO PARÁ, 1916, p. 627).

No decorrer dos séculos XVIII e XIX a vila de Porto de Moz consolidou uma economia extrativa baseada na exploração, pelos indígenas e mestiços, do cravo-do-maranhão, índigo, urucu, castanha-do-maranhão, salsaparrilhas, goma elástica da seringa, piaçava, canela, peixe, diversas espécies de madeira para a marcenaria e construção, noz-moscada, cacau, caça (tartarugas, jacarés, capivara). Conta-nos Spix e Martius (19981, p. 87),

[...] Em casa do vigário, vimos um grande carregamento de cravo do Maranhão (*Cassia caryophyllata* dos droguistas), pronto para ser despachado com destino ao Pará, e que o piedoso sacerdote tinha mandado colher pelos seus índios, na bacia superior do rio. Essa agradável especiaria, cujo sabor medeia entre o da canela e do cravo-da-índia, é chamada pelos portugueses de *pau-cravo* (na língua geral de *ibyra* ou *moira quiynha*). É a casca de uma árvore (*Persea caryophyllata* M.), que se eleva a trinta e mais pés, e, pela densa folhagem lustrosa, já de longe se anuncia como pertencendo à família dos loureiros.

Os viajantes chamam a atenção para as formas de exploração do cravo-do-maranhão, os limites de exploração dessa droga do sertão, e nos apresentam as relações econômicas do Xingu com o mercado europeu de produtos tropicais quando apresentam as formas e os estímulos para a exploração de novos produtos da floresta que tinham demanda no mercado europeu. Segundo Spix e Martius (1977, p. 87),

[...] Faz-se colheita em qualquer época do ano, mas de preferência depois da estação das chuvas. Com o mau tratamento que sofre essa nobre árvore, já seria muito rara, se não fosse que a predileção dos europeus, sobretudo do norte, pelo cravo do Maranhão diminuiu muito; eis a razão porque a atividade dos coletores se volve agora principalmente para o cacau e a salsaparrilha.

Na primeira metade do oitocentos a cidade de Porto de Moz não sofreu grandes modificações, permanecendo isoladas das questões políticas centrais do império do Brasil e da província do Grão Pará, como da emancipação política do Brasil, as guerras e revoltas do período imperial.

[...] A não ser a repercussão das luctas partidárias da capital e de alguns municípios mais importantes, em um echo longínquo, a vida municipal em Porto de Móz sempre correu plácida e monótona, não só pela quasi nulla importância política do município, como pelo interesse medíocre ligado pelos seus homens às posições de vereadores e juizes de paz (SPIX; MARTIUS, 1981, p.629).

Afora a ausência de ânimos para a participação ativa no cenário político conturbado da primeira metade do século XIX no Brasil, a vila de Porto de Moz se consolidou como um importante entreposto comercial dos produtos da floresta, até o alvorecer da economia da borracha, quando a cidade se torna, depois de Souzel, o entreposto mais importante da região do Xingu (BARÃO DO MARAJÓ, 1895).

4.2-“OS SERINGUEIROS INVADIRAM A REGIÃO”: O XINGU OITOCENTISTA

Na segunda metade do século XIX, as chamadas drogas do sertão foram perdendo espaço na economia extrativa do Xingu, devido ao preço crescente da goma elástica da seringueira no mercado internacional após a descoberta do processo de vulcanização da borracha e por novas mercadorias derivadas da segunda revolução industrial, em particular da indústria automobilística. Seria o ciclo econômico conhecido na historiografia Amazônica como *Boom* da Borracha, que levou cidades em plena floresta, como Belém e Manaus, a passarem por um processo de modernização e urbanização aos moldes europeus (ORTIZ, 1991; SARGES, 2002).

A modernização das duas principais cidades amazônicas, Belém e Manaus, não significou modificações nas relações econômicas extrativistas na Amazônia – tampouco na paisagem e nas relações produtivas do sertão amazônico. De certo que o extrativismo foi a base da modernização das cidades Amazônicas e cristalizador de relações de produção que marcaram profundamente as sociedades

que compõem a geografia do Xingu, presente nas relações de mando e dependência do sistema de aviamento, que segundo Sarges (2002, p. 79),

[...] o aviamento, sistema de crédito existente na região desde os tempos coloniais, é uma espécie de crédito sem dinheiro, o qual se caracterizou pela troca que se faziam, responsáveis pelo abastecimento dos seringais, e as casas exportadoras. Na Amazônia a expressão aviar significa fornecer mercadoria a crédito...

O seringueiro, em sua maioria retirante nordestino, era o último elo da cadeia econômica. Aparentemente, era livre, mas a estrutura econômica o colocava em situação de trabalho semelhante à relação de servidão. Comprava os suprimentos necessários a preço altíssimo no armazém mantido pelo seringalista, por isso, sempre estava em “débito” na contabilidade do seringalista e endividado, não conseguindo mais escapar da exploração do patrão.

Esse sistema se impõe na economia extrativa Amazônica ao longo da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, período de apogeu da economia da borracha, com traços de permanência ainda presentes ao longo do século XX nas regiões não integradas diretamente ao mercado e pela ausência do Estado em toda a Amazônia. Nessas regiões, como as comunidades rurais do Xingu, os moradores trocavam os produtos da floresta por produtos inexistentes na economia de subsistência praticada por esses sujeitos: facão, cartucheiras, munição, anzol, redes de dormir, redes de pescar, linha para pesca, tecidos, sapatos, perfumes, sabonetes, café, entre outros; tais produtos possibilitavam a reprodução social camponesa na floresta.

O sistema de aviamento é presente na memória e nas práticas econômicas recentes das comunidades rurais dos rios que compõem a RESEX “Verde para Sempre” no baixo Xingu, área de influência dos coronéis da borracha José Júlio de Andrade e José Porfírio de Miranda nos tempos áureos da Belle Époque paraense. Ao longo do século XIX se estruturou uma rede de dependência entre os camponeses, os comerciantes locais (intermediários) e o mercado.

A história econômica de Porto de Moz é marcada até hoje por essas relações de mando, em que as grandes famílias de comerciantes e madeireiros, em uma estreita relação com o poder, estabelecem uma relação clientelista com as comunidades rurais. O município que sobreviveu até a década de 1960 da exploração da borracha, do ouro, da castanha do Pará, do babaçu, peles de

animais, peixes, da maçaranduba³¹, após a década de 1970 passou à exploração da madeira, mantendo as marcas da relação de aviamento.

No período de 1980/1990, auge da exploração madeireira, os camponeses eram “aviados” com algum óleo para motosserra, motosserras, suprimentos, para a retirada da madeira na floresta, o que depois era repassado para os aviadores por um preço baixíssimo (R\$ 10,00 por uma tora de uma árvore nobre), quando muito dava para o pagamento das dívidas com o aviador, que a revendia às empresas do setor em Belém por preço de mercado.

O aviamento e a consolidação de uma economia extrativa cristalizaram as formas econômicas no baixo Xingu. Em entrevistas nas comunidades dos rios Arimum, Acaraí, Jaurucu, em que se predominou o extrativismo da madeira, associado à roça, à pesca e caça, percebemos como a cultura da economia extrativa se faz presente ainda hoje nas comunidades que formam a RESEX “Verde para Sempre”. A moradora 03, uma das mais antigas do rio Arimum³², dá vazão a sua memória dizendo,

[...] num tô te dizendo que já se diz desde o meu pai nos vivia do extrativismo. Depois de um tempo, com doze anos, quando fomos pro Jari do extrativismo, castanha e borracha, voltemos. Meu pai fez uma rocinha, mas nos cortava seringa barriguda, depois madeira de novo, derrubar maçaranduba, tiramos [...] Era extrativismo, num tinha jeito! Meu marido de novo, criemos nossos filhos tudinho no extrativismo. Tiramos esteio, depois nem que mais. Depois veio a madeira em tora, que o meu filho foi tirar já com quinze anos.

O extrativismo e a permanência de traços do sistema de aviamento criaram uma cultura de dependência entre os camponeses amazônicos e os comerciantes, e consolidou um tipo de economia no interior do município que se entrelaçou com o poder político até os dias atuais³³. Segundo o morador 04³⁴, patriarca da comunidade de São Sebastião de Jussara, no rio Jaurucu, “época boa era dos

³¹ Conferir em: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, planejado e org. Jurandyr Pires Ferreira. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

³² Entrevista realizada na casa da moradora, no rio Arimum, Braço Grande, em 18 do mês de agosto de 2010.

³³ O prefeito atual do município de Porto de Moz faz parte da família Campos, que domina a vida política do município desde o final dos anos 1990. A base de poder desse grupo vem da economia da madeira e do latifúndio que se estruturou nas velhas formas oligárquicas de mando: clientelismo, mandonismo e violência.

³⁴ Entrevista realizada na capela da comunidade de São Sebastião de Juçara, rio Jaurucu, em 16 e 17 de julho de 2008.

batelões que traziam de tudo que se precisava sem ir à cidade”. Para este morador tudo parecia mais fácil, visto que os produtos eram vendidos ali mesmo no porto da comunidade, sem a missão trabalhosa de chegar até a sede do município de Porto de Moz, em horas de barco, para vender a produção da roça, da pesca, e do extrativismo da floresta para atravessadores que as comprem abaixo do preço. Do pouco lucro obtido os camponeses compram na sede do município mercadorias que complementam seu modo de produção de vida. Faremos então uma digressão do momento de emergência dessas relações na Amazônia e no Xingu.

Em meado do século XIX a cidade de Porto de Moz permanecia ainda isolada politicamente do resto da província, situação modificada com a formação de uma elite de seringalistas no alvorecer do século XX no Xingu, “a partir da economia gomífera, no momento em que os seringais se expandiram e passaram, sobretudo a partir de Ernesto Acciolly, Antonio Meirelles, Senador José Porfírio e Anfrísio Nunes” como também por José Júlio, a hegemonizar as relações econômicas no Xingu (SOUZA; SERRA NETO, 2008, p. 231).

O príncipe Adalberto da Prússia, em seu diário sobre sua viagem no Amazonas e Xingu teve uma visão bem melhor de Porto de Moz do que da histórica Gurupá. Para o viajante, a cidade de Porto de Moz lhe parecia mais animada. Na sua chegada, 30 de novembro de 1842, ocorriam na cidade os festejos para Santo André, segundo o viajante “os negros dançavam numa casa ao som do benguá (tantã), um curto pedaço oco de tronco com uma pele esticada numa das extremidades”, a igreja enfeitada, no meio da povoação, reunia um monte de gente “pardo” e crianças seminuas (ADALBERTO, 1977, p. 162).

No mês de janeiro, na festividade de São Sebastião, no bairro do Praião, em Porto de Moz, ainda permanece essa manifestação. Durante a festividade, ao meio dia, apenas os homens tocam e cantam músicas com instrumentos africanos no barracão dos festejos. As mulheres e as crianças observam a manifestação. Percebemos na narrativa do viajante ilustre a presença africana no Xingu no século XIX, o que não se faz presente nas narrativas anteriores a esse período.

Chama a atenção do príncipe da Prússia a falta de importância do lugar, como também das demais localidades do Xingu até Souzel, expressa na ausência das casas caiadas: em Porto de Moz só a do comandante; em Souzel só a do

vigário. Isso demonstrava a pouca representação política e econômica do Xingu dentro da Província, região ainda tão pouco conhecida; nos idos de 1842 a cidade de Porto de Moz possuía uma população estimada em quatro mil almas (cristãos).

Em geral a situação da província do Grão-Pará, à época, era de abandono e exaustão econômica e social. A capital, Belém, contava apenas com uma população de 10 mil almas, enquanto que a população da província não chegava à cifra dos 200 mil habitantes. Esse quadro representava os resultados da instabilidade política da região devastada pela Cabanagem, revolta popular que levou à desestruturação da sociedade local (ADALBERTO, 1977). A visão que temos da cidade de Porto de Moz em meados do século XIX, é de um lugar salubre, mas de pouca importância política ou econômica para a província. Após trinta anos a situação passou a modificar-se nessas plagas, como podemos observar nas entrelinhas dos diários do naturalista Ferreira Pena e do casal Coudreau.

Ferreira Pena e o casal Coudreau percorrerem as águas verdes escuras do Xingu nos anos de 1874 e 1896, respectivamente, e já apresentam em suas narrativas mudanças socioeconômicas na região: um crescente desenvolvimento econômico da região que tinha como centro a borracha. Segundo, a expansão da “civilização” para a fronteira desconhecida dessa parte da Amazônia, presente através de uma forte e contínua corrente de migração (Nordeste) que tem como foco a exploração de novos seringais em contexto de crescente preço do produto no mercado internacional, que tem como efeito o crescimento demográfico no Xingu, em cidades como Porto de Moz, Souzel e Altamira.

Essas duas viagens são marcadas pelos interesses oficiais do governo local, no contexto de disputas econômicas e territoriais entre as províncias, transformadas em estados, a partir da implantação do regime republicano no Brasil no ano de 1889. Ferreira Penna (1874) faz uma descrição do rio em que navegava, observando as possibilidades de navegação: descreve a largura dos rios do Xingu, apresentado os trechos bastante navegáveis pelos barcos a vapor e os trechos de dificuldades. Em seu relato nos revela as margens, a fauna e a flora da região que circunda o rio do Xingu, e o papel da floresta como elemento de obstáculo à exploração da região, análise típica dos naturalistas do século XIX.

Já o casal Coudreau, no ano de 1896, formara uma expedição com uma natureza diferente das anteriores. Esta foi financiada pelo governo republicano de Lauro Sodré, no intuito do reconhecimento territorial em face da disputa da área com o estado do Mato Grosso, bem como do estudo das potencialidades econômicas de regiões ainda pouco conhecidas do recente estado, a região dos rios Tocantins-Araguaia e Xingu. Como nos diz o próprio Coudreau (1977, p. 130),

[...] Tendo sido encarregado, a 1º de maio de 1896, pelo Srº Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará, da exploração dos rios Xingu e Tocantins-Araguaia, somente no dia 30 do mesmo mês, havendo encerrado meus preparativos, parto rumo ao Xingu, iniciando esse conjunto de explorações.

Coudreau (1977) faz observações relevantes sobre as populações nativas e suas relações com os chamados “civilizados”. Analisa os aspectos geográficos do rio e as dificuldades de navegação devido ao perigo das cachoeiras, e as tentativas de construção de estradas que ligassem o alto e o baixo Xingu, permitindo o promissor desenvolvimento do vilarejo de Altamira, que contava na época com apenas três casas, “rodeadas por extensos terrenos cultivados, que a cada ano se espalham pelo interior” (COUDREAU, 1977, p. 25).

Na contemporaneidade a cidade de Altamira se tornou promissora. Cumpre o papel de convergência política e econômica da região do baixo Amazonas junto com a cidade de Santarém, como já apresentava o naturalista. Os descendentes das etnias presentes no Xingu a época tratada (Açurini, Pena, Juruna, Axipaie, Arara, Curinaia, Arara bravo, Carajá, Caruriá ou Mundurucu), junto com outros atores do movimento social da Transamazônica e do Xingu transformam a cidade em palco de suas manifestações políticas na exigência de suas demandas sociais e econômicas, bem como se faz presente o Estado e o grande capital na tentativa de enquadrar a região nos grandes projetos de desenvolvimento econômico de interesse nacional e privado.

No final do século XIX, Coudreau (1977) faz um estudo minucioso sobre a geografia do rio Xingu: descreve as cachoeiras, as corredeiras, os furos; traça um levantamento estatístico da população “civilizada” que mora no rio; apresenta um estudo das populações indígenas da região. Apresenta um pequeno dicionário do dialeto do grupo Juruna; descreve traços da vida social, das relações de parentesco, das doenças, da alimentação, dos hábitos, dos utensílios. Traça, também, uma

etnografia dos índios Arara, como das formas de exploração econômica ao longo do rio, realizadas tanto por brancos, como por mestiços e indígenas.

O diário de Coudreau permite observar uma nova fase na história do Xingu, que seria do avanço da economia extrativa da borracha nessa nova fronteira, visto que as regiões mais próximas a Belém já apresentavam um esgotamento desse recurso natural. O Xingu seria o novo limite a ser conquistado. O viajante chama a atenção para a inserção de seringueiros e seringalistas acima da volta grande do rio Xingu. Em sua narrativa observamos a maior presença de brancos e mestiços na região, e mudanças nas cidades como Porto de Moz e Souzel, agora entrepostos promissores da seringa.

Coudreau (1977) comenta os obstáculos da navegação entre o alto e o baixo curso do rio, que tornava o deslocamento da produção extrativa da borracha tarefa das mais dificultosas. Uma parte, acima das cachoeiras, realizada de barco; outra parte do médio Xingu, através de pequenas estradas; e a última seria do retorno à navegação pelo baixo Xingu. Essas dificuldades requeriam um ponto na foz como entreposto dos produtos que chegavam do rio acima, da qual a cidade de Souzel e Porto de Moz cumpriam esse papel.

Segundo Coudreau (1977, p. 132), “os seringueiros invadiram a região. Entre Itamaracá e o Tucuruí, encontramos-los por toda a parte. Só neste pequeno igarapé do Limão, que acabamos de passar, à margem direita, eles são sete ou oito”. Pensamos que poderiam ser bem mais, face às dificuldades nesse trecho de viagem de Coudreau. Este estava preocupado em achar naquelas plagas um ambiente que pudesse dar assistência a sua esposa acometida de malária: “ela está deitada no fundo da montaria tremendo de febre sob um sol ardente” (COUDREAU, 1977, 132). Assim,

[...] dirigimo-nos ao barracão de Dona Francisca Galvão, uma das mais destacadas personalidades do Xingu, mulher de força de vontade e inteligência, de cujo jaez não existe, grande numero de exemplares nestes sertões amazônicos.

Entrego minha doente às mãos de excelentíssima senhora, pois sua longa prática no Xingu, sua ampla experiência quanto às doenças do sertão e ainda seus conhecimentos médicos ser-me-ão uma garantia de imediatas melhoras do estado de saúde daquela que, efetivamente – e agora posso dizê-lo – escapou por pouco.

Coudreau (1977) passa a nos apresentar a formação de uma pequena e poderosa elite agrária na região do Xingu e o estreitamento dessas com os interesses da capital, no caso Belém. Nesse contexto passa a emergir as senhoras e os senhores dos rios e da vida das pessoas daquelas paragens que estavam em suas confluências (MEIRA, 1975). O viajante critica as formas de apropriação da região, em que prevalecem os interesses privados de poucos indivíduos, denunciando em suas conclusões a privatização do rio, quando afirma ser “O Xingu um rio com pedágio” se referindo à estrada feita e controlada por José Porfírio de Miranda na volta grande do rio.

Coudreau (1977) já aponta a sina da rica e vasta região a servir aos interesses privados e não aos interesses do geral, “a despeito da época que estamos, tal anomalia subsiste” da qual o Estado pode e deve “suprimir de maneira quase completa”³⁵, essa situação. Não se espantaria o naturalista do século XIX aos desmandos do capital privado sob a proteção do Estado na contemporaneidade, que de forma afrontosa utiliza da riqueza natural da região, expropriando a população do Xingu das benesses do desenvolvimento?

Voltemos à situação do Xingu na segunda metade do século XIX. Nesse processo temos a ocupação da região com a migração dos seringueiros para áreas não exploradas e que passam a ser nomeadas a partir de referência aos novos atores sociais que farão parte desse novo capítulo da história do Xingu, auferidos na nova toponímia da região: como no caso do riozinho do Anfrísio, ligado à vida do seringalista Anfrísio Nunes; Estrada do Gaioso; Picada do Doroteu; Ilha Grande de João Batista; Ilha do José Doido. Todos ligados à expansão da economia da borracha no Xingu, que estabeleceram e consolidaram as relações de aviamento que até hoje marcam as relações econômicas das sociedades camponesas que habitam a região.

Os barracões de exploração ficavam nas áreas de maior presença de árvores de seringa (*Hevea Brasilienses*). Mas era na foz, nas cidades de Souzel e Porto de Moz, que os seringalistas mantinham as sedes de seus negócios. Como exemplo temos a figura de dona Francisca Galvão que recebeu o casal de viajantes em sua casa, na cidade de Porto de Moz, e depois de três meses os socorreu em seu

³⁵ Conferir em Coudreau (1977, p. 135-136).

barracão no Juruná, alto rio Xingu, na qual Coudreau se refere com grande admiração e confiança.

A partir do século XIX, os rios do Xingu serão associados a grande seringalistas que monopolizaram as terras e expropriaram e massacraram os nativos da região na busca desenfreada pela borracha. Entre eles temos a figura de José Porfírio Miranda Júnior que se tornou “dono” do rio Xingu, como nos apresenta Cunha (2008, p. 32),

[...] O próprio José Porfírio era baiano e havia chegado ao Pará no início dos anos de 1890, sua mudança para o Alto Xingu atendia uma solicitação de seu tio o comerciante Agrário Cavalcante que já havia se estabelecido no Xingu por volta de 1880. Em 1909, José Porfírio encomendara um livro sobre o município de Souzel, notadamente a história do município, ou melhor, da região do Xingu se confunde com a história de sua vida, ambos prosperariam conjuntamente. Apresentado como o grande transformador e propulsor dos “progressos” daquela extensão do interior paraense, favorecido com a mudança do regime político e sendo denominado como “o rei do Xingu”.

José Porfírio, como grande seringalista e político da região, elevou cidades como Souzel e Altamira a uma nova fase de desenvolvimento, baseado na economia do látex, ao fazer investimentos agrícolas e de infraestrutura na região do médio e baixo Xingu, como portos, estradas, escolas, igrejas, barracões; não esquecendo o lazer de seus subordinados ao construir também um clube para festas e instituir uma banda de música. Para Kelly (1975), Porfírio investiu no setor agrícola aos arredores de Vitória do Xingu, garantindo assim parte do abastecimento dos seringueiros para a exploração da borracha, e diversificou seus investimentos na região, como na produção da cachaça. Atuando em várias áreas, José Porfírio garantia o controle de várias fases do processo de produção da borracha.

Segundo Kelly (1975, p. 60) José Porfírio descentraliza das cidades de Belém e Manaus parte da prosperidade da *Belle Époque*.

[...] In the Center of the village near the port was one of the many mansions of José Porfírio...The house in Vitória was surrounded by a flower garden, filled with imported flowers and bordered by palm and mango trees.

No meio da floresta José Porfírio mantinha uma vida de um verdadeiro barão da borracha: iluminação a gás, a abertura de uma avenida em frente a sua mansão que ficava às margens do rio. Somada à estrutura física era comum na sua residência no Xingu grandes festas: a ida de bandas de músicas e companhia de

teatro era uma constante. O poder econômico de José Porfírio no Xingu lhe proporcionou um segundo casamento no Pará, com a sobrinha de um dos mais importantes chefes políticos do Partido Republicano do estado, Antonio Lemos.

O segundo casamento de José Porfírio lhe garantiu a ascensão política no Xingu e no Pará. Da nomeação à intendência de Souzel, depois deputado e ao Senado, José Porfírio se afirmou como um dos homens mais importantes do Estado. A associação do poder político ao poder econômico levou José Porfírio a se tornar um dos maiores proprietários de terras no Xingu, perdendo apenas para a família de Ernesto Acioly. O ocaso político se dá a partir da revolução de 1930. José Porfírio se retira do Xingu e da vida política e vai para o exílio na capital do país, Rio de Janeiro (KELLY, 1975).

Outro nome importante na história fundiária no Pará é o do coronel José Júlio, muito lembrado na memória social nas comunidades rurais da RESEX “Verde para Sempre”. Segundo Lins (1991), José Júlio era natural da cidade de Sobral, Ceará, e veio para o Pará nos idos de 1882, com a idade de dezessete anos. Passou algum tempo na estrada de Bragança, migrando, no mesmo ano, para a região do rio Jari. Lá trabalhou como seringueiro e coletor de castanha. Com o dinheiro arrecadado na economia extrativa, José Júlio iniciou as compras e apropriações de terras em toda a região. Casou-se com uma paraense da cidade de Almeirim, e se estabeleceu na Vila de Arumanduba, rio Paru, sede de seus negócios. Mantinha também residência em Belém e viajava o mundo.

Segundo Lins (1991, p. 35) “foi o maior latifundiário do mundo. Suas terras no estado do Pará, nos municípios de Almeirim, Porto de Moz e Território Federal do Amapá, beiravam três milhões de hectares.” Essas terras passaram a fazer parte do patrimônio de José Júlio no final do século XIX. Este se tornou um dos primeiros coronéis a enriquecer com a prática do extrativismo da castanha, de andiroba, mas principalmente da borracha, chamada de “ouro negro” na região. Porém, a maior parte dessas terras foram conquistadas do Estado nos governos de José Paes de Carvalho e Augusto Montenegro, sob a forma de títulos definitivos e de posse. Segundo Lins (1991, p. 77),

[...] No município de Almeirim, José Júlio nunca perdeu eleições. Na realidade ele apresentava seus candidatos, dando total apoio. Dizem que ele preenchia folhas de votação e seus candidatos eram sempre vitoriosos.

Vale lembrar o poder de controle de José Julio sobre sua clientela, curral eleitoral, na região que ia do Jari a Monte Alegre, o que o tornava um importante aliado eleitoral no contexto do coronelismo na Primeira República. Troca de favores, sob a denominação de títulos de terras seria comum nesse processo, bem como pouca confiabilidade no processo eleitoral marcado pelas fraudes e pela violência. O próprio José Júlio participou diretamente da política local tornando-se deputado e senador. Dessas alianças consolidou um patrimônio fundiário maior que muitos países.

Com a decadência da economia da borracha no final da Segunda Guerra Mundial, já com seus setenta anos de idade, Zé Júlio vendeu suas fazendas no rio Aiqui para Michel Melo e Silva, no município de Porto de Moz; e seus outros negócios para a empresa Jari, formada por um grupo de empresários portugueses e brasileiros no final dos anos de 1940. Partiu para a cidade do Rio de Janeiro vindo a falecer no ano de 1953.

Na memória coletiva ficou a marca da violência como tratava seus empregados em sua vila chamada de Arumanduba, sede de suas atividades na cidade de Almeirim, onde mandava seus capatazes perseguir os seringueiros que fugiam na floresta sem o pagamento de suas dívidas no barracão, que capturados eram torturados como exemplo para os que ousavam resistir. Neste espaço o poder e a riqueza de Belém e Manaus se faziam presentes, se descentralizam para uma pequena elite. Segundo relatos, a fazenda de Zé Julio era um local único no Xingu, que superava as próprias cidades como Almeirim, Gurupá, Porto de Moz, Souzel, nos anos de 1940. Segundo nos conta Manoel Buarque (1940, p. 12), em seu diário de viagem a Altamira quando iria assumir o cargo de juiz de direito dessa cidade.

[...] Entramos no Xingú, o grande afluente da margem direita do Amazonas, e depois, em Urucuricaia, aportando na fazenda “Campinho”, do commandante Jovita Pinto...Partimos e avistamos a Serra da Velha Pobre, envolta n’um lenço azul, chegamos depois a Arumanduba, importantíssima propriedade do senador José Julio, abastado capitalista, que tem prestado ao Pará os mais relevantes serviços, tendo, ao mesmo tempo, com seu coração generoso e maior que sua grande fortuna, enxugado muitas lagrimas e mitigado muitas dores.

Arumanduba é illuminada á luz electrica e se parece, á noite, com um transatlântico, ancorado á margem do rio-mar.

Na cidade de Belém José Júlio residia no palacete Bibi Costa, comprado da viúva do major Brício Costa, no ano de 1910, símbolo de poder dos barões da borracha na Amazônia. Hoje, esse palacete sedia a Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental (AHIMOR), e ganhou a fama na cidade de Belém de ser mal assombrado, devido a crueldade daquele que por mais tempo ocupou o chamado “castelinho”, a história das formas truculentas no tratamento de seus empregados, grassou na cidade.

Lins (1991), em obra de caráter memorialista da vida de José Julio, trás informações importantes da forma como se configurou a apropriação das terras na região da jusante entre o Xingu e o Amazonas, onde se localiza a RESEX “Verde para Sempre”. Narra que Zé Júlio chegou à região sem nada, e que se tornou um dos homens mais ricos do Pará, atraindo para si grandes inimigos, como o político populista Magalhães Barata. Zé Julio apresenta uma trajetória interessante, pois viveu sob os dois ciclos econômicos da borracha no Pará. E nesses dois ciclos aprofundou não apenas a fortuna através da exploração dos seringueiros, e dos recursos naturais da região (balata, ouro, maçaranduba, castanha-do-pará, copaíba, andiroba, timbó, salsa, casca preciosa), como também, como político, senador e deputado do Pará, se apropriou de vastas áreas de terra.

A trajetória da história de conquista do Xingu ao longo dos séculos XIX e XX nos permitiu vislumbrar na dialética das relações econômicas e políticas da região a formação da estrutura fundiária local, a subordinação, a exploração, e o extermínio, no caso das sociedades indígenas das comunidades locais, e a apropriação de terras livres por interesses de uma pequena parcela de pessoas. Tal cenário levou à concentração fundiária na região sob a lógica mercantil, que irá se aprofundar com a decadência da economia da borracha, e a inserção dessas vastas áreas nas mãos de empresas e grupos empresariais estrangeiros, como no caso da venda das terras de José Júlio a um grupo de empresários portugueses e depois ao empresário norte-americano Daniel Ludwig, com o apoio do Estado.

Observando a trajetória de José Julio e José Porfírio de Miranda Júnior, nas entrelinhas de uma literatura de cunho rankeano, podemos traçar a trajetória das formas de apropriação da terra no baixo Xingu e construção das formas de exploração dos meios naturais, das relações sociais construídas entre a elite e o

campesinato em consolidação, no caso do sistema de aviamento, e das tensões que advêm dessas formas de mando e exploração. Em particular a formação de um sistema econômico complexo apresentado em uma rede de mútuas interações de várias atividades que se complementam: a extração da madeira, a roça, a pesca, a caça e a pecuária de pequeno porte. Economia de subsistência e mercado, com particularidades de exploração de recursos naturais que se apresentam em cada rio (madeira, pesca, pecuária).

Com a decadência do segundo ciclo da economia da borracha, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, a efêmera prosperidade das cidades do Xingu chega ao fim. Os grandes senhores da região, José Júlio e José Porfírio, saem de cena. José Júlio abandona seus negócios na região nos anos de 1948 e parte para o Rio de Janeiro. Antes vende suas propriedades no rio Aquiqui (um dos principais da RESEX “Verde para Sempre”) para Michel Melo e as propriedades da região do Jari para um grupo empresarial formado por portugueses e brasileiros, negócio intermediado e sob o conselho de Otávio Meira, importante advogado, político e memorialista da história política do Pará. É curioso o fato de que em sua obra “Memória do quase ontem” Meira não faz menção à figura de José Julio na cena política do Pará e nem como importante “capitalista” da região.

Na mesma década de 1940, José Porfírio de Miranda Júnior também parte para o Rio de Janeiro deixando como seu substituto seu filho José Porfírio de Miranda Neto. Termina a fase dos grandes coronéis da borracha, e se apresenta um interstício que permite a autonomia das comunidades rurais no Xingu, que passaram a constituir formas próprias de relação com o mercado baseadas nas tradições de aviamento construídas ao longo dos séculos XVIII e XIX, que será impactado por uma nova conjuntura econômica e política brasileira na década de 1960.

Em síntese podemos dizer que o poder econômico, os laços de parentesco e poder político foram as fórmulas engendradas na constituição de vastos latifúndios no Pará, e da configuração agrária da região até os anos de 1960, quando das novas investidas do grande capital associado a uma política de Estado “modernizadora” da estrutura econômica do Brasil que passa a enquadrar a fronteira Amazônica a partir de grandes projetos.

Nesse contexto, as comunidades rurais que sobreviveram ao abandono do Estado e do capital, passam a sofrer sérias ameaças de desapropriação diante de novos atores sociais, aprofundadas nas décadas de 1970 e 1980, sob o regime militar. É nesse contexto que emerge no município de Porto de Moz/PA um movimento amplo e marcado pela diversidade de luta pela terra e como alternativa à implantação de uma reserva extrativista na região, que seria uma das maiores do mundo. Tal acontecimento seria pretensão e ousadia diante de inimigos tão poderosos e influentes – latifundiários e a indústria madeireira, representadas diretamente pelos seus agentes na região e indiretamente pelo apoio dos governos estadual e municipal.

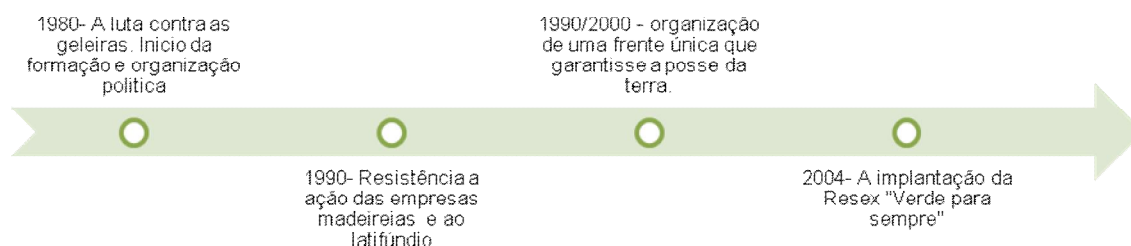
5 CAPÍTULO: DA LUTA PELA TERRA À IMPLANTANÇÃO DA RESEX “VERDE PARA SEMPRE”: DESAFIOS DO CAMPESINATO EM PORTO DE MOZ

Aí eu disse pro meu filho, disse: “meu filho agüenta, se você morrer é por uma boa causa, é por uma boa causa, você é o meu único filho, mas você não tá fazendo as coisas sem volta, você tá lutando pelo povo, pode continuar”.

(Maria Luiza, rio Arimum, 2010)

Podemos traçar uma linha do tempo das lutas sociais dos camponeses do baixo Xingu. Nas décadas de 1980, a luta contra as geleiras; na década de 1990 o enfrentamento direto com as empresas madeireiras e os latifundiários; na virada para o século XXI, a conquista do direito da posse da terra através da implantação da RESEX “Verde para Sempre”, decretada pelo Diário Oficial da União em 09 de novembro de 2004, e com isso o desafio da construção de uma nova realidade, a construção de uma economia sustentável.

Figura 01 – Linha do tempo da luta pela terra dos camponeses do baixo Xingu



Fonte: Maria Gonçalves (2011).

A partir da implantação da RESEX, abre-se um longo caminho para a regularização fundiária e a perspectiva de implantação de projetos de desenvolvimento em bases sustentáveis nas diversas comunidades presentes no interior da reserva, bem como os desafios da consolidação da organização e da participação das comunidades no destino da “Verde” através da formação de novas lideranças e da conscientização da importância da continuidade da luta. Traçaremos então a trajetória da construção do projeto de luta pela terra, realizado pelos camponeses, no baixo Xingu, no município de Porto de Moz no final do século XX.

5.1 MEMÓRIAS DA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL EM PORTO DE MOZ E AS ALTERNATIVAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA TERRA

5.1.1 A década de 1980: ameaça e tensões de expropriação da terra e dos recursos naturais nas comunidades camponesas de Porto de Moz/PA

A década de 1980 marcou a história do movimento camponês na Amazônia. Num quadro de avanço das relações capitalistas para o campo em que se constituiu a degradação e a extinção das comunidades rurais, através de um processo de pauperização dos seus modos de vida, concomitante com a ameaça da perda das áreas tradicionalmente ocupadas por grandes projetos de integração da região Amazônica à sociedade nacional.

Ao mesmo tempo, de tal conjuntura emerge o fortalecimento da organização e da luta dos camponeses em várias frentes de embates. Podemos dizer que foi nos quadros de reorganização da sociedade civil brasileira, na última década do regime militar no Brasil, que temos a visibilização das questões agrárias no cenário nacional, e o debate sobre a questão da reforma agrária de forma contundente na agenda política do país (MARTINS, 1997; GUERRA, 2002; HÉBETTE, 2002; SOUZA, 2002; MAGALHAES, 2009).

No enfrentamento direto com o grande capital, subsidiado pelo Estado nacional brasileiro, os camponeses reelaboraram formas de organização e luta. A geografia das lutas camponesas na Amazônia na segunda metade do século XX tem início nas frentes incorporadas pelo Estado nacional que pertenciam aos governos estaduais a partir da abertura das estradas federais e do estabelecimento de grandes projetos (MONTEIRO, 1980). Podemos perceber a ação do grande capital nessas áreas e a resistência das populações locais para manterem seus modos de vida.

O sudeste paraense se tornou, a partir da década de 1970, um dos espaços mais violentos da luta pela terra no Brasil. A partir dessa região se entende uma teia de ação predatória dos recursos naturais e implantação de projetos agroeconômicos de natureza exógena que passou da ameaça à destruição dos modos de vida das populações indígenas, de descendentes de quilombos, de ribeirinhos, de

pescadores, de pequenos agricultores, de todos que viviam tradicionalmente da floresta (HÉBETTE, 2002; MAGALHAES, 2002; EMMI, 1999).

No quadro, acima apresentado, as populações camponesas de Porto de Moz, que constituíam formas de vida semiautônomas com o mercado, passaram a ser impactadas por novas formas de exploração dos recursos naturais nas décadas de 1980 e 1990, a pesca industrial, a agropecuária e a exploração madeireira. Cada uma dessas atividades se implantou em áreas específicas do município, em que se encontravam as maiores reservas desses recursos. Segue-se assim, o combate de cada comunidade no sentido de manter-se na terra e de organizar formas de resistências nesse sentido.

A primeira ameaça a se configurar nas comunidades camponesas de Porto de Moz foram as geleiras. Essas invadiram o rio Jaurucu em direção ao rio Quati, área de grande piscosidade. Nesta área se encontra o Lago do Urubu, que seria o espaço de reprodução de várias espécies que compõem a fauna da foz do Xingu. Esse lago tem uma importância vital para a reprodução das várias espécies aquáticas que habitam o baixo Xingu, mas sua principal importância refere-se a ictiofauna local, que apresenta dezenove famílias, quarenta e três gêneros e quarenta e sete espécies. A pesca se apresenta então, nas regiões de várzea de Porto de Moz como uma das formas estruturais da sobrevivência da economia camponesa, somado pela roça, pela caça, pela criação de animais, e pela extração madeireira³⁶. Para Moreira (2004, p. 68),

[...] É nesse contexto que a ocupação do município não se interrompeu e que novas formas de relações sociais, desta vez, tipicamente capitalista, penetraram na região, da pesca empresarial e da atividade madeireira. Uma forma perversa da modernidade, que vai agredir, e com graves seqüelas, o ambiente natural e, por via de consequência, o modo de vida das populações tradicionais

A região do baixo Xingu, até então afastada das relações de mercado e das relações capitalistas mais cristalizadas, como a grande propriedade capitalista, a proletarização da mão-de-obra do campo, as formas violentas de inserção da

³⁶ Dados obtidos através do Laudo Biológico da Reserva Extrativista Verde Para Sempre, Porto de Moz/PA, realizado pelo Ministério do Meio Ambiente. Esses dados, como observados no relatório, precisam ser ainda aprofundados.

economia local aos interesses do grande capital (grilagem da terra, expulsão das famílias de suas áreas tradicionais, ameaças de morte, endividamento ascendente do campesinato) passa, a partir dos anos de 1980, a fazer parte do cenário de luta pela terra na Amazônia, que já se configurava na região desde a década de 1960, entre uma concepção mercantil da terra, defendida pelo grande capital e seus agentes, e uma concepção da terra como a garantia da vida do grupo social (HALL, 1991; MARTINS, 1991).

As conversas com o presidente do STTR, Idalino de Assis (2010), permitiram entender as formas de ação dos camponeses pela manutenção de recursos naturais básicos para a sua sobrevivência, como o peixe. Em primeiro lugar a busca de apoio da Igreja, através da Comissão Pastoral da Pesca (CPP) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A partir desse suporte, o campesinato local passou a organizar a luta pela retirada das geleiras que atuavam no município.

Essas geleiras vindas de áreas impactadas pelas eclusas da hidrelétrica de Tucuruí faziam uso de técnicas da pesca industrial que levavam ao desaparecimento e diminuição em larga escala do pescado: a pesca de arrasto, com uso de malhadeira. Práticas de pesca que já vinham sendo criticadas e combatidas pelos pescadores artesanais da região do Salgado do estado do Pará, com o apoio técnico e institucional do MPEG/MCT, através do projeto RENAS³⁷, coordenado pela professora Lurdes Furtado, por ameaçar a reprodução da vida social das sociedades haliêuticas e ao meio ambiente.

Em Porto de Moz, as comunidades camponesas passaram a enfrentar de forma direta essa situação a partir dos anos de 1980. Passaram com ajuda do STTR a expulsar os barcos de pesca, a destruírem as redes malhadeiras dos pescadores, a impedirem a entrada de estranhos para a atividade de pesca dentro de suas áreas, através da vigilância dos comunitários nas entradas dos rios. Esse enfrentamento direto levou as autoridades locais a intervirem na questão, e com as parcerias do STTR com LAET, e com o MPST, teve início a formulação de acordos de pesca.

³⁷ Projeto Recursos naturais e Antropologia das Sociedades Marítimas, Ribeirinhas, Estuarinas da Amazônia: Relações do Homem com o seu Meio Ambiente, sob a coordenação da professora Lurdes Furtado. Esse projeto, iniciado em 1990, que está em sua terceira fase, faz uma reflexão da antropologia social sobre as populações haliêuticas da Amazônia, povos das águas, do seu modo de ser, seu modo de organização da vida social, dentro do contexto de expansão do parque industrial pesqueiro na região e seus impactos na vida nativa. Disponível em: http://www.museu-goeldi.br/renas/projeto_renas.htm. Acesso em: 10 de fev.2010.

Esses passaram a regulamentar as formas de exploração dos recursos naturais das áreas de maior impacto de exploração da pesca industrial, e ao mesmo tempo passaram a constituir um debate sobre as formas de defesa legal dos territórios camponeses.

A partir desse embate, o movimento social do baixo Xingu iniciou uma conexão como uma rede de movimentos sociais, pesquisadores, partidos políticos ligados às questões populares que lhes permitiu maior potencial técnico e político para a solução de seus problemas, bem como maior visibilidade para suas demandas, e uma preocupação das lideranças camponesas, nas intervenções provindas das alianças estabelecidas na elaboração de um projeto agrário que atentasse aos seus interesses. A primeira orientação nesse sentido foi à constituição de áreas comunitárias. Segundo Moreira (2004, p.135),

[...] Diante das repetidas agressões, os moradores se convencem de que não basta resistir; tem que antecipar, criando um fato. Sonham em ter e decidem delimitar uma área, isto é, um espaço próprio da comunidade, em dimensões suficientes para garantir sua reprodução no imediato e, a maior prazo, a de seus filhos e netos.

Ressaltamos que o projeto de uma área comunitária configurada legalmente como território camponês, é resultado da soma do saber local (etnoconhecimento) com o conhecimento da academia, da ciência. Essas áreas já existiam nas comunidades rurais, espaços de sociabilidades, e uso comum dos camponeses, uma tradição antiga das populações rurais do Brasil e da Europa. Pela tradição e pela cultura comum, o uso de determinados espaços das comunidades devem servir a todos, sem restrições: áreas de castanhais, miritizais, açazais, de bacurizais, de seringais e áreas de pesca. A legislação que rege determinadas áreas é estabelecida pela tradição oral do grupo, e não pelo direito burguês sobre a terra e seus recursos.

A contribuição da academia vem no sentido de fazer valer a tradição, e garantir as vias legais de sua legitimação. Para isso houve várias reuniões e seminários organizados pelos movimentos sociais do baixo Xingu junto às comunidades camponesas. Os pesquisadores do LAET/UFPA passaram a orientar diretamente as comunidades escolhidas para a implantação das áreas comunitárias, juntamente com o STTR e o CDS. Dessa troca de experiências, as comunidades camponesas passaram à demarcação de seus territórios de uso comum (Fotografia 1).

Fotografia 1 - Pesquisadores, sindicalistas, camponeses na construção das áreas comunitárias.



Fonte: CDS (1995).

Isso foi possível mesmo sem o reconhecimento das instituições responsáveis pela regularização agrária do país desse tipo de propriedade coletiva da terra, visto que a proposta não se enquadrava nos projetos de reforma agrária do INCRA e do ITERPA. Essa experiência apresentou para as lideranças locais a possibilidade real da conquista do direito a terra, e contribuiu na formação e organização do campesinato local para o enfrentamento com um inimigo muito maior e mais forte do que as empresas de pesca industrial, que seria a grande empresa madeireira. Esta foi uma batalha que se configuraria muito mais complexa, visto que os interesses dessas grandes empresas madeireiras eram apoiados pelos poderes local e estadual.

Fotografia 2- Croqui das áreas comunitárias de Porto de Moz.



Fonte: CDS (1995).

A elaboração das áreas comunitárias se deu em reuniões e debates entre camponeses e pesquisadores. Essa troca de conhecimentos possibilitou a criação de uma representação geográfica sobre esses espaços. A visualização de um território camponês, e a garantia da permanência na terra passa a ser uma realidade (fotografia 2).

O tempo entre o enfrentamento contra as geleiras e as madeireiras foi curto demais (1980/1990), não havendo espaço, no bojo da luta, para uma reflexão e um debate maior entre as comunidades camponesas para a formulação de um projeto de reforma agrária que viesse aos seus interesses, visto que as áreas comunitárias, da forma como foi pensada, não teve êxito legal. A questão que urgia diante das ameaças sucessivas à posse da terra, não permitiu esclarecimentos sobre as alternativas legais que lhes possibilitassem a manutenção de seus territórios. A década de 1990 chegou como um pesadelo para os camponeses no baixo Xingu, e foi o momento de enfrentamento decisivo na luta pela permanência na terra.

5.1.2 A década de 1990: o avanço das grandes empresas madeireiras na região do baixo Xingu

A década de 1990 apresentou uma conjuntura de extremo desequilíbrio na luta pela terra no baixo Xingu. Os poderes federal, estadual e municipal, eram simpáticos aos interesses do grande capital na região, bem como dos seus aliados, ou seja, latifundiários, indústria madeireira, pecuaristas e Estado caminhavam juntos. A luta dos camponeses se mostrava acirrada e violenta como demonstrado no “Massacre de Eldorado dos Carajás”, ocorrido no dia 19 de Abril de 1996.

Nessa data simbólica e trágica da luta pela terra no Brasil, o Governo do Estado do Pará ordenou à polícia militar uma ação contra os militantes do MST que ocupavam uma rodovia estadual, PA-150. O resultado da ação: 19 camponeses assassinados; 75 feridos; dos 155 policiais envolvidos todos estão em liberdade³⁸. É nesse quadro que os camponeses de Porto de Moz enfrentaram um de seus maiores desafios: a expulsão das empresas madeireiras e do latifúndio de seus territórios.

A ação das empresas madeireiras e do latifúndio foi visceral na região, contando com as mesmas estratégias já realizadas em outras áreas que atuaram: grilagem da terra, ameaças às famílias camponesas, a expulsão direta do campesinato da terra, as alianças com os poderes político e jurídico local, a associação com o capital financeiro. Nas memórias dos camponeses do baixo Xingu apresenta-se um tempo de medo e desesperança diante de inimigos tão poderosos, que levou ao abandono e venda das terras por muitas famílias da área rural.

Ao mesmo tempo, abre-se um tempo de resistência. O STTR, o CDS, a CPP, a CPT, o LAET, o MDTX e o CNPT passaram a articular em nível nacional, através de parlamentares sensibilizados com a questão agrária, a situação crítica dos camponeses do estado do Pará, em particular da região da Transamazônica e baixo Xingu. Na bancada federal e estadual os camponeses contavam com alguns deputados federais ligados ao Partido dos Trabalhadores, e no senado tinha o apoio de uma senadora do Pará. Existia também, a pressão dos ambientalistas, sobre os impactos causados pela ação dos grandes projetos na Amazônia.

Esses contatos permitiram a elaboração de uma estratégia de garantia da terra aos camponeses que não passasse pela autoridade do poder estadual, mas

³⁸ Disponível em: <http://sobreviventesmassacre.blogspot.com>. Acesso em: 10 de fev. 2011.

que viesse diretamente do poder central. Seria a transformação das áreas em conflitos em unidades de conservação da natureza sob responsabilidade da União, através de decreto presidencial. Visto que a situação no Pará era francamente favorável aos interesses da ação do grande capital na região, e de ocultamento da grave situação fundiária e ambiental do estado, a ideia era agir de cima para baixo e silenciosamente.

A situação local era tensa. Muitas lideranças foram ameaçadas de morte (lideranças do STTR, do CDS, o padre e os representantes das associações camponesas), pessoas ligadas ao movimento social foram espancadas em praça pública. Segundo a liderança 02³⁹,

[..] Era muito difícil, a gente tinha hora pra sair de casa, tinha hora pra chegar em casa, né? A partir de 94, 95, 96, 97, 98, 99, 2000 aí o processo fica bem complicado. A gente saía pras comunidades, a gente ia, mas nós nunca tivemos, assim, segurança pra andar com agente, por que nós nunca quisemos, né? O Ministro da Justiça, que na época era o Tomáz Bastos, quando nós fomos lá pedir segurança pra cá, não pedi segurança pra nós, né? Eu falei pra ele assim: “Ministro, eu não preciso de segurança pra andar atrás de mim não. Mas, eu vim aqui, o meu objetivo é vim aqui pedir segurança pras pessoas que tão lá. É elas que estão sendo ameaçadas nessa vida, ameaçadas de morte, ameaçadas de perder sua própria realidade, estrutura, sua própria cultura pra a vida delas que é certo que são os recursos naturais que tão lá, então eu não vim aqui pedir segurança pra mim não. Eu não preciso de segurança, eu não tenho medo, eu nunca tive medo.

Por solicitação de alguns parlamentares e do Greenpeace, no ano de 2003, ocorreu uma audiência entre as lideranças do movimento social em Porto de Moz e o ministro da Justiça. A partir desse contato, a Polícia Federal passou a atuar na área investigando a questão da violência e grilagem de terra na região conhecida como “Terra do Meio” e o baixo Xingu. O governo local, à época, estava nas mãos de um dos representantes do grupo Campos, diretamente ligado aos interesses dos madeireiros e do grande latifúndio, e envolvidos em várias denúncias de grilagem de terra e violência feitas nas comunidades rurais. Em relatório, entregue ao ministro da Justiça em de 2003, as lideranças locais apresentaram em detalhe a violência, o medo e a impunidade que grassavam em Porto de Moz com o apoio do prefeito. Segundo a liderança 02, as ameaças não cessavam,

³⁹ Entrevista realizada na sede do CDS em Porto de Moz, nos dias 20 e 25 de janeiro de 2010.

[...]Era telefonema, era falações mesmo ao vivo, essas coisas assim, né? mas eu nunca coloquei assim na minha cabeça, no meu psicológico, que isso ia acontecer, não. Teve momento assim, lugares que nós tivemos em reunião, eu o Idalino (presidente do STTR), assim, é trabalhando com as pessoas em que, toda a escola onde a gente tava, ela foi cercada por pessoas armadas dessas coisas assim, mas em nenhum momento eu tive medo, em nenhum momento eu entrei em desespero, né? Por que eu não sei, mas eu tinha uma força maior que, que, que me acompanhava, né? que me sustentava e que me sustenta até hoje, por exemplo, nós nunca entramos dentro da reserva, assim armados, assim pra... não, e olha nós tivemos vários enfrentamento difíceis, né?... mas nunca passei por essa, por essa situação. Mas que era difícil era, num tive assim medo, só que a gente tinha cuidados.

Concomitante às ameaças, a organização das associações pelas lideranças nunca foram tão intensas: reuniões, formações, palestras, seminários. As lideranças camponesas se desdobravam para vencer o pouco tempo que lhes restavam diante da forma predatória e violenta da exploração dos recursos naturais na região (fotografia 3).

Fotografias 3, 4 - Organização das comunidades camponesas de Porto de Moz.



Fonte: CDS (s/d).

Ao ouvirmos os depoimentos e analisarmos as imagens sobre tal momento da vida das comunidades camponesas do baixo Xingu, percebemos que a dimensão da luta foi o tamanho do sonho compartilhado entre o campesinato, apesar das diversidades internas das comunidades, ao direito à terra. A região que analisamos é imensa, o deslocamento dentro da margem esquerda do Xingu requer horas e até dias de viagens para alcançar as comunidades. Essas se dispersam dentro da floresta, dos rios, dos furos e dos igarapés. No inverno muitas ficam isoladas diante do avanço das águas sobre a região de várzea e de área de transição para terra firme. A superação dos obstáculos para a organização do campesinato diante da geografia local em si foi uma enorme vitória das lideranças camponesas do baixo Xingu. Além das dificuldades de tempo/espço existem barreiras internas para o

acesso às comunidades: as relações religiosas e de parentesco que nem sempre ajudam para construção de uma unidade, mesmo que temporária, para lutas frente a um inimigo maior.

Nas áreas rurais do município de Porto de Moz, as comunidades rurais distantes das instituições que representam o Estado, as quais deveriam garantir a vida dos cidadãos, se depararam com a invasão de suas áreas por trabalhadores, jagunços e máquinas das empresas madeireiras. Muitas comunidades, com medo, não se envolveram diretamente no processo de luta contra as empresas madeireiras, e passaram a submeter-se às suas ordens. Outras, no entanto, foram decisivas para a formação de uma frente de luta que garantisse a permanência na terra.

Quando chegamos às comunidades rurais da RESEX percebemos o esforço das lideranças dos movimentos sociais de Porto de Moz no intuito da organização e da formação das comunidades que não participaram diretamente da luta pela implantação da reserva, como é o caso da Comunidade de Vila Paraíso, no rio Acaraí, formada predominantemente de evangélicos⁴⁰. Nessa área da RESEX a floresta é hegemônica, inexistente a várzea com seus pastos naturais, mesmo nos meses em que as águas já estão baixas no Xingu.

A maioria da população da Vila Paraíso se dedicava, antes da RESEX, ao extrativismo da madeira e de outros produtos da floresta. Segundo os moradores 06 e 07⁴¹, antes da reserva o rio Acaraí era cheio de balsas, voadeiras, e barcos. Os homens da comunidade se dedicavam à extração madeireira, e sustentavam suas famílias nessa atividade com o complemento da pesca, da caça, e da roça. A natureza predatória da atividade madeireira no rio Acaraí ocasionou um grande impacto na atividade pesqueira nessa área, o que afetou uma das bases de sustentação da comunidade.

⁴⁰ É relevante observar a forma de organização de uma comunidade rural nessa área. Primeiro estão presentes os laços de parentesco, que agrega um núcleo familiar original. Porém, o que chama a atenção é a divisão das comunidades por relações religiosas. Assim, temos comunidades hegemonicamente evangélicas ou católicas. Por exemplo, no rio Quati temos a comunidade Bom Jesus e, separada por uma ponte sobre um pequeno córrego, temos a comunidade evangélica Novo Bom Jesus. As comunidades católicas apresentam um nível mais elevado de organização e formação política.

⁴¹ Entrevista realizada na comunidade da Vila Paraíso, rio Acaraí, na casa dos entrevistados, em 15 e 16 de agosto de 2010.

Segundo o morador 06, “o barulho das balsas e dos barcos espantou os peixes, e a vida ficou difícil”. Apesar da deteriorização das condições de vida da comunidade, devido à intensidade da exploração madeireira no rio Acaraí, os comunitários tinham medo da ideia da RESEX. Afinal, bem ou mal a base da economia local era a exploração madeireira. Os homens faziam o papel de mateiros, que se resume na atividade de localização das madeiras mais nobres dentro da floresta para a exploração das empresas. Muitos faziam um trabalho terceirizado para os madeireiros, que consistia na extração da madeira em tora e seu repasse àquele que tinha financiado as condições que lhes permitiu tal atividade (cedendo motosserra, óleo diesel, óleo de motor, comida, terçado, cordas, entre outros produtos).

Essa relação é herdeira de um tipo de economia antiga que prevaleceu na Amazônia na época da borracha entre seringueiros e seringalistas, que se denominou “aviamento”. Típica das formas extrativas da economia Amazônica, estabelece uma relação desigual entre aquele que trabalha e produz, os camponeses, e aqueles que se apropriam dessa produção, os financiadores desse tipo de economia. Dentro dessa dinâmica se estabelece que os agentes do capital se apropriem da mais-valia, a partir da exploração e desvalorização da mão-de-obra dos camponeses, que permanecem sistemicamente explorados e dependentes do patrão. Tal dependência gera medo diante do futuro, e de ameaças de expulsão da terra.

A maioria das comunidades rurais do baixo Xingu vivia sob essas ameaças. Segundo o morador 06 (2010) “eles nos pagavam dez real por tora. Madeira nobre, agente tinha que vender pra eles. No final das contas a gente ficava sem nada...muitos ainda ficam devendo”.

As firmas passaram a se instalar no interior das comunidades e agenciavam a mão de obra local. Nos anos de 1990, com a chegada de empresas madeireiras com maior capital, deslocadas de áreas devastadas pela sua atuação socioambiental degradante, passou a haver a apropriação das áreas de florestas que circundavam as comunidades camponesas por essas grandes empresas. Os territórios que garantiam a vida do campesinato na floresta, espaço da caça, da coleta de castanha, cipós, frutas, mel, ervas medicinais, do roçado, do pasto, passaram a ser efetivamente ameaçados.

A estratégia das empresas de exploração dos recursos naturais dentro das áreas das comunidades camponesas a partir de 1990 mudou em relação à década de 1980. A ação das empresas de pesca, que passaram a atuar na região depois da construção da UH de Tucuruí, que afetou sobremaneira a atividade na região do Tocantins, conhecida pelos camponeses em Porto de Moz, como a luta contra as geleiras, se dava em torno da mercantilização dos recursos naturais, e não da terra. Quando a disputa pela terra se cristalizou na ação dos madeireiros, o movimento social de Porto de Moz, bem como as comunidades camponesas, percebeu o tamanho do embate que se seguiria. Segundo a liderança 04,

[...] Aí por exemplo o que é que a pessoas falavam [...] se a reserva não for criada não adianta mais criar, por que não vai ter nada. Então eles não paravam mais, a extração madeireira não parava mais, e as ameaças de morte também com as pessoas lá dentro, né? Também não tava fácil a disputa pela terra. Esse processo, essa questão do pescado foi difícil, mas disputa pela terra aqui foi muito mais complicado.

A terra passou a ser mercantilizada pelas empresas madeireiras, que tinham contatos nacionais e internacionais, e eram associadas à Associação da Indústria Madeireira de Exportação (AIMEX), com sede em Belém. A essas empresas interessava o controle sobre a terra. Neste sentido, a luta do campesinato local contra as empresas madeireiras definiu o campo de forças para as lideranças das comunidades rurais, e a necessidade de uma articulação mais ampla que lhes proporcionasse assessoria técnica, política, jurídica para fazer frente à perda eminente de suas terras.

5.1.3 Da resistência ao enfrentamento: estratégias de permanência na terra

Os embates contra a ação da pesca predatória, da indústria madeireira e do latifúndio permitiram um nível de organização e consciência das comunidades camponesas que lhes fez entender a conjuntura adversa em que estavam envolvidas, e da necessidade de um leque amplo de forças populares para garantirem suas terras e modos de vida. Tal conjuntura desenvolveu uma consciência entre os camponeses de que a única maneira de fazer frente às várias ameaças às suas terras seria uma aliança ampla com outras comunidades e destas com outros movimentos sociais.

Porém, não apenas de acordos e negociações se processaram a conquista do direito à terra em Porto de Moz. A violência entre os dois lados, mesmo com potencial desigual para os camponeses, se mostrou presente. Ao falar sobre a ação dos madeireiros na região do rio Arimum, a moradora 03 conta a aflição dos camponeses ameaçados em suas áreas,

[...] Foi assim, veio com o maquinário, aí eu chamei ele, fizemos a reunião aí nesse lugar que agora é um salão aí, aí eu disse [...] O que pertence pra cá é da comunidade, você quer entrar, isso alí é nosso! Aí eu fui dizendo, fui dizendo, fui dizendo, foi aqui que nós nascemos, se criemos, e isso daqui era nosso, o que pertence aí é nosso e nós não abrimos mão. Aí o maquinário todo foi embora. Aí ele botou um pistoleiro pra me matar

Aí eu convidei o Seu Querino pra matar o Adalto [...] Mas o seu Querino não mata! Seu Querino, não quis aceitar. Sei que ele foi embora, aí ficou, aí ficamos e pra nós vamos fazer essa área, essa área aí, nós temos que formar uma associação [...]

No discurso contra a ação dos madeireiros se faz presente a legitimidade do direito à terra baseado na tradição. No processo de ameaça real às suas vidas, os camponeses perceberam a necessidade do enfrentamento e da organização que possibilitasse criar uma saída para tal situação. Dentro desse processo as associações avançam na ideia das áreas comunitárias, como forma de garantir a posse da terra, não sem resistência dos madeireiros que não reconheciam tal modalidade e nem legitimidade de propriedade da terra. Segundo a moradora 03,

[...] Mandaram, não sei quem foi, mas mandaram pessoa pra matarem os meninos (filhos dos camponeses) aí dentro da área. Foram ameaçado minha preta, foi ameaçado e muitos pais não quiseram mais que os seus filhos tivessem lá! Aí eu disse pro meu filho, disse: “meu filho agüenta, se você morrer é por uma boa causa, é por uma boa causa, você é o meu único filho, mas você não tá fazendo as coisas sem volta, você tá lutando pelo povo, pode continuar”. Aí, “mãe se eu morrer eu quero as coisas assim, assim, assim que traga, as coisas...” tá certo, mas não morre não [...] meu Deus! Pra onde nós vai? Nós não temos advogado, não temos ninguém, só temos, só Deus, Nossa senhora! Aí o “pau quebrou” pra lá numa área.

Eles vieram a primeira vez espiar... eles nem sabiam, né? na segunda vez já vieram pra matar. E quando eles cortaram lá [...] que eles saíram uns três metros da beira d’água, aí eu pedia para a mãe natureza, “ nós ajude, aquilo que nós não podemos fazer, nós somos irmãos, criatura tudo de Deus, vocês sabem que eu quero salvar a natureza, nós, tudo que pertence nesse mundo, aí então nós ajude, graças a Deus, ou seja, três vezes que eu tenho esse contato e sou valido, oh, vida, né? Aí quando um (pistoleiro) saiu uns três metros da beira d’água a cobra mordeu ele, mordeu que escureceu a vista dele e a coisa começou [...] foi se embora que deram cabo dele lá na outra comunidade.

A sensação de uma luta isolada, sem apoio e privilégios, era o que sentiam os camponeses do rio Arimum diante da ofensiva sistemática sobre suas áreas. Ao mesmo tempo, a formação religiosa os fazia invocar o sobrenatural para o auxílio em suas lutas: Deus e as forças da natureza, que permeiam a vida e a morte das populações rurais da Amazônia. Sem ter para onde ir, sem advogados, sem ninguém, sem saída, era como se sentiam as comunidades camponesas violentadas pela ação do grande capital no baixo Xingu. A experiência histórica de isolamento constituiu uma cultura de proximidade com os elementos da natureza, seres encantados, curas sobrenaturais, típica do catolicismo popular da Amazônia tão bem estudado por Maués (1995) ⁴².

As crenças religiosas das comunidades camponesas foram instrumentos de resistência e luta pela terra que o pesquisador atento deve dar relevância. Essa visão de uma força maior é presente nas falas tanto das lideranças como das pessoas comuns que participaram desses embates. Essa experiência de luta pela terra não foi vivenciada apenas pelos moradores do rio Arimum, como contada na memória emocionada da moradora 03, mas faz parte da memória histórica do campesinato de Porto de Moz, na sua luta pelo direito à reprodução da vida social. Segundo Halbwachs (2006), a memória pessoal é fruto de nossas experiências coletivas, são experiências que nosso grupo social nos ensina e impõe. Assim, “para evocar seu próprio passado, em geral as pessoas precisam recorrer às lembranças de outras, e se transportar para pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade” (HALBWACHS, 2006, p. 72). É o que chamamos de memória histórica, ritualizada todas as vezes que o fato é invocado.

A entrevista com a moradora 03 é emblemática neste sentido. Ao contar a história da comunidade do rio Arimum todas as pessoas da casa, as crianças, os jovens, os adultos, neste dia, ficaram o tempo todo presentes. Almoçamos e jantamos juntos. Ao longo desse dia não falávamos de outra coisa. Os mais jovens ouviam com atenção, os adultos ajudavam a relembrar, ajustavam as datas aos acontecimentos. Tivemos uma lição de como a memória social é construída e

⁴² Segundo Maués (1995) o catolicismo popular é eivado de elementos da cultura indígena, africana e portuguesa, construídos sob isolamento dos grupos sociais na floresta. As práticas religiosas dos grupos sociais rurais amazônicos se constituíram em uma relação muito próxima da natureza, esta passa a ser um ente com poderes sobrenaturais. Essas crenças tomam espaço na memória camponesa na luta pela terra.

repassada, da sua importância para a formação da identidade do grupo social, para formação dos laços de solidariedade diante das dificuldades na superação de problemas.

Fotografia 5 - Ação das empresas madeireiras nas comunidades rurais de Porto de Moz.



Fonte: CDS (s/d).

No início dos anos 2000 a situação em Porto de Moz era desesperadora para as comunidades rurais. Diante da maior organização dos camponeses e do contato com uma ONG poderosa do ponto de vista midiático, o Greenpeace, os madeireiros perceberam que a situação tendia a mudar. Somado a isso, havia expectativa de uma nova conjuntura política no Brasil, com a eleição para presidente do candidato do Partido dos Trabalhadores. Esses fatores somados levaram a luta pela terra em Porto de Moz a uma situação limite: ou se expulsava os madeireiros e latifundiários das áreas rurais em disputa direta, ou não haveria mais nem campesinato e nem floresta.

Contraditoriamente, a partir de uma conjuntura política nacional mais favorável ao campesinato, a situação local se tornou mais grave. A exploração da

madeira passou a ter uma velocidade voraz diante da possibilidade da intervenção do governo federal na região. Segundo a liderança 04,

[...] Cada madeireiro, cada madeireira tirava de três metros cúbicos por dia, entendestes? Aí entrou um desespero tanto do sindicato como nosso é que tirassem esse pessoal daqui, mas como a gente ia tirar só se agente se transformasse numa unidade de conservação, só que nós não prestamos atenção, não foi conscientizado os comunitários do que era uma unidade de conservação, qual era a burocracia que tinha.

A eminência de uma intervenção federal, e a exposição regional e nacional da situação local, tornou a atividade das empresas madeireiras mais agressivas. Segundo depoimentos locais, a exploração da madeireira passou a ser realizada dia e noite. Segundo a liderança 03, “era como se eles quisessem acabar tudo de uma vez”. A partir desse ponto a proposta da RESEX como solução dos problemas do campesinato local foi firmada pelo STTR e pelo CDS. Segundo Moreira (2004), a ideia de UC já vinha sendo articulada pelo presidente do STTR. Diante da situação caótica no município, e da vagarosidade da intervenção do poder público na região, era necessário tomar uma medida urgente para assegurar a terra e os recursos naturais. Para a liderança 02,

[...] A gente sabia muito bem que a gente queria segurar isso aqui, não só a terra, mas todos os recursos naturais que tinham lá dentro, só que, que a gente não se preparou aqui pra gerir esse processo aqui. Pra nós, pra nossa cabeça, como era tão difícil aquele momento da invasão da terra, da grilagem da terra, o sofrimento das pessoas, tudo que a gente queria naquele momento era encontrar uma solução para aquele problema é como se o decreto da RESEX resolvesse todos os problemas, entende?

A proposta da RESEX se apresentou dentro da luta camponesa como alternativa que garantia dois pontos vitais para a sua sobrevivência: a expulsão dos grupos sociais que ameaçam suas formas de vida, e a garantia da permanência na terra. No momento de embates viscerais, não importava aos camponeses o meio, mas o fim. No momento, não houve espaço e nem interesse daqueles que formularam a proposta dos limites que esse tipo de unidade de conservação iria impor às formas de vida do campesinato. Segundo depoimentos, a maioria das pessoas não sabia o que era uma UC e muitos assinaram os documentos para a implantação da RESEX sem saber o que estavam assinando, esperavam com tal medida a expulsão dos madeireiros e latifundiários da região. Segundo o morador 01,

[...] E a outra coisa [...] era duas coisas só vinha de lá do sindicato e a necessidade nossa, a invasão né, que tava aqui, a programação como eu já tenho dito, já tinha lutado pra criar essa área comunitária aí então tudo no seminário foi falado pra criação por que já era um assentamento essa área que as pessoas iam ficar e num tinha problema, tinha sido feito pelo sindicato, pelo sindicato, então ele com o sindicato junto com o “Greenpi” não sei quem mais lá, veio de cima pra baixo.

Mesmo diante da resistência de muitas comunidades, e de críticas posteriores sobre a interferência dos aliados na formação de uma proposta agrária que não atentasse aos seus interesses, os camponeses deram a cartada final no ano de 2002. A batalha entre camponeses e madeireiros se deu no fechamento do rio Jaurucu pelos comunitários (Fotografia 6). Com o apoio de todos os recursos do Greenpeace (avião, barco, voadeiras, alimentação), da CPT e da CPP, as lideranças comandaram o bloqueio da passagem de balsas carregadas de madeira ilegal que saiam das áreas comunitárias, e exigiram a intervenção do IBAMA e da Polícia Federal no município.

Fotografia 6 - Bloqueio do rio Jaurucu pelas comunidades camponesas de Porto de Moz.



Fonte: CDS (2002).

Essa situação levou setores da elite paraense a se sensibilizar com as empresas madeireiras e fazer duras críticas ao que foi considerada uma intervenção “estrangeira” em assuntos nacionais, referindo-se ao apoio dado aos camponeses pelo Greenpeace. Esta, diante dos avanços dos estudos sobre a implantação da RESEX e da grande visibilidade da questão agrária no baixo Xingu, passou a usar do discurso do respeito ao pacto federativo, e da não intervenção do poder central

nas questões que interessam às unidades federativas, equilíbrio que representa a essência do regime republicano. Muita hipocrisia, visto que ao longo da história da República brasileira, nos momentos decisivos para questões nacionais o que prevaleceu sempre foi a barganha política, ou a defesa dos privilégios das elites regionais. Na síntese, o que importa é a manutenção do *status* local, para isso se valem ora da necessidade do centralismo ora da ovação ao federalismo.

O jornal O Liberal se alia à defesa dos interesses do Estado paraense no domínio de seus territórios, bem como abre espaço para as críticas e ameaças feitas pelo setor madeireiro no sentido do impacto da implantação de RESEX na economia local, através da AIMEX. Em publicação do dia 21 de outubro de 2002 no jornal o Liberal, os madeireiros passam a questionar a viabilidade das UC no Pará.

[...] A Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Pará (AIMEX) questiona o processo de criação de uma reserva extrativista por agricultores, Ibama e ambientalistas na região de Porto de Moz e Prainha, posicionando-se favoravelmente a discutir o assunto de modo a que as comunidades na área em questão não sejam prejudicadas.

“consideramos importante alertar a opinião pública de que a reserva só não foi criada anteriormente sem o conhecimento dos paraenses, porque o governador Almir Gabriel tomou conhecimento do assunto semanas antes da assinatura do decreto de constituição da reserva Verde para Sempre e impediu a criação da mesma. O governador alegou que o Estado do Pará não havia participado das discussões sobre a criação da reserva, assim como de que aquelas eram áreas sob jurisdição do Pará”, destacou.

A contrariedade do setor madeireiro em relação à implantação das UC na região, segundo publicado, se dá em virtude dos interesses do Estado e das comunidades afetadas pelo que os madeireiros entendem como a paralisia econômica imposta nestas áreas diante das normas que as regem. No campo de pesquisa, junto às comunidades camponesas do baixo Xingu, percebemos que uma década intensiva de exploração da madeira (1990/2004) em Porto de Moz, não se traduziu em mudanças na vida material dessas comunidades: sem acesso à saúde, à educação e ao saneamento. Nas áreas de exploração dessas empresas nem o direito de uma casa digna o campesinato conquistou, a maioria das casas não possuem paredes completas, e as que possuem são de madeira de péssima qualidade.

A Folha da Mata⁴³, de julho de 2005, chama atenção para a crise no setor,

⁴³ Informativo do setor florestal, ligado a AIMEX.

[...] A bola de neve dos problemas do setor madeireiro, conseqüente da suspensão de planos de manejo, que começou a rolar a partir de julho de 2003, em plena a safra da madeira, vem fechando empresas, esmagando empregos e paralisando o comércio em diversos municípios do interior do Pará.

O setor madeireiro passa a expor à sociedade civil sua visão em relação à ação do Governo Federal na região no que tange à questão agrária. Para isso se baseou em três argumentos: o direito ao trabalho dos empresários, o desemprego causado pelos obstáculos governamentais ao setor, o impacto do desemprego nas economias municipais do estado. Concomitante a isto, apresentam o compromisso com a sustentabilidade da floresta: capacitações sobre manejo florestal, parcerias com universidades, o discurso do setor apresenta uma visão moderna e racional da exploração dos recursos florestais diante de uma burocracia inerte e da incapacidade técnica dos órgãos fundiários e ambientais do governo. A modernidade apresentada pelo discurso do setor florestal brasileiro estava longe da realidade da floresta e daqueles que a habitam.

Nas notícias publicadas nos periódicos da capital paraense a indústria madeireira se esqueceu de apresentar aos leitores que foram os seus associados, como a exemplo da Madenorte e do Grupo Campos, que atuaram diretamente na destruição da floresta e na ameaça da vida das populações do rio Arimum, do rio Jaurucu, no rio Acarai em Porto de Moz, como apresentado pelo relatório do Greenpeace e da CPT sobre a questão fundiária no Pará, e nos relatos dos moradores.

Ao longo dos anos de 2002 a 2005, o debate sobre a caótica situação agrária no Pará tomou conta dos principais jornais locais. A grilagem de terras, a violência no campo, o avanço da pecuária sobre áreas de florestas ainda intocadas, a ilegalidade do setor madeireiro, o trabalho forçado, a corrupção e inércia das instituições reguladoras da questão fundiária e ambiental, diante da paralisia do estado foram temas de acirradas discussões.

Nos jornais as opiniões se dividiam sobre a criação da maior reserva extrativista do Brasil no Pará. De um lado, aqueles que entendiam a necessidade urgente da regularização fundiária no estado (sindicalistas, lideranças camponesas, partidos políticos simpáticos às causas populares, ambientalistas, pesquisadores); de outro lado, os outros que viam todo o conflito estabelecido pelo avanço das

relações capitalistas para o campo, como algo necessário ao desenvolvimento da região, e um preciosismo do movimento ambientalista. Esses escondiam que por trás do discurso de desenvolvimento estava a forma cruel de inserção das populações indígenas, camponesas, quilombolas, na modernidade e no progresso.

O Greenpeace no relatório “Pará: estado de conflito”, baseado em um conjunto de dados de várias entidades do movimento social e universidades, apresenta um olhar diferente da situação na região do baixo Xingu.

[...] O relatório traz ainda os resultados de uma investigação do Greenpeace que identificou 90 empresas atuando na exploração ou no comércio de madeira da região da Reserva Verde para Sempre entre 2001 e 2003.

Três destes grupos são de especial interesse devido ao tamanho de suas operações e aos métodos por eles utilizados para garantir acesso aos estoques de madeira. Os grupos são: Madenorte/Marajó, Island Business, Grupo Campos e a Comabil/Madeira Biancardi. As empresas Madenorte e Campos foram acusadas de envolvimento em casos de violência contra as comunidades locais e ativistas.

Ao longo do relatório “Pará: Estado de Conflito”, as operações de algumas destas empresas são detalhadas. Um dos alvos do documento é o Grupo Madenorte, controlado pelo Sr. José Severino Filho, que inclui as empresas Madenorte S/A Laminados e Compensados, Norte Madeiras Importação e Exportação Ltda e Marajó Island Business Ltda. O Grupo alega possuir 200 mil hectares de florestas nos municípios de Breves, Portel, Prainha e Porto de Moz, e consome 175 mil metros cúbicos de madeira em tora por ano, dos quais 60% são fornecidos por terceiros. A Madenorte produz madeira serrada e compensados e exporta cerca de 90% de sua produção para os EUA, Europa e Ásia.

No rio Arimum, uma área coletiva das comunidades está em conflito com os interesses da Madenorte. Os residentes sofrem ameaças dos funcionários da empresa, que pressionam as famílias a venderem suas terras. Na comunidade de Itapéua, as pessoas não podem se reunir – empregados armados da Madenorte ocupam os centros de reunião e intimidam os moradores (GREENPEACE, 2010).

De acordo com o relatório do Greenpeace e do dossiê sobre a grilagem de terra feita pelo STTR e a paróquia de São Bráz de Porto de Moz, ação das empresas madeireiras é muito distante daquilo defendido na teoria nas publicações dos periódicos lidos pelos moradores da capital paraense, distantes da guerra estabelecida pela terra no campo, como a defesa dos interesses das comunidades camponesas. Na capital do estado do Pará a preocupação era com os impactos na economia regional; nas áreas rurais era com a defesa da vida.

Em artigo publicado no jornal o Diário do Pará, no dia 14 de fevereiro de 2002, o então prefeito de Tucuruí, Parsival Pontes do PMDB, oposição do governo estadual e federal na época, criticava a ação da indústria madeireira na região e de seus aliados,

[...] O senador Ademir Andrade pronunciou-se defendendo a exploração do mogno: música aos ouvidos da indústria madeireira. Ademir fundamentou a sua defesa, que deve ter feito ficarem roxos os verdes, na assertiva de que não há perigo de extinção da espécie já que aqueles que o derrubam estão plantando outros no lugar.

O governador Almir Gabriel, em coro com a Federação das Indústrias do Pará, resmungou contra a instalação da reserva Verde para Sempre: uma área a ser subtraída de vários municípios paraenses para formar uma das maiores, senão a maior, reserva florestal do planeta. O coro dos senhores do Grão Pará canta que com tal reserva o Pará perde área que poderia ser usada como elemento de desenvolvimento. FHC, dizem que disse, quando ouviu do descontentamento da elite, que não era para fazer nada sem o carimbo do governador. Sabem como é: ano de eleição... A indústria madeireira tem uma capacidade de exploração bem maior que a sua capacidade, ou vontade, de plantar. O resultado desta equação, em se colocando o elemento da liberação pura e simples da exploração, é que as reservas naturais vão se exaurir bem antes da primeira árvore plantada fazer flor.

O governador, a FIEPA e o FHC esqueceram de mencionar alguém nos seus vetos e vontades: nós, os contribuintes, aquilo que eles chamam de “o povo”. Este pessoal pensa que só porque foram eleitos, ou porque são empresários, se tornam donos das nossas opiniões. Eu, nesta novela, sou parte do tal povo e sou a favor da reserva Verde para Sempre [...] a casa é bem mais que as paredes que erguemos. A nossa casa é o ambiente em que vivemos. Não deveríamos jamais esquecer Salomão, nos provérbios: “Todo aquele que destrói sua própria casa, terá o vento como herança”.

O discurso ambiental que perpassa no artigo do prefeito de Tucuruí se esqueceu de mencionar os articuladores da proposta da RESEX, os camponeses do baixo Xingu, bem como dos motivos que os levaram à alternativa do pedido de criação da reserva, as ameaças sofridas sistematicamente pelas comunidades camponesas por vários agentes das novas formas de reprodução do capitalismo no município de Porto de Moz, a ação do latifúndio ligado à prática da pecuária e a exploração da indústria madeireira, atividades sistematicamente financiadas e apoiadas ao longo dos governos do PMDB no estado do Pará. O próprio líder (dono) do partido, Jader Barbalho, é envolvido em várias denúncias sobre tráfico de influência, desvio de verbas públicas, apropriação indébita de terras públicas no estado do Pará. Este tem como base eleitoral as áreas rurais do estado, e as mantêm com práticas conhecidas e estudadas pela academia: o mandonismo e o clientelismo.

O discurso politicamente correto de Parsival Pontes, em um ano eleitoral marcante para a história do país, a eleição do candidato do PT à presidência da República, nos apresenta como as demandas dos movimentos sociais são apropriadas pelos partidos políticos com objetivos eleitorais, discursos que

masparam o conflito, e o próprio compromisso desses sujeitos com os setores mais conservadores da política regional. A conjuntura política nacional e regional passa a influenciar o destino do projeto camponês de permanência em seus territórios. O resultado das eleições majoritárias no plano nacional em 2002 permitiu ventos favoráveis à luta pela terra no Pará, mesmo que a situação política tenha sido mantida em nível estadual.

Em 2002, a situação de violência no campo se tornou tão grave no Pará, que o governador do estado, solicitou o envio de tropas federais para o sudeste paraense, como destacado em matéria de O Liberal, no dia 13 de novembro de 2002:

[...] O governador Simão Jatene classificou ontem o deslocamento de tropas do exército para a Transamazônica, no Sudeste Paraense, como uma reposta adequada do governo àqueles que “apostam na impunidade e na ilegalidade”.

Ainda em Brasília Simão Jatene continuou mantendo freqüentes contatos telefônicos com o presidente em exercício, José Alencar. Foi num desses telefonemas, já no final da tarde, que os dois decidiram pelo deslocamento das tropas do Exército, depois da confirmação de mais uma morte no sudeste paraense, o assassinato do sindicalista Costa Filho, em Parauapebas. “É uma demonstração clara de que nos não vamos aceitar a violência como forma de dirimir conflitos”, disse o governador, logo após desembarcar em Belém, sobre a mobilização de tropa federal.

Pressionado pelos organismos nacionais e internacionais, e pela nova configuração política nacional, que permitiu o acesso de lideranças dos movimentos sociais da Amazônia a cargos importantes dentro do Governo Federal, como o Ministério do Meio Ambiente, o Governo Estadual tenta intervir, sem resultados efetivos, na questão da violência no campo no Pará.

Os movimentos sociais do baixo Xingu, liderados pelo STTR, já haviam encaminhado ao IBAMA/MMA, no segundo semestre de 2001, o pedido formal da criação de uma reserva extrativista na margem esquerda do rio Xingu, denominada “Verde para Sempre”. Nesse processo os camponeses recebem o apoio formal do Serviço Alemão de Cooperação Técnica (DED), que atua até hoje em parceria com o CDS junto à RESEX; da Prelazia do Xingu, representada pela paróquia de São Bráz; do deputado do PT eleito pela região da Transamazônica e Xingu; dos vários STR da região da Transamazônica e do Xingu; das associações locais; da CPT; do Greenpeace.

Essas alianças foram significativas para a atuação do Governo Federal na região para a criação da RESEX. A representação no legislativo teve um peso importante na legitimação da demanda camponesa pela terra, junto ao Estado; o apoio técnico do DED, juntamente com o dos pesquisadores do LAET, deu legitimidade técnico-científica à proposta da reserva, a proposta dos camponeses não era uma reivindicação de pessoas sem conhecimento da viabilidade de uma unidade de conservação; a Prelazia do Xingu exerceu uma pressão moral sobre a situação de violência em que os camponeses na região estavam expostos junto aos governos estadual e federal, bem como a sociedade civil; o apoio do Greenpeace proporcionou aos camponeses uma visibilidade até então nunca alcançada, agindo através das redes sociais e da grande mídia.

Em 05 de novembro de 2003 (SENADO FEDERAL, 2003), na tribuna do Senado da República a senadora Ana Júlia Carepa faz um pronunciamento sobre a ação madeireira no Estado do Pará, e do apoio a esta de autoridades locais, no caso a Prefeitura e a Câmara municipal de Anapu, na ação violenta sobre o meio ambiente e dos meios ilícitos com que fazendeiros e madeireiros se apropriam e dilapidam os recursos naturais nas terras públicas. Chama a atenção a Senadora, para a reação ostensiva do setor madeireiro e dos fazendeiros sobre a ação do Governo Federal na região, através das ações do IBAMA e do INCRA, na recuperação das terras públicas “ilegalmente apropriadas e exploradas por esses cidadãos”. Anunciou, a partir dos dados do relatório de 2003 do Greenpeace sobre a situação agrária e ambiental no Pará, a responsabilidade das autoridades da Terra do Meio e baixo Xingu nos acontecimentos mais graves na região.

No pronunciamento da senadora do PT se manifesta uma tendência do governo federal para a regularização fundiária das terras públicas já ocupadas por vários atores sociais em luta. A ação do governo Lula é na tentativa de dar uma resposta às pressões dos movimentos sociais ligados à questão agrária, base do PT juntamente com os trabalhadores urbanos, que demandava uma política efetiva de Reforma Agrária, não concretizada de fato ao longo dos dois mandatos desse partido no plano federal.

No cenário conturbado de embates entre ambientalistas, setores da academia, madeireiros, partidos políticos, e da exaustão dos camponeses, o município de Porto de Moz perdeu 75% de seu território, e os camponeses da margem esquerda do

baixo Xingu conquistaram o direito à posse de seus territórios. O Governo Federal agiu incisivamente na região, através de decreto presidencial, no dia 08 de novembro de 2004, criando a RESEX “Verde para Sempre”, diante da indignação dos setores ligados ao latifúndio e à indústria madeireira.

Vários fatores da conjuntura das décadas de 1980/1990 jogaram a favor da conquista da terra e a garantia ao acesso aos recursos naturais aos camponeses de Porto de Moz. Entre esses podemos destacar a experiência de organização do campesinato em clubes, em associações, em comunidades religiosas; a formação política das lideranças e das comunidades, junto à Igreja e aos movimentos sociais solidários à luta pela terra; bem como as alianças dos camponeses com setores da academia e de instituições de pesquisa comprometidos com a reflexão-ação sobre o avanço das relações capitalistas no campo e seus impactos nas formas de reprodução social do campesinato; uma conjuntura nacional favorável diante da ascensão de um partido político simpatizante das questões populares, e de uma conjuntura internacional que exigia do governo brasileiro uma resposta aos impactos ambientais provenientes de uma política desenvolvimentista praticada sistematicamente sobre a Amazônia desde a década de 1970.

A síntese da conjuntura apresentada acima permitiu ao campesinato do baixo Xingu uma vitória importante na guerra pela terra na região, passo fundamental, mas não único, para a garantia da vida social do grupo: a posse da terra. Após a criação da RESEX “Verde para Sempre” novos desafios se apresentam. O debate sobre o que significa o desenvolvimento, ou sucesso da permanência nos territórios tradicionalmente ocupados, traduzido na perspectiva camponesa em uma vida de bonança, de fartura de suas roças, de suas criações, da pesca, da caça, do extrativismo florestal, que garanta a segurança alimentar, o acesso à saúde, e à educação dos filhos, passou a ser motivo de debate e tensões entre as comunidades camponesas e destas com as instituições que passaram a intermediar suas demandas.

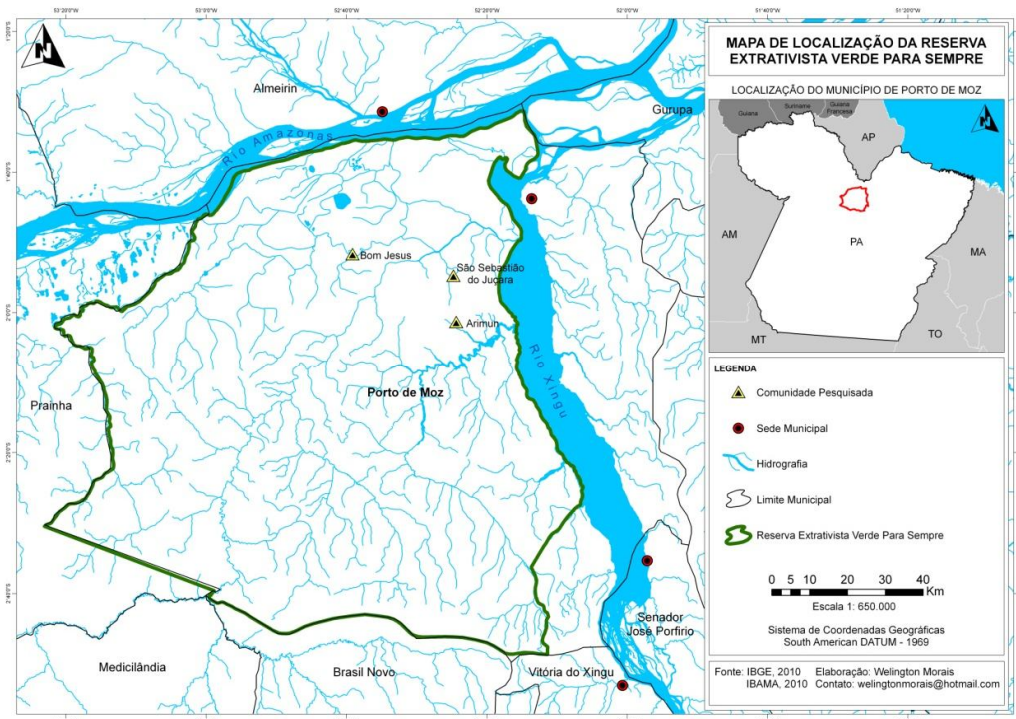
5.2 A DIVERSIDADE DAS DEMANDAS E OS DESAFIOS DE UM PROJETO CAMPONÊS

As ameaças sofridas pelas comunidades devido ao avanço de novas formas de exploração na região, intensificadas a partir da década de 1990, sob olhar mais próximo do pesquisador sobre tais comunidades apresenta a diversidade de modos de vida, de demandas socioeconômicas, e de opções políticas de desenvolvimento diferenciadas, o que leva a choques de interesses entre as comunidades, e as entidades que lhes tentam representar, ou mediam seus interesses com as diversas instituições governamentais e não-governamentais, no caso o STTR e o CDS.

O trabalho de campo junto a essas comunidades em regiões diversas da RESEX (várzea, transição e terra firme), que apresentam trajetórias socioeconômicas diferenciadas, delineando um mosaico no modo de vida e de organização política das comunidades locais, nos permitiu vislumbrar o cenário complexo da organização camponesa do baixo Xingu, bem como as tensões e os conflitos entre essas para a elaboração de um projeto camponês dentro de uma UC (Mapa 2).

Frente a vários interesses em jogo, como dos ambientalistas por uma proposta preservacionista, que congela os interesses das comunidades que viviam da exploração da madeira e da pecuária; de partidos políticos que visam a ampliação de suas áreas de influência no baixo Xingu, junto a comunidades tradicionalmente dominadas pelos setores conservadores do estado do Pará, desde o século XIX; das lideranças sindicais e das ONG que apresentam projetos carregados de ideologias e de concepção de natureza alheios à cultura camponesa; o campesinato local busca alternativas diante da nova realidade que representa a vida em uma RESEX. Refletiremos a seguir sobre esse fato analisando a situação de três comunidades camponesas que representam esse quadro de contradições.

Mapa 2- Comunidades pesquisadas.



Fonte: Formulado a partir de dados do IBGE (2010) e IBAMA (2010).

5.2.1 A comunidade de São Sebastião de Juçara

A chegada à comunidade se faz através de um pequeno igarapé, chamado de Juçara. O padroeiro da comunidade é São Sebastião, daí vem o nome São Sebastião de Juçara. Moram atualmente na comunidade cinquenta e oito famílias. Existe uma subdivisão entre os evangélicos e a comunidade católica, presente em todas as comunidades. Porém, nas decisões sobre os destinos e a relação com o governo os dois grupos se dão de forma paritária. Os espaços de sociabilidade são as igrejas e as festas religiosas. Os evangélicos se reúnem aos domingos pela manhã, nos cultos. Após os cultos os grupos conversam, trocam informações, fazem programações culturais, como aniversários dos membros, casamentos, encontros de jovens, de casais, de senhoras, senhores, que às vezes levam os grupos a sede do município. Os católicos fazem bingos, sorteios, e os jovens escutam músicas, de preferência tecno-brega, conversam, namoram, e depois todos voltam para as suas casas (Fotografia 7).

Fotografia 7- Comunidade Católica de São Sebastião de Juçara após a programação religiosa no domingo.



Foto de Maria Gonçalves (2008).

A alimentação é simples, com base no peixe, na caça, na farinha de mandioca, completada raramente por arroz e feijão. O complemento da alimentação é trazido da cidade ou de outras comunidades como a carne de boi, de búfalo ou de frango. As casas são feitas, em sua maioria de madeira, cobertas por telhas ou palha, algumas de amianto. A mobília é simples, mesa e bancos de madeira, feita artesanalmente, redes e pequenos oratórios na sala; no caso dos evangélicos, redes e a bíblia na sala. Algumas famílias possuem televisão, rádio e antena parabólica. Não existem estradas que permitam a comunicação entre as famílias, o que se dá pelos caminhos abertos na floresta e pelas canoas.

O trabalho (roça, a pesca, a caça, extrativismo) é realizado pelo grupo familiar. Os projetos que estão sendo realizados não incorporam todos os membros da comunidade. O principal projeto, muito comentado por outras comunidades, e na sede do município, é o de movelaria. Dez famílias incorporam o projeto. Na época de nossa visita, julho de 2008, o mesmo estava parado por conta da necessidade de

aprovação pelo IBAMA, do manejo da madeira destinada ao projeto. No ano de 2010, não observamos nada que indicasse a continuidade do espaço da movelaria ou outros programas de desenvolvimento econômico na comunidade.

O projeto de movelaria é um tema controverso entre os moradores da RESEX. Os comunitários do rio Arimum o veem com mágoa. Segundo suas lideranças o projeto era destinado a eles, e não a comunidade de Juçara. Porém, devido aos embates internos entre as lideranças da comunidade do rio Arimum e o Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (CDS), que faz a articulação de todas as comunidades com os órgãos federais e outras entidades financiadoras dos programas de desenvolvimento sustentável, o projeto foi desviado para a comunidade de Juçara (Fotografia 8). Esses conflitos se dão em torno de maior autonomia entre as comunidades, o STTR e o CDS.

Fotografia 8- Espaço de funcionamento do projeto de movelaria da comunidade São Sebastião de Juçara.



Foto de Maria Gonçalves (2008).

Os comunitários do rio Arimum criticam a falta de autonomia das comunidades nas decisões sobre o que fazer, e que destino tomar; criticam sobre a centralização das decisões pelas lideranças comunitárias face ao silenciamento do coletivo; fazem crítica ao fato da permanência das mesmas pessoas dentro das entidades de luta dos camponeses, como o STTR e o CDS, ocupando os mesmos

cargos de direção a décadas; criticam o retaliamento às comunidades que discordam das decisões e acordos feitos pelo CDS e STTR em nome dos comunitários. Para a liderança 06 “sempre tem alguém pra falar por eles. Se não passa pela gestão, pelo pensamento é cortado! Tem que ter autonomia.”

Juçara seria então o protótipo de uma nova realidade social de sustentabilidade após a implantação da RESEX, pois recebeu um dos dois projetos pilotos de sustentabilidade mais interessantes. Nessa comunidade o governo federal, através do IBAMA/ICMBio atuou em conjunto com o conselho da reserva no projeto de movelaria. Projeto muito comentado nos anos de 2008 pelos habitantes da cidade de Porto de Moz.

As decisões, os projetos, os problemas das comunidades são resolvidos e deliberados no fórum que é o conselho da RESEX. Existe também uma grande preocupação na formação dos líderes de cada comunidade por parte do CDS, e uma grande intervenção deste dentro do conselho. Porém, observando a realidade de Juçara nos perguntamos como são as reelaborações dos “comunitários” em relação às lideranças dos movimentos sociais e das decisões tomadas muitas vezes em seus nomes? Em uma das conversas feitas em uma reunião na comunidade de Juçara, no ano de 2008, a líder que representava a comunidade no conselho falou ao grupo que ninguém poderia falar nada sobre a reserva, a não ser com a autorização do conselho, sob a ameaça de não receber os possíveis benefícios e cuidados aos que estão inseridos na RESEX.

Tal situação criou um clima de constrangimento no grupo. Na caminhada pelas casas e no cotidiano da comunidade, pudemos perceber a cisão interna no grupo que se apresenta na forma de organização política que é a associação. É evidente a insatisfação e a desconfiança entre os membros do grupo em relação aos benefícios da implantação da RESEX. As formas pouco democráticas presentes entre as lideranças e a comunidade criaram um descompasso entre os membros da comunidade e transformou-se em obstáculo na implantação de projetos de desenvolvimento local em Jussara.

Somado a isso, a burocracia imposta aos produtos certificados (autorização para transporte de produtos florestais) ou sustentável, imposto sob as mesmas regras para os grandes empresários como para pequenas comunidades extrativas; o pouco

interesse de investimentos dos comerciantes locais nos produtos resultantes do projeto de movelaria inviabilizou essa experiência. A burocracia na liberação dos projetos de manejo, a necessidade de apoio técnico diferenciado, em face de uma legislação ininteligível para as pessoas comuns, impede o avanço de experiências bem sucedidas no interior da RESEX. Os camponeses não sabem fazer e não podem assinar os projetos de planos de manejo, é necessário pagar técnicos para que esses possam viabilizá-los. Porém, o trabalho dos técnicos é caro, e pouco acessível às comunidades rurais, ou às associações que representam essas comunidades. Segundo a liderança 06⁴⁴,

[...] Exatamente, o que é preciso mudar é por que é assim, as pessoas tem que vê as comunidades diferentemente de uma grande empresa, sabe então é preciso que elas tenham esse apoio técnico diferenciado, entendeu? não dá de vê..... uma Edilena da vida como, por exemplo, a Madenorte, a “ma não sei o quê”! Tem que ser diferente, ali, e aí não a lei é ela, sabe o governo assim às vezes ele é mão de ferro, negar assim para os trabalhadores, as comunidades, aí não dá, sabe.

A entrevistada se refere a uma das principais lideranças da comunidade de Juçara, e às dificuldades encontradas do ponto de vista técnico e jurídico da comercialização dos móveis produzidos dentro da comunidade. O maquinário existia, a verba foi disponibilizada, mas o acompanhamento técnico deixou a desejar. As informações dos meandros administrativos e jurídicos para a comercialização legal dos produtos da floresta são quase inacessíveis às comunidades rurais da RESEX.

Com tantos problemas observamos a desconfiança da comunidade em relação aos órgãos responsáveis pela administração da RESEX e uma quebra na organização e na luta local. Mesmo presente nas falas das lideranças a ideia de governança das comunidades, na prática esse conceito ainda está muito distante de ser vivenciado. Para a boa governança é necessário o convívio com o conflito; é necessário capital relacional, que tem por base a confiança mútua do grupo; é fundamental o poder de escolha e decisão da comunidade, e a partir daí traçar uma política de baixo para cima

No caso específico da comunidade de Juçara, que serviu como projeto piloto de adequação da nova realidade econômica e social do município após a implantação

⁴⁴ Entrevista realizada no acampamento Terra Livre, na cidade de Altamira, nos dias 10 e 11 de agosto de 2010.

da RESEX, não se formou o capital social e o apoio técnico necessário para a concretização de conceitos tão propagados pelas lideranças do movimento social local como “governança” e “empoderamento”. Porém, o que percebemos foi o fracasso do projeto implantado. Os equipamentos do projeto da movelaria estão parados para o fim a que se destinavam e das mais de cinquenta e três famílias da comunidade apenas dez estavam envolvidas no projeto.

A comunidade de Juçara recebeu em 2008 investimentos de uma entidade financeira alemã (KFW) através de parceria com o Governo Federal, IBAMA. Entre esses um barco de porte médio, até nossa visita este ainda não havia sido usado. Devido ao seu tamanho, os gastos com combustível são grandes, e somado a isso, os critérios de uso também não foram definidos dentro da comunidade. As viagens à sede do município são feitas por barcos particulares, dos próprios moradores, ou barcos de linha, que seriam embarcações com finalidade comercial, em que os proprietários fazem viagens da sede do município a várias comunidades em horários e dias específicos, com determinado preço de passagem.

Não existe na comunidade posto de saúde para atender às cinquenta e duas famílias que formam o grupo social. Segundo a moradora 05⁴⁵ existe apenas um agente comunitário, que faz as visitas para o controle de endemias. Durante a conversa informal que tivemos com alguns moradores, ultimamente nem o agente de saúde se fez presente. No caso de doenças que não podem ser tratadas pelos recursos dos próprios moradores, os pacientes são encaminhados para a sede do município. Se for um caso mais grave, o paciente é deslocado pela ambulância⁴⁶ para a cidade de Altamira. São muitas as reclamações em relação ao sistema de saúde. Em nossa estadia na sede do município observamos a forma violenta de alguns pacientes em relação ao descaso que são impostos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Um rapaz, que perdeu a mãe por um infarto, quebrou uma parte da unidade de saúde, justificando seu ato pelo fato de que a mãe não tinha sido atendida dignamente.

⁴⁵ Matriarca da comunidade de Juçara. Entrevista realizada no espaço de celebração de missas da comunidade de Juçara, em 20.07.2008.

⁴⁶ A ambulância é uma embarcação apropriada para o atendimento do serviço de saúde do município de Porto de Moz.

A educação formal dos moradores da comunidade de São Sebastião de Juçara é preocupante. A comunidade não possui escolas regulares para o ensino fundamental e médio. As turmas são formadas só a partir de um determinado número de alunos que a Secretaria de Educação Municipal estabelece, e apenas no ensino fundamental. Sendo assim, os pais precisam mandar os seus filhos para a sede do município. O ensino médio existe apenas em duas escolas na sede do município para atender uma população de trinta mil habitantes. Assim, as crianças e os jovens da comunidade vão morar com parentes, amigos da família ou os pais alugam casas para a moradia de seus filhos enquanto estão no período letivo. Durante as férias e finais de semana, os filhos voltam para a comunidade. Isso é um motivo de grande incômodo para os pais, que perdem o olhar sobre seus filhos.

A liderança 01 falou da preocupação em relação à filha, que mora na sede, perder sua “identidade de comunidade”. Em Juçara a energia é produzida por um gerador, financiado pela prefeitura. Porém, o diesel é de responsabilidade da comunidade. Na época de nossa visita, o gerador estava parado, sem diesel e com problema técnico. A água é retirada de um poço artesiano e destinada a uma parte dos moradores da comunidade, os outros retiram a água do rio, dos furos, dos igarapés ou de poços (Fotografia 9).

Fotografia 9- Poço artesiano da comunidade de São Sebastião de Juçara.



Foto de Maria Gonçalves (2008).

Em nossa permanência na comunidade existia um clima tenso entre algumas famílias e as lideranças da associação da comunidade de Juçara. Durante a observação de campo pudemos perceber as dificuldades econômicas do grupo em um contexto de transição entre a saída das empresas madeireiras e a expectativa dos projetos de desenvolvimento sustentável local. Podemos assim, observar mais de perto a dinâmica social das comunidades camponesas face às mudanças implantadas de fora e de cima por projetos de desenvolvimento sustentável da Amazônia, em contraponto ao significado da implantação da RESEX na vida dessas comunidades.

Em Juçara o morador 04 ainda espera um tempo de bonança, em vista de toda a trajetória de luta que passaram. A base econômica de Juçara antes da RESEX era a exploração madeireira, complementada pela pesca, a coleta, a caça. Com as invasões madeireiras na década de 1990 os comunitários passaram a ser ameaçados pela ação de empresários interessados no grande potencial de madeiras nobres disponíveis no local, e suas terras passaram a ser sistematicamente expropriadas.

A situação era tão crítica que muitas lideranças da comunidade foram ameaçadas de morte ao denunciarem a forma de expulsão de muitas famílias de suas áreas através da falsificação de documentos, grilagem de terras por madeireiros, que faziam os camponeses assinarem documentos da venda de suas terras como sendo recibos de venda de toras de madeira. Os camponeses, com pouca formação, assinavam recibos pensando que era da venda da madeira aos empresários; além disso, passou a existir a expulsão direta das famílias através das ameaças. Segundo o morador 04 “foi um tempo de medo e aflição, tavam invadindo e destruindo tudo que era nosso. iam acabar com a floresta, aí partimos pra lutar pelo que é nosso”.

Os moradores de Juçara participaram intensamente da luta pela criação da RESEX, uma vez que isso garantiria, segundo eles, a retirada dos madeireiros e a garantia da posse das terras que habitavam. A luta em Juçara era pela terra, e pelo acesso direto dos moradores à exploração madeireira. Diferentemente da comunidade Vila Bom Jesus no rio Quati, nessa área o obstáculo a ser enfrentado

era a ação das geleiras e da pecuária que ameaçavam a sobrevivência das famílias locais.

5.2.2 Vila Bom Jesus do rio Quati

A Vila do Bom Jesus do rio Quati possui na atualidade uma população de 1.588 indivíduos que vivem em uma situação de abandono pelas autoridades públicas (Fotografia 10). A ausência de saneamento básico da comunidade choca de imediato os visitantes, na mesma proporção das belezas e riqueza dos recursos naturais nessa área da RESEX. São poucos os domicílios que possuem sanitários, um privilégio, visto que não existe um sistema de esgoto na comunidade. Cada família constrói sua fossa sanitária no quintal da casa, nos fundos da cozinha, espaço em que circulam os animais de criação e as crianças.

Fotografia 10- Vista da Vila Bom Jesus do rio Quati



Foto de Maria Gonçalves (2010).

Esse quadro que já é crítico se torna nas épocas de cheias dos rios (janeiro a março), insustentável do ponto de vista sanitário. As infecções grassam entre os moradores da comunidade, em particular nas crianças. Esta situação se complica pelo fato de inexistir unidade de saúde na vila. Isso significa, no caso de doenças, o deslocamento das pessoas em uma viagem de duas a seis horas, dependendo da potência do motor do barco e da disponibilidade do mesmo, para a sede do município. Se o quadro do paciente apresentar alta complexidade, torna-se necessário a transferência do mesmo para a cidade de Altamira, que significa mais duas horas e meia de lancha. A situação é alarmante, mesmo depois de seis anos de implantação da RESEX, e a realidade tende a se apresentar mais sombria, pois os governos federal, estadual e municipal não atuam, através dos órgãos competentes, no sentido da melhoria da qualidade de vida desses brasileiros.

Alguns dos programas sociais do Governo Federal, dentro da pasta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, chegaram à comunidade através da prefeitura municipal⁴⁷. Esses programas garantiram a continuidade da vida de muitos camponeses nesse tempo de transição da realidade econômica do município, sendo eles: a bolsa escola; a bolsa família; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PET); o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS); o programa Saberes da Terra, que tem por objetivo a promoção social através da capacitação profissional de jovens de comunidades rurais, integra o programa Projovem campo (Fotografia 11). Esse programa agrega conhecimentos teóricos e práticos dos jovens em atividades econômicas em potencial na sua região.

⁴⁷ Segundo dados do MDS os programas sociais do Governo Federal, como o bolsa família, aumenta o PIB do país e garante o girar da economia. Apesar das fortes críticas sobre a natureza paliativa e clientelista desses programas, esses garantiram a permanência na terra das comunidades rurais do baixo Xingu, complementada com as atividades econômicas tradicionalmente praticadas pelos camponeses. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>. Acesso em: 29 de jan. 2011.

Fotografia 11- Espaço que sedia o programa PET e Saberes da terra na Vila Bom Jesus do rio Quati.



Foto de Maria Gonçalves (2010).

Esses programas sociais ao garantirem uma renda mínima aos camponeses da “Verde” permitiram a permanência na terra daqueles que resistem ao tempo de transição da economia local para uma realidade sustentável. Os mesmos programas não garantem a promoção social dos indivíduos atendidos. Existe uma disparidade entre o que o Governo Federal apresenta em seu site no MDS e o que vivenciamos dentro das comunidades que são assistidas por esses programas, em particular a falta de uma infra-estrutura básica para o cumprimento dos objetivos dos programas e a capacitação profissional.

Em conversa com a professora responsável pelo PET na Vila Bom Jesus, observamos as dificuldades da concretização das ações previstas dentro do programa, em particular a falta de material pedagógico; de lanches para as crianças; e da capacitação dos profissionais para atuarem no sentido do cumprimento do desenvolvimento de uma cidadania crítica e emancipatória da clientela atendida, ao contrário do que é bastante divulgado pelas instituições conveniadas com o governo federal responsáveis por essa questão. Resumindo, os programas sociais ocorrem, são necessários, mas se apresentam débeis, fragilizados, na sua realização.

Soma-se a essa situação, que os projetos de desenvolvimento sustentável ainda não se apresentam como realidade para as famílias de Bom Jesus. Este capítulo da saga dos camponeses do baixo Xingu está se configurando como uma nova trincheira de suas lutas; um sonho ainda a ser conquistado. Os projetos ligados à política de fomento de uma nova concepção e perspectiva de desenvolvimento, que podem levar a novas práticas extrativistas, ou aperfeiçoar as que já são praticadas pelos camponeses, ainda estão longe de serem operacionalizados. As instituições responsáveis por essas iniciativas, em particular o IBAMA/ICMBio, INCRA, estão em um caminho ainda muito longe para cumprir tal desafio.

Essa distância entre a teoria e a prática da ação governamental dentro das unidades de conservação no baixo Xingu se dá desde a realidade física, visto a completa ausência dessas instituições no espaço da RESEX. A sede de operação do IBAMA/ICMBio e do INCRA fica na cidade de Altamira, e a partir desta cidade se dá a atuação desses órgãos sobre as diversas unidades de conservação que estão localizadas na região do baixo Amazonas e da Terra do Meio. Um mundo para se fiscalizar e gestar! Essa situação é motivo de críticas das lideranças do movimento social da região e dos camponeses. Em entrevista a liderança 06, representante do MDTX e da FVPP dentro do conselho da “Verde”, percebemos a indignação em relação à ação desses órgãos dentro das unidades de conservação da região. Quando perguntamos sobre o que faltava para ação do IBAMA dentro da RESEX a entrevistada responde,

[...] Essa é a pergunta que não quer calar! O que falta eu, eu não sei também, você chega no IBAMA, você vê muita gente, é concurso, é carro, é a própria ARCON que tem apoiado por conta das unidades, você sei lá, eu não sei o que é! Parece que tem má vontade ali nos feitos de alguns, sei lá de emperrar essas coisas, então as pessoas reclamam disso.

Em visita à sede do IBAMA na cidade de Altamira percebe-se, desde nossa visita em 2008, algumas mudanças do ponto de vista da infra-estrutura: voadeiras e barcos novos e em maior número, mais carros disponíveis, a estrutura interna está mais equipada com computadores, mobília que possibilita um trabalho mais sistematizado. Porém, esta estrutura não se traduz em um trabalho de acompanhamento aos camponeses no interior da RESEX “Verde para Sempre”. Mas o que falta? No trabalho de campo entre a cidade e a RESEX alguns pontos nos chamaram atenção: em primeiro lugar a completa falta de autonomia para a

resolução de questões locais dos representantes das instituições públicas; em segundo a escassez e o despreparo dos recursos humanos que atuam dentro das unidades de conservação no baixo Xingu.

No primeiro caso observamos que os gestores das unidades de conservação representam interesses do Governo Federal e não dos moradores das RESEX, não existe identidade dos gestores com os atores sociais da qual são responsáveis. Na apresentação do projeto local de desenvolvimento sustentável da cidade de Altamira, em julho de 2010, o representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi enfático ao dizer sobre as limitações do próprio ministério, que integra o IBAMA/ICMBio, em relação aos outros ministérios do Governo Federal. A pasta do Meio Ambiente não possui peso dentro das decisões do Governo Federal. Ao ser criticado pelos representantes dos diversos movimentos sociais da região da Transamazônica e Xingu, sobre como o MMA poderia agir concretamente em ações que instrumentalizassem projetos de desenvolvimento sustentável dentro das RESEX, as repostas foram evasivas. Todas as propostas ali apresentadas deveriam ser enviadas a Brasília e debatida com outros ministérios do governo. Logo, a decisão foge das mãos dos atores locais, o que leva a grandes lacunas de entendimento em relação à realidade sobre qual agem as políticas governamentais, tornando-as inócuas, vazias e generalizantes.

Esse vazio das políticas governamentais, quando existem, não se constitui no fato da ausência de instrumentos que permitam o diagnóstico, o conhecimento sobre a realidade que se planeja, mas pela autoridade centralizadora das decisões do poder central, de cima para baixo, sem a necessária autonomia dos interesses daqueles que terão que suportar e ter suas vidas impactadas por tais decisões. Criou-se um hiato entre a autoridade governamental e os camponeses da RESEX “Verde para Sempre”, e como consequência um vazio da autoridade dos representantes governamentais dentro da RESEX. Os camponeses escutam, nas raras visitas dos técnicos, o que podem e o que não podem fazer, bem como as promessas do que virá. Escutam, mas não acolhem, não aceitam. Resistem no silêncio, em uma apatia aparente, que esconde o que realmente pensam e agem.

Isso fica claro ao percebermos o grau de participação dos comunitários na eleição para o novo conselho gestor da “Verde”, em agosto de 2010. Dos mais de 1500 moradores da Vila Bom Jesus, somado aos da comunidade Novo Bom Jesus e

a comunidade de São João do Cupari, que possuem uma longa trajetória de luta e participação no movimento de implantação da RESEX, de combate aos madeireiros e as geleiras, como muito bem analisou Moreira (2004), apenas setenta e oito pessoas participaram do processo eleitoral.

Segundo relato dos moradores da comunidade da Vila Bom Jesus apenas setenta e oito pessoas se credenciaram para a eleição, algumas pessoas ficaram de fora assistindo. A comunidade formada pelos evangélicos, Vila Novo Bom Jesus, não participou da eleição para o novo conselho gestor da RESEX devido à reunião organizada pelo ICMBio ter sido no domingo pela manhã, dia e horário do principal culto de oração dos moradores dessa comunidade, que pertencem a denominação religiosa Assembleia de Deus. Segundo a moradora 02⁴⁸, eleita para o cargo de suplente no conselho da RESEX, “a comunidade estava em reza, era da Assembleia de Deus, né? aí quando eles chegaram já tinha fechado para participar.”

Para o morador 01⁴⁹, faltou organização para algo tão importante que foi a eleição, como podemos observar em seu comentário:

[...] Mas é o que eu vejo é assim, por que pra gente hoje em dia fazer uma coisa bem feito tem que organizar antes, o quê que a gente deveria ter feito, era ter vindo uma pessoa na frente avisando o povo aí, avisava aí, cinco dias adiantava que todo mundo pudesse, uma hora que o pessoal daqui poderiam tá, um horário aqui. Eu concordo com eles, primeiro as coisas de Deus pra depois qualquer coisa.

O processo da eleição para o novo conselho gestor da “Verde” realizada pelo ICMBio, com o apoio do CDS e do STTR no município de Porto de Moz, apresentou sérios problemas. Primeiro referente à relação entre o tempo estabelecido para a eleição, na segunda quinzena de julho e primeira quinzena de agosto de 2010, e a dificuldade de acesso às comunidades, basicamente, a distância entre elas e a sede do município, e das mesmas entre si. A comunidade de Belém é emblemática neste sentido, visto que fica distante da sede do município trinta e seis horas, o mesmo tempo da viagem entre Porto de Moz e a capital do estado do Pará, Belém. O nome da comunidade é uma forma de ironizar a distância da mesma da sede do município pelos portomozenses.

⁴⁸ Entrevista realizada em sua residência, rio Quati, Vila Bom Jesus, em 20 de agosto de 2010.

⁴⁹ Entrevista realizada em sua residência, rio Quati, Vila Bom Jesus, em 18 de agosto de 2010.

O segundo ponto a ser observado foi a falta de pessoal para a divulgação e a preparação das comunidades para a eleição do conselho. Como bem observado pelos moradores da Vila Bom Jesus, faltou organização e comunicação entre os representantes dos órgãos responsáveis pela gestão da RESEX e os comunitários. Assim, a pressa na escolha dos representantes das comunidades, as disputas internas das lideranças do movimento social local para se fazerem presentes dentro da nova coordenação do conselho, são fatores que somados fizeram com que houvesse uma baixa participação ao pleito. Assim, houve o cumprimento de uma regra, a formação do conselho gestor da RESEX, mas à custa da organização e formação das próprias comunidades, bem como a perda de uma oportunidade de construção de uma pedagogia de estímulo à participação efetiva da comunidade junto aos órgãos do Governo Federal, bem como da consciência do que está em jogo, no caso, um instrumento valioso para fazer valer as demandas sociais dos moradores da RESEX, a coordenação do conselho gestor.

O que presenciamos na Vila Bom Jesus foi a falta de sintonia, de confiança entre os representantes do governo federal e as comunidades camponesas locais. Esta situação leva ao descrédito por parte dos camponeses em relação aos órgãos federais, fragilizando a luta pela permanência na terra, bem como abrindo espaço para o discurso contra a RESEX, amplamente difundido pela elite local. Essa condição é presente na fala do morador 01 quando diz,

[...] Outra, outra coisa [...] tanta mentira, tanta coisa, tanta discussão que eu tenho por que que eles vejam a população aqui, o que ele vejam, o INCRA, é que eles só vem me encher. Só vem com conversa fiada, vem me encher, não interessa pra todo mundo, aqui o pessoal vem pra cá numa reunião, participa, olha, e nada, nada.

Conversa “fiada” é o que pensam muitos dos camponeses que habitam o baixo Xingu sobre os representantes dos órgãos governamentais. Palestras, debates, encontros, acordos, não se configuram em ações que levem à realização das demandas dessas comunidades. Enquanto se debate, os camponeses resistem como podem: pescam, caçam, fazem a roça de subsistência, criam búfalos, utilizam desde o leite, a coalhada, a manteiga para o consumo próprio, e a produção de queijo para a venda na cidade; bem como utilizam da venda da madeira para casos de necessidade, mesmo de maneira ilegal.

Essa situação aponta para o segundo aspecto para o que chamamos a atenção para a situação problemática na ação do ICMBio e do INCRA dentro da RESEX, a escassez e o despreparo dos recursos humanos desses órgãos. Essa situação se exemplifica no disparate da ideia de possibilidade de gestão e fiscalização de uma área de aproximadamente 12.887 km², que representa 75% do território do município de Porto de Moz, por um único funcionário do IBAMA/ICMBio, que age a partir de um outro município, Altamira. Trabalho hercúleo para qualquer ser humano. Em relação ao INCRA a situação se torna ainda pior, a regional responsável pela regularização fundiária da RESEX está localizada no município de Santarém, possuindo uma representação na cidade de Altamira. Essa realidade impossibilita as principais instituições responsáveis pela implantação, fiscalização, e gestão da RESEX “Verde para Sempre” de cumprirem com seu papel.

Outra situação que se refere às dificuldades de ação dos recursos humanos do ICMBio é a formação e a capacitação de seu quadro de funcionários que atuam dentro das unidades de conservação da Transamazônica e Xingu. A maioria não conhece a realidade da região, não compreende as singularidades da formação sócio-cultural da mesma e das formas de organização política que estas geraram e, em particular, o papel da família e da religiosidade. Isso gera um descompasso entre os representantes dos órgãos governamentais, o campesinato local, e as lideranças do movimento social na região da Transamazônica e Xingu. São na maioria profissionais com pouca experiência de campo e que deslocaram recentemente para a Região Amazônica, a maioria vindo do centro-sul do país.

Somado à situação acima exposta, a rotatividade desses funcionários na gestão das RESEX é algo que preocupa. Desde a implantação da “Verde” já houve três funcionários responsáveis pela sua gestão. Essa situação emperra a continuidade dos trabalhos desenvolvidos entre as comunidades camponesas, os movimentos sociais que representam os interesses dessas comunidades, e o próprio IBAMA/ICMBio. Cria um espaço de poder de decisão e representação junto ao campesinato das entidades do movimento social, do STTR e do CDS, gerando uma crise de autoridade no sentido da gestão da unidade de conservação. Essas duas entidades disputam politicamente o controle sobre as comunidades camponesas e as diretrizes da própria RESEX.

No trabalho de campo observamos a presença e a confiança dos camponeses no trabalho do CDS, bem mais que do STTR. O poder político do CDS,

que foi criado pelo STTR e pela Igreja, como forma de ampliar o leque de representação dos movimentos sociais locais na luta pela implantação da reserva, suplantou as próprias entidades que lhe deram vida. O CDS na atualidade agrega e representa um leque enorme de associações⁵⁰, cooperativas, o próprio STTR, a paróquia, e ainda faz um trabalho de organização jurídica das comunidades rurais do município de Porto de Moz.

Além disso, o CDS tem ligações com entidades internacionais, como o governo alemão, que financia muitos de seus projetos de formação e organização dos camponeses, e de estudos ambientais; com universidades, LAET/UFPA; com várias entidades dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela defesa do meio ambiente (MDTX, Pastoral da Terra, FVPP, CNPT); e suas mais representativas lideranças fazem parte do PT, e possuem uma entrada importante dentro do partido através de representantes com cargos legislativos. O trabalho sistemático junto às comunidades camponesas configurou o CDS como a principal entidade de representação das comunidades rurais em Porto de Moz, e estabeleceu um nível de confiança superior aos dos representantes do ICMBio e do INCRA.

Em conversa com as lideranças do movimento social local, e pesquisadores da região, observamos que a maioria das opiniões sobre a ação do IBAMA/ICMBio são de que os funcionários responsáveis pela gestão das RESEX, não possuem experiência necessária para gerir realidade tão complexa e problemática na qual estão inseridos. Para muitos atores locais, inclusive, são turistas, “garotos”, que vem conhecer o exotismo da floresta Amazônica, não conseguem encaminhar e resolver questões básicas para a consolidação da conquista camponesa da terra, como a regularização fundiária, um dos primeiros passos a serem dados após a implantação da RESEX, questão que passa pelos responsáveis legais desse tipo de unidade de conservação, no caso o ICMBio e o INCRA. Após sete anos de implantação da “Verde”, esse passo primeiro e fundamental ainda não foi dado.

Essa situação permite na Vila Bom Jesus que os grandes proprietários de terra ainda atuam livremente na criação do búfalo. Esse exemplo serve para toda a área da RESEX, devido aos mais de quarenta e três grandes proprietários de terra ainda não terem sido retirados da “Verde”. Estes resistem à própria ideia de RESEX,

⁵⁰ Na última visita ao campo de pesquisa, trinta e quatro associações estavam agregadas ao CDS. Existe um trabalho sistemático do Comitê em organizar juridicamente as comunidades em associações. Logo, o número de associações tende a crescer, assim como o poder de influência do CDS dentro da RESEX.

bem como a sua criação. Para isso, impetraram um mandado de segurança (MD – 25284) contra a criação da RESEX no ano de 2004 em nome de Davi Resende Soares, conhecido também como Davi Madeireiro⁵¹. Este foi acusado, pelo Ministério Público do Estado do Pará, como mandante do assassinato do marceneiro Silvério Lourencini, na cidade de Ulianópolis, no ano de 2004; consta também seu envolvimento na morte do deputado estadual João Batista, do PSB, no ano de 1988; e no consórcio de fazendeiros acusados da morte de missionária Dorothy Stang⁵². Percebemos então o poder de uma elite fundiária que ainda persiste na Amazônia, tão bem conhecidos pela literatura do mandonismo local: o controle político dentro dos municípios (prefeitura, câmaras municipais, justiça local), laços de parentesco, e domínio econômico (EMMI,1999).

No ano de 2010, o ministro Marco Aurélio, do STF, denegou aos interesses dos fazendeiros o MD- 25284. O combate à ideia das reservas extrativistas no Pará segue forte entre as elites locais sob o discurso de ilegalidade da ação da União sobre as unidades federativas, e de contra-desenvolvimento das comunidades locais. Está se criando um discurso sobre um tempo de “ouro” antes das RESEX, presente dentro dos moradores urbanos do município de Porto de Moz, como uma época de fartura, de dinheiro fácil, de grande movimento comercial e turístico dentro da cidade, e de falência do município após a implantação da RESEX.

A vida segue dentro da Vila de Bom Jesus, mesmo com todos os contratempos. A maioria das famílias desenvolve atividades econômicas conectadas com a realidade ambiental dessa área da RESEX, caracterizada pela grande presença da várzea, que leva à formação de campos naturais, propiciando a atividade pecuária. Nesse aspecto, a criação de búfalo se destaca e se torna motivo de tensões entre moradores, e entre esses e as autoridades responsáveis pela gestão da RESEX (IBAMA/ICMBio). Essas questões têm por fundo a necessidade da regularização fundiária da reserva. Segundo a liderança 02 será uma nova etapa de luta do movimento social local,

⁵¹ Disponível em: [http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=25284&classe=](http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=25284&classe=MS&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M)

MS&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M. Acesso em: 14 de jan.2011.

⁵² Conferir em:< <http://evandrocorreaoliberal.blogspot.com/2009/04/mp-pede-desaforamento-de-julgamento-de.html>; <http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=186704>. Acesso em: 14 de jan. 2011.

[...] Olha, depois, depois que foi criada a reserva aí veio a questão da implementação, aí tem um grupo de 50 pessoas que tem fazendas dentro da reserva, que entrou com processo na justiça, pedindo o cancelamento da RESEX, agora ultimamente foi no mês de junho... maio, foi em maio que saiu já, já foi, já saiu a sessão, né, foi votada aí, aí então esse processo já não existe mais, por exemplo, essas terras que era desse, desse pessoal que entraram com a ação, agora elas tão, já foram julgadas, ou seja, ela, ela também são terras que tão disponíveis pra gente planejar o quê que vai ser feito, né? deliberar como que elas vão ser usadas, aí teve a criação, o conselho, né? o conselho da RESEX foi uma outra batalha pra criar, aí criamos o conselho e agora estamos numa fase de renovação do conselho, então o próximo passo agora após a renovação desse conselho aqui, e eleição desse conselho, então é a gente, é são três anos... é três anos de conselho, então é um dos objetivos do conselho trazer pra discussão essa questão da regularização fundiária dentro da reserva, o que é um desafio muito grande, tem que ser feito.

Na fala da liderança 02 percebemos as dificuldades da implementação da RESEX, que representa de fato um grande desafio não apenas por ser a maior reserva extrativista do país, mas pelo contexto político de sua origem, uma conjuntura nacional favorável, visto que o controle do poder central estava em mãos de forças políticas simpáticas às causas populares; somado a um extenso leque de alianças dos camponeses com outros grupos sociais e instituições que permitiram ampla visibilidade em uma região, o Xingu, que já se apresenta no olho do furacão pelos embates entorno das políticas desenvolvimentistas de interesse do Governo Federal (como as hidrelétricas) frente aos diversos movimentos sociais (indígenas, camponeses, quilombolas, pescadores, ribeirinhos e ambientalistas).

Mesmo dentro de tal conjuntura, observamos que cada passo na implementação da RESEX foi e continua sendo um desafio. Emerge dessa situação uma enorme expectativa sobre as possibilidades reais do cumprimento daquilo para que essa unidade de conservação foi formada: sair do papel e por em prática o desafio de uma nova forma de desenvolvimento que garanta a autonomia camponesa e a preservação ambiental.

A regularização fundiária é parte da solução dos muitos problemas para a construção de novas experiências de desenvolvimento econômico dentro da RESEX. Primeiro, da legitimação da conquista do direito à terra das comunidades camponesas; segundo da busca de novas formas de reprodução da vida social, ou adaptação de formas tradicionais de uso desses recursos às necessidades da preservação dos recursos naturais associado à garantia da qualidade de vida do campesinato local. Porém, o caso mais sério é a permanência de grandes proprietários de terra no interior da “Verde”, e a continuidade das atividades

pecuárias desenvolvidas por esses, nos mesmos padrões anteriores à implantação da RESEX⁵³, que se caracteriza pelo avanço dos pastos para as áreas de floresta. Diferentemente, o uso das áreas de pastagens nativas pelos comunitários para a criação de bubalinos se dá de forma coletiva e dentro das áreas de campos naturais.

Não existem cercas na comunidade da Vila Bom Jesus, há um acordo entre os camponeses para o uso da terra que não comprometa a área de floresta, que vem sendo sistematicamente incorporada pela atividade pecuária (Fotografia 12). Acordo esse que estabelece a quantidade de animais por família e determinada área de terra. Regra que nem sempre é obedecida por alguns criadores.

Fotografia12- Criação de búfalos no rio Quati.



Foto de Maria Gonçalves (2010).

A forma de organização da atividade pecuária pelos camponeses dentro da RESEX ainda não obedece a um plano de manejo que possibilite a observação da capacidade de suporte da natureza diante desse tipo de atividade econômica e que regularize a situação das famílias que se dedicam a essa atividade. Porém, nas visitas do INCRA e do ICMBio já se observou as restrições a esse tipo de economia,

⁵³ Dados fornecidos pelo CDS de Porto de Moz, em 2010.

e a necessidade de exploração de novas atividades econômicas. Isso gera uma insatisfação diante do novo para os camponeses, como observado na fala do morador 01,

[...] Por que na verdade isso aí é um meio da gente ganha à vida. Por que na verdade dentro da reserva também não se pode criar o búfalo, o búfalo é... isso aí que eu trabalhei contra deste o começo com o meu cunhado. Por que antes disso eu assistia vídeo que falava sobre reserva, a gente assistia, via como era, e que o povo falava aqui. Não era a mesma coisa, pra surgir a reserva e o povo tá de acordo.... depois vinha pegava assinatura falsa e iam levando e o rapaz que antes era o chefe aqui mandou até o filho dele pra... pra Malásia, num foi? Pra Malásia! Representando a comunidade, coisa que muitas pessoas nem sabiam que era pra isso. Eles diziam que era bom, que não ia ser nada do que tá sendo hoje. A população hoje, que era a favor tão sentindo, e achando que era ruim. Quando eu falava o pessoal até criticavam, diziam que eu era um besta, que não sabia de nada, era um doído, eu dizia "rapaz nós que semos criador na área da reserva não permite a criação, simplesmente animais de pequenos portes é o que permite o estatuto, só pode criar animais de pequeno" ninguém me ouvia.

A situação de transitoriedade e instabilidade das atividades que garantem a reprodução da vida social dos camponeses gera desconfiança sobre o futuro dentro da "Verde". Isso leva ao questionamento sobre a própria forma de criação da reserva. Segundo depoimentos, muitas pessoas assinaram documentos de apoio à implantação da reserva sem saberem as regras estabelecidas para os moradores de uma unidade de conservação, entre essas a restrição à atividade pecuária.

As atividades desenvolvidas e as regras do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) nem sempre se equivalem, muitas das vezes leva a tensões entre os moradores e os representantes dos órgãos responsáveis pela gestão e fiscalização dessas unidades. A legislação que rege a vida dentro da RESEX impõe limitações às atividades tradicionalmente desenvolvidas pelos camponeses, tornando difícil a equação preservação, desenvolvimento e equidade social. A preservação acaba subordinando a qualidade de vida dos moradores da reserva, esses que há mais de um século vem desenvolvendo formas de vida sustentável na região, segundo Santos e Rocha (s/d, p. 09)

[...] Importante destacar que antes de se discutir criação da RESEX, as famílias da comunidade já vinham ao longo do tempo desenvolvendo suas atividades a partir de uma lógica comunitária que tem garantido a reprodução social do grupo e a sustentabilidade dos diversos ecossistemas que constitui a comunidade pelas famílias utilizados.

Essa mesma atividade proibida dentro das unidades de conservação é também desenvolvida e estimulada, em escala e natureza diversa dos grandes proprietários, por parte da população do rio Jaurucu, e dentro do rio Quati, onde se localiza a comunidade da Vila do Bom Jesus. Vive-se dessa forma um impasse dos moradores de suprimir a atividade pecuária como parte dos acordos estabelecidos entre esses e o IBAMA/ICMBio. Para a moradora 02,

[...] As dificuldade maiores que a gente vê e pode falar é dentro do rio Acarai, aqui dentro do Jauru que era pessoas que a renda deles era tinha haver com a madeira, aí quando foi criada a reserva, quer dizer a madeira acabou... é igualmente aqui, aqui nós tamos ainda assim de parabéns por que o gado continua, se resolver tirar o gado nós vamos ficar numa pior, a gente vai senti muito. Aí a hora que tirar a saída do gado, a retirada do gado aí a gente vai sentir, agente vai sentir assim.

A impossibilidade de continuidade de atividades desenvolvidas tradicionalmente pelos camponeses, particularmente a extração da madeira e a pecuária, a demora e a burocracia na implantação de planos de manejo, cria um sentimento de insegurança dos moradores diante da perspectiva da vida dentro da RESEX. A pesca, que possui um grande potencial nessa área da reserva, é um dos caminhos que pode permitir, associado a outros, uma vida digna para os camponeses e a garantia da preservação dos recursos naturais.

Já existem dentro da comunidade os acordos que regularizam as atividades pesqueiras: a proibição do uso da malhadeira, da pesca do pirarucu, do respeito ao defeso, e da proibição da pesca por pessoas de outra região. Porém, na opinião dos moradores os acordos estabelecidos entre eles e os representantes do governo federal não podem prejudicar as atividades que garantem a sobrevivência das famílias camponesas. Segundo a moradora 02 “o que não pode é nós fugir da luta. Tem que se conscientizar do que é melhor pra nós, pra nós não se prejudicar!”.

Esses embates levaram muitos a desistirem de viver dentro da RESEX, e induziu nos últimos anos a migração de parcela de famílias de camponeses para a sede do município de Porto de Moz. O bairro do Carini, um dos mais novos da cidade, agrega uma parcela considerável dos camponeses que moravam dentro da RESEX, que deixaram suas terras diante das dificuldades de sobrevivência, e a demora da implantação dos projetos de manejo que possibilitassem a manutenção de seus modos de vida.

Assim, esse espaço de rio de águas escuras; da grande presença de pastos naturais (várzea), da criação de búfalo; de uma área de enorme potencial de piscosidade, nicho de peixes, e pássaros; e do extrativismo da madeira, que não é predominante, de uma enorme e rara beleza, apresenta, sob um olhar mais próximo, uma imensa desigualdade social, grandes desafios àqueles que ali habitam. As lutas que as comunidades camponesas do baixo Xingu enfrentam são inúmeras, mas elas resistem na manutenção de seus territórios. Como exemplo tem a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que forma a associação do rio Arimum. Esta comunidade possui um histórico de luta pela terra e de organização frente aos avanços do capital na região. Dessa comunidade saíram importantes lideranças na luta pela terra e na elaboração da proposta de RESEX, que hoje estão presentes nas organizações de base do campesinato local. Como apresentaremos a seguir.

5.2.3 Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro: rio Arimum

Fotografia 13- Chegada a Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.



Foto de Maria Gonçalves (2010).

Fotografia 14- Capela da Comunidade do rio Arimum.



Foto de Maria Gonçalves (2010).

O rio Arimum, corresponde na área da RESEX “Verde para Sempre”, à região do Acaraí, onde a floresta é predominante. A base econômica das famílias camponesas do Acaraí é o extrativismo da madeira, da castanha do Pará, copaíba, cipós, mel. O peixe presente nos rios e furos de águas escuras é a base de subsistência; acompanhado da roça de milho, do arroz, do feijão e da mandioca.

A comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é formada por quarenta e oito famílias que se organizam em torno da associação do rio Arimum.

Possui uma singularidade em relação às demais comunidades do interior da RESEX, seu alto grau de organização e participação de seus membros nas questões pertinentes aos seus interesses. Ao longo da caminhada na comunidade em companhia da liderança 04 perguntamos sobre a participação dos comunitários junto à associação, o que ela respondeu,

[...] Quando marca o pessoal faz questão, pode marcar qualquer hora que o pessoal vem todinho pra reunião, não tem dificuldade pra reunir. Eles estão acostumados comigo assim, agente fazia assim, antes de eu sair eu fazia uma reunião, quando eu chegava eu fazia, quando eles viam atrasada vinham atrás da reunião, eles já ficavam com aquela ansiedade de informação, né? Quer se informar de tudo!

O sinal da reunião era o soltar de um foguete, aí todo mundo sabia, “a Margarida chegou!”. E todos vinham ouvir e decidir em conjunto como agente ia agir.

A comunidade possui escola de ensino fundamental com turmas multisseriadas, com uma professora da comunidade que possui formação superior em pedagogia; um salão comunitário; uma capela; espaço específico da associação para reuniões e organização administrativas. Existe uma grande preocupação na profissionalização da associação, na necessidade de pensar e agir como uma empresa. Talvez isso explique o fato de que dentro da RESEX o único plano de manejo que deu resultados positivos foi o da associação do rio Arimum, chamado “Projeto Maçaranduba”. Os resultados que levaram ao questionamento da ação das próprias lideranças do Arimum por outras comunidades e pelo CDS e STTR, pois o projeto visava a retirada de madeira em tora em um processo mecanizado, e vendido diretamente ao mercado pela comunidade.

Para isso, a associação contratou os serviços de assessoria de um engenheiro agrônomo da capital. Porém, no momento da venda do produto houve vários problemas, primeiramente com as madeireiras locais que se sentiram ofendidas de não serem prioritariamente as compradoras da produção da comunidade; depois do próprio IBAMA, que entendia que a quantidade de lucro a ser obtida com a venda da madeira era um valor muito alto para os comunitários. Segundo a liderança 03⁵⁴, atual presidente da associação comunitária do rio Arimum,

⁵⁴ Entrevista realizada na cidade de Porto de Moz, na sede da Associação Comunitária do rio Arimum, em 12.08.2010.

[...] O IBAMA achava que era muito dinheiro pra comunidade, mas não achava isso na época dos madeireiros! Eles podiam, nós não! Ai foi quando caiu a ficha. Começaram acertar pra remanejar foi que foi barrado aqui, foi preciso a Margarida chorar na porta do IBAMA em Belém, e fazer tanta da coisa e foi que eles aprovaram aqui. Aí que nós fomos saber o que era bom pra tosse.

O projeto de manejo comunitário do rio Arimum foi o divisor de águas dentro da RESEX, pois apresentou a possibilidade de lucro para as famílias associadas de um trabalho em que sempre desenvolveram (o extrativismo de forma sustentável), mas que nunca usufruíram dos lucros obtidos com essa atividade. Porém, é importante frisar que esses comunitários, bem antes da implantação da reserva já tinham contato, através do STTR e da Paróquia, com os pesquisadores do LAET/UFPA. Este já os vinha capacitando para o trabalho com manejo florestal através de cursos de formação e troca de experiência com outras comunidades extrativistas, como os camponeses da RESEX Tapajós-Arapiuns, na região do Tapajós (Fotografia 15). O LAET/UFPA apresentou aos comunitários a importância da demarcação de área de exploração coletiva da comunidade, fez o inventário da flora, e montou projetos de exploração em bases sustentáveis.

Fotografia 15- Visita dos camponeses de Porto de Moz à RESEX “Tapajós-Arapiuns”.



Fonte: CDS (1998).

No processo de luta pela implantação da RESEX existiram desentendimentos entre representantes do LAET/UFPA e de lideranças do STTR, esses últimos, nesse contexto, muito próximos ao Greenpeace. A postura do STTR foi da manutenção da floresta, e de fomentação de formas diferentes de exploração dos recursos naturais pelos camponeses. Dentro da cidade a opinião é de que o fundador, e principal dirigente do STTR se subordinou aos interesses conservacionistas do Greenpeace em troca de apoio ao sindicato. Segundo a liderança 03,

[...] Essa nossa área comunitária aqui nós já tínhamos uso desde antes da reserva. O pessoal de Altamira vinha nos ajudar [...] o LAET fez o inventário, foi aprovado, foi aprovado o projeto e o Idalino veio. “Cortou o nosso barato”, nós ficamos esse tempo todinho sem nada por causa desse bendito projeto.

Após a implantação da RESEX o projeto de manejo comunitário da comunidade do rio Arimum foi embargado. Depois de muitas idas e vindas o projeto foi autorizado e implementado com sucesso. A associação do rio Arimum conta com uma lancha, uma sede dentro da comunidade, e construiu um escritório na cidade de Porto de Moz para ter acesso mais rápido as informações e aos negócios que beneficiem a comunidade (Fotografia 16) . O espaço onde se localiza o escritório da associação do rio Arimum, é um terreno comprado pela associação que ainda agrega uma casa que acolhe os moradores da comunidade na cidade. Esse espaço, segundo o presidente da associação, ainda será ampliando com o dinheiro obtido na segunda fase de exploração de madeira dentro da área comunitária.

Fotografia 16: Escritório da comunidade do rio Arimum, cidade de Porto de Moz



Foto de Maria Gonçalves (2010).

A trajetória de luta pela terra da comunidade do rio Arimum está ligada às invasões dos madeireiros nas áreas ocupadas pelos camponeses dessa área da reserva a partir da década de 1990. Na memória da moradora 03⁵⁵, segue um tempo de luta por uma vida melhor, que perpassava pela garantia da permanência na terra.

[...] Pois é, aí eu foi né! Foi, mas meu Deus! Eu fiquei tão alegre, nos éramos pobre, pobre minha filha, sem ter nem ao menos roupa quase pra vestir, aí lá vem já o convite pra nós fazermos curso na Igreja em Porto de Moz. Aí que horror! Eu vou, eu vou, eu vou, mas sem roupa, enfiada em três vestidinhos... e trabalhar, eu tava conversando com a minha filha ontem, dois, três dias com aquela roupa né! Eu lavava de tarde pra de manhã, enxugava no fogo pra poder vestir. Aí eu disse: mas eu vou! O convite era pra quem quisesse. Aí eu vou! Aí meu irmão já tava aí, né, já começou a celebrar, começamos a fazer a celebração.

Aí eu foi fazer o curso dos padres, foi lá que as irmãs me deram um chinelo, se não era pé no chão, me deram uma sandália, me deram umas roupinhas, né? Levei a minha vida assim, mas sempre pensando, né? Pensava... sempre devia... eu te contei uns cantos que nós aprendemos lá? “quero que meus filhos sofram menos do que eu”, né? eu cantava isso com tanto amor, por isso que eu te digo, eu creio em Deus, creio mesmo porque foi ele que nos ajudou a lutar!

Na memória da moradora 03 se apresenta um tempo de pobreza, de ameaça de expulsão da terra, e de esperança de uma vida melhor para seus filhos. Nessas memórias a ação pastoral da Igreja Católica tem um papel estruturante. Nas falas dos entrevistados observamos que quando estes rememoram o seu passado, e fazem uma leitura das ações realizadas e das conquistas alcançadas, as justificam pela presença de uma força maior, sobrenatural, que os auxiliava, e que lhes dava força para lutar contra pessoas e interesses tão mais poderosos que os seus.

A pobreza e as ameaças se tornaram pequenas diante do sonho de uma vida mais digna, da garantia da reprodução da vida social do grupo. Foi nesse ponto nevrálgico da vida camponesa que atuou e atua a congregação missionária do Preciosíssimo Sangue de Cristo (CPPS) responsabilizada pela Santa Sé pela prelazia do Xingu, desde os anos de 1934.

⁵⁵ A moradora 03 é um símbolo da luta pela terra em Porto de Moz, foi a primeira mulher a participar do sindicato dos trabalhadores rurais; contribuiu para a conquista feminina do direito à sindicalização e aposentadoria das trabalhadoras rurais; atuou na formação dos comunitários do rio Arimum na função de professora. Hoje, dois de seus filhos estão na liderança da comunidade, e uma terceira filha é a professora da comunidade. Uma de suas sobrinhas é uma das mais importantes lideranças do movimento social região.

Essa congregação tem por função, desde sua fundação em 1815, a missão do trabalho com comunidades populares. A doutrina que rege a ação desses sacerdotes se resume em três pilares: a comunidade, a espiritualidade e a missão. A atuação desses missionários no Xingu é marcante em todos os grupos sociais populares: indígenas, quilombolas, camponesas, trabalhadores urbanos, mulheres. Essa escolha gera severas críticas da elite local em relação à ação da Igreja no Xingu, em particular na figura do bispo. São chamados de baderneiros, arruaceiros, de incentivarem a ação dos indígenas e dos sem terras nos distúrbios sociais, de ladrões, de desestabilizadores da ordem social.

Um caso emblemático é o da missionária Dorothy Stang que atuava dentro da prelazia do Xingu. Após sua morte, a elite local criou um discurso extremamente negativo sobre a mesma. As expressões que citam tal missionária por essas pessoas são de baixo calão, como forma de atingir a própria imagem da prelazia em relação à sociedade local. Isso se deve ao fato da forte presença dos padres e das irmãs no auxílio e na formação política do campesinato do baixo Xingu. Tão marcantes, que modelam suas ações e seus discursos. Percebemos isso ao indagarmos sobre o processo de formação e o início da organização do campesinato local nos nossos entrevistados e na observação de campo na região do baixo Xingu. Como podemos observar na fala da moradora 03,

[...] Aí depois já teve a semana catequética, eu lá dentro, aí depois era encontro de lavradores, lá vem lá de fora né, esclarecendo aquelas terras como era que eram tomadas, como era, como nós devia fazer e tal, haja a lutar, lutar, lutar pra gente ter as terras, muitos não tinham, a gente mais fracos né? Aí foi, vira e mexe, encontro de lavradores, lá vem, tinha uma irmã aí que era a irmã Emanuela, que é hoje o nome da associação de mulheres, juntou as mulheres pra, pra dá os estudos da bíblia, dos direitos da gente, né!

A partir dessas memórias observamos como se deu o processo de formação dos camponeses do baixo Xingu. As mais representativas lideranças da luta camponesa pela terra são resultados da ação missionária católica na região, grandemente influenciada pela teologia da libertação⁵⁶. Nas entrevistas e na observação de campo, ao analisarmos sobre o processo de formação e da consciência da luta pela terra dos sujeitos estudados, percebemos que suas

⁵⁶ Segundo Boff (1991, p. 20) “A teologia da libertação não é outra coisa que a reflexão de uma Igreja que tomou a sério a opção preferencial e solidária para com os mais pobres e oprimidos.”

trajetórias estão ligadas à catequese comunitária da Igreja Católica no Xingu. Depois, na formação sindical, e concomitantemente, muitos seguiram para os quadros do Partido dos Trabalhadores, mas a visão cristã, da ideia de comunidade, da cooperação, da solidariedade aos mais pobres, e a influência cultural da Igreja é predominante. Na geografia da organização camponesa está a presença territorial da prelazia do Xingu, como percebemos na memória da moradora 03,

[...] Era remo até Porto de Moz. Ah minha filha, era luta! Aí formaram o pessoal de Gurupá, nós tinha que ter o sindicato dos trabalhadores rurais aqui, nesse estudo, encontro de lavradores. Aí fomos, o pessoal de Gurupá vieram nós ajudar, pintar, orientar. E aí eu sei que saí como secretária do sindicato... primeira, né? A formar com o Pedro Maciel e aí tá, quando tinha, sei que nós formamos o sindicato, antes disso, antes disso nós tivemos estudo da Bíblia por que, quem era assim.

A trajetória de luta e organização social da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no rio Arimum, se confunde com a própria história da organização sindical camponesa em Porto de Moz. A moradora 03 conta sobre como através dos encontros catequéticos na cidade de Porto de Moz e Altamira, e da troca de experiências com outras comunidades, com um nível maior de organização e experiência de luta, os camponeses do baixo Xingu passaram a tomar consciência das ameaças que enfrentavam, e a construir alternativas para a defesa de seus territórios.

Em seu depoimento e nas marcas do rosto, percebemos o imenso esforço dessas pessoas de romperem com a pobreza, com a exclusão social, com o medo de enfrentamento ao desconhecido, em horas de remo para alcançarem a cidade de Porto de Moz, na busca do sonho da garantia, com dignidade, cidadania e legitimidade a posse da terra. Nas memórias da moradora 03 recordamos as lições que a política agrária no Brasil impôs ao campesinato, a expropriação.

[...] Era tudo na igreja. Aí como era que era pra nós, aí o padre Nicolau vinha por aqui “olha meus queridos vocês tenham que alevantar a terra logo de vocês, se organizem por que um tempo ainda passa o linhão aqui e vocês logo se organizem”. Sempre ele batia, “antes de tudo vem as pequenas criação”, e olha sempre nos aconselhou, ele tava junto nas lutas conosco.

Os padres, no processo de formação do campesinato, já avisavam sobre as expropriações que os camponeses estavam sofrendo no Brasil, da perda das terras, da migração para as cidades, do movimento dos sem terra. Segundo a moradora 03 eram uns “coitados, andavam por aí sem ter onde parar. Isso a gente não queria pra

nós e nossos filhos, onde eles iam morar?”. Esse processo de formação foi vital para quando da chegada dos madeireiros na região do Acaraí, e na criação de estratégias de luta camponesa para permanecerem na terra.

A comunidade do rio Arimum possui dessa forma uma trajetória longa de formação e organização do campesinato. Tal situação se reflete numa visão diferencial entre ela e outras comunidades sobre as questões políticas que envolvem os interesses do campesinato local. Já está presente uma consciência da conquista da terra; bem como a importância do processo de implementação da RESEX, e as informações necessárias sobre o processo. Assim, essa associação está numa fase diferenciada da maioria das comunidades que ainda caminham para um processo de organização política e jurídica (formação de associação, a institucionalização). No rio Arimum, essa etapa já foi superada, o que eles desejam é a formação de cooperativa de exploração sustentável da floresta que seja gerida diretamente por eles, sem a intermediação do STTR ou do CDS.

Segundo a liderança 04, “tem que ter autonomia! O comitê foi criado pra fortalecer as comunidades. Depois que chega lá, não quer mais sair. Não deixam as comunidades andar com as próprias pernas”. A visão sustentável das comunidades não é a visão da academia e nem dos ambientalistas. A ideia que perpassa entre os diversos discursos sobre a RESEX entre os camponeses é a da exploração dos recursos naturais que garantam a reprodução social do grupo e acesso aos benefícios dos avanços da vida material da sociedade ocidental, da qual esses fazem parte: a energia elétrica, a saúde, o acesso de seus filhos a universidades, a segurança alimentar, o uso de tecnologias na economia extrativa (por exemplo, o uso de máquinas em substituição à tração animal na exploração da madeira). Porém, o acesso a esses bens deve ser garantido junto ao direito na permanência na terra, e não na migração para os centros urbanos. Analisemos a fala da moradora 03 sobre tal questão,

[...] Porque lá na cidade tem e aqui não? Então eu disse numa viagem com o prefeito, nós reunimos na secretaria, se os filhos da gente vêm tudo pra cidade ele perde a cultura, então vai ter cidade e não vai ter mais interior?! por que se nós num somos usados lá, porque que é só com as eleição que nós somos enxergados lá? Aí só faz, né? Porque não tem uma verdadeira educação pra lá, que é pras pessoas ficarem sempre lá, sempre na sua terra, na sua cultura e aprendendo depois ser, tem quer ir pra cidade, ele perde, ele perde a cultura, né? Ele acaba aprendendo outro jeito, pronto. E por isso a

maior dificuldade que a gente tem nessa nova sociedade acaba acontecer isso que cada vez nós sermos mais abandonados.

É constante a preocupação da grande maioria das mães camponesas do baixo Xingu ao direito dos seus filhos terem acesso a uma educação diferenciada e de qualidade, que lhes permita valorizar a sua cultura e fortalecer a identidade do social do grupo, e lhes dê escolha de uma vida no campo com dignidade. Para a liderança 03,

[...] É uma preocupação, né? vai tá formado né? tu vai querer prender teu filho aqui, tirar o direito dele fazer ensino médio, fazer universidade, né? Mas ao mesmo tempo tu não quer que ele perca a raiz dele, né? e aí?

Mais um desafio para o campesinato do Xingu, a construção de uma educação diferenciada, não apenas técnica, ou para efeito de legitimação de metas sociais das várias esferas do governo, no momento que ocorre uma grande migração dos jovens camponeses para os centros urbanos, na perspectiva do acesso a bens e serviços para esse grupo promovidos pelo grande capital: roupas, acessórios, internet, sonhos esportivos (jogadores de futebol, atletas), arte e lazer.

Essa relação entre educação e identidade social tão bem percebida pelos camponeses, é um dos elementos centrais para a luta pela reprodução social do campesinato. Os jovens precisam se identificar com o grupo, ter acesso à sua memória, ocultada, e orgulhar-se de sua história. Isso contribui para a formação dos laços entre as gerações, e para um processo de permanente identificação. Segundo Hall (2005) a pós-modernidade levou a uma fragmentação da identidade do indivíduo, na perspectiva de um amálgama cultural. Apesar do grande avanço do capital sobre o papel dos Estados nacionais na formação da identidade social, temos o fortalecimento dos movimentos étnicos e religiosos como contraponto a padrões culturais globalizados.

5.3 OS DESAFIOS DAS COMUNIDADES LOCAIS APÓS A CRIAÇÃO DA RESEX

No enfrentamento na luta pela terra em um quadro político de difícil leitura, os camponeses construíram uma estratégia de luta, a soma de esforços, mesmo que temporários e adversos, para o que era fundamental a posse da terra. O que veriam depois era outra luta, que para muitos nem iria existir diante da tarefa quase impossível da expulsão de todos aqueles que ameaçavam diretamente seus interesses.

A possibilidade da posse da terra era algo tão distante e difícil que as questões sobre a gestão de tão vasto e complexo território, a sonhada governança camponesa, a superação das dificuldades materiais, a relação com as instituições governamentais e não governamentais para a necessária formulação de políticas de desenvolvimento local inexistiam, bem como a superação de conflitos antigos entre as comunidades. Em entrevista a uma das mais influentes lideranças camponesas do baixo Xingu sobre os conflitos entre lideranças importantes da conquista da posse da terra, percebemos as dificuldades encontradas para a construção de uma agenda unificada entre as duas mais importantes entidades de representação dos camponeses, o STTR e o CDS. Para a liderança 02,

[...] É, não tinha conflito, então houve hum, hum, hum grande hum, hum, hum declínio bem grande que eu consigo vê bem claro. Assim, nós nos preparamos muito bem, nós nos fortalecemos muito bem, pra essa questão de assegurar a terra e assegurar os recursos naturais. Mas nós não nos preparamos para o processo pós criação da RESEX, depois que a RESEX foi criada agente começou a brigar entre nós mesmo, isso enfraqueceu um pouco a nossa, nossa luta.

As relações de poder entre as lideranças por cargos e posições políticas, e as alianças eleitorais feitas pelo PT na região, que trouxe de volta ao poder os grupos políticos que o movimento camponês sempre combateu, criou um clima de desconfiança e apatia no movimento social local. As alianças políticas com os setores ligados ao latifúndio e a indústria madeireira causou um descrédito das lideranças em relação ao PT, visto que existia uma candidatura própria do partido para a eleição majoritária municipal, com grandes possibilidades de vitória, que teve de ser abortada pelos compromissos firmados em nível nacional e estadual pelo PT. Muitas lideranças importantes do campesinato fazem parte deste partido, e se submeteram aos interesses da cúpula nacional, mesmo a contragosto, pela devida disciplina partidária. Porém, nem todas as pessoas ligadas diretamente ao STTR e CDS são filiadas ao PT, o que causa um mal-estar e paralisia no embate político em questões importantes para o movimento social local, como a decisão de combate ao projeto Belo Monte, defendido enfaticamente pelo PT; a posição contrária à passagem do linhão de energia por dentro da RESEX, ligado a política de desenvolvimento do governo petista. Essas questões põem em xeque a autonomia do movimento social local, permitindo o avanço dos setores conservadores ligados a uma economia predatória entre o campesinato.

O retorno do grupo Campos ao poder, com a ajuda do PT, reflete uma contradição e um atraso para os movimentos sociais locais. A influência do prefeito no conselho da RESEX em decisões que impactam negativamente na luta camponesa, e a sua ausência em políticas públicas no interior da RESEX, cria um quadro de preocupação sobre o futuro do campesinato. Segundo a liderança 05,

[...] É assim, ele pertence ao grupo, tanto é que ele voltou todos os secretários que era antes do antigo, primeiro governo dele. Então eles que dão as cartas, então eu vejo com muita preocupação, inclusive quando o conselho gestor teve à reunião pra decidir se passava ou não o linhão que vai de Tucuruí á Manaus por dentro da unidade de conservação ele influenciou, ele influenciou os voto das pessoas a favor pra que o linhão passasse lá, coisa que me deixa triste por que eu não sou contra que o linhão passe em qualquer lugar, mas desde que deixe energia pras pessoas, o que não é o caso lá.

Ao longo desses anos o movimento camponês do baixo Xingu dia a dia lutou sistematicamente para que a direção do movimento e o projeto de reforma agrária ambiental não fugissem da concepção original traçada nos longos debates e embates realizados pelas comunidades locais desde a década de 1980, que resume no controle das áreas ocupadas tradicionalmente pelas comunidades, e o acesso a recursos governamentais e não-governamentais que permita a reprodução social das mesmas. Segundo a liderança 02, em entrevista na sede do CDS,

[...] A história, ela é nossa. Agora nós não conseguimos tudo o que nós temos sozinhos, eu sempre digo isso pras pessoas, tudo o que nós conseguimos hoje, pra cá, nós nunca conseguimos isolados, sempre nós conseguimos nesse âmbito do coletivo. Mas o projeto é nosso, ele nasce de nós, né?

Essa resposta vem ao encontro ao questionamento sobre a participação de ONG internacionais e de instituições de pesquisa no financiamento e apoio as atividades do CDS. Para as lideranças locais, a participação externa é sempre bem vinda, desde que não descaracterize o projeto camponês de permanência na terra, e não intervenha nas questões internas dessas comunidades. Nesse sentido, existe ainda uma confiança construída nas comunidades camponesas pelo Comitê (CDS), e inversamente uma quebra do poder do STTR após a implantação da RESEX, talvez pela proximidade do STTR a um discurso conservacionista do ambientalismo internacional, que vai de encontro aos interesses das comunidades camponesas locais.

A própria natureza do CDS, formado por um corpo que agrega as comunidades e outras entidades do município, permite uma participação direta dos comunitários nas questões de interesse dos camponeses, através da eleição de representantes das associações rurais na coordenação do CDS. Somado a isso, o Comitê, como é chamado o CDS pelas comunidades rurais, se faz presente na organização da luta dos comunitários, juntamente com o STTR, na formação das associações comunitárias. Essas são filiadas ao CDS e passam a fazer parte de sua área de influência política. Uma ação que não está livre de críticas. Para os camponeses a vida está sendo reconstruída. Segundo a moradora 07,

[...] Os homem vivia disso, da madeira! Não tinha outra coisa. Eles não trabalhavam mais na roça. Hoje a gente tá voltando pra roça, tem os projetos, a vida é mais dura, mais tá mais tranqüila. O comitê tá nos ajudando a fazer a associação pra receber os projetos.

Para os moradores 06 e 07, apesar das dificuldades apresentadas com a implantação da RESEX, a vida está mais calma, “o peixe tá voltando”, não existe a presença de pessoas estranhas na comunidade. Ocorre um período de transição, da busca de um novo caminho para as comunidades rurais da RESEX. Presenciamos na comunidade um sentimento de esperança nesse novo tempo. Porém, a vida é dura no presente, sem a madeira as famílias se viram como podem. Percebemos que os projetos sociais do Governo Federal e as aposentadorias são hoje a base de sustentação dessas comunidades.

Na perspectiva da implantação dos projetos de manejo florestal; da regularização fundiária; da ação do INCRA e ICMBio, no sentido de fortalecimento de uma nova etapa de desenvolvimento em bases sustentáveis, os camponeses se organizam em associações, se institucionalizam, criando novos espaços que garantam acesso a recursos que permitam a permanência na terra. Tal permanência deve significar uma mudança de fato nas vidas dessas comunidades, segundo a liderança 06,

[...] É um desafio na verdade, um desafio! Eu acho que é um desafio do movimento. Às vezes a gente pensa que numa ideia aqui e a gente pensa também que as pessoas tão entendendo. As vezes não! Então eu acho que o desafio é esse: as pessoas entenderem melhor o que é a RESEX, até porque o discurso contra a RESEX, ele, ele é muito forte, né? E ele chega também com mais facilidade às comunidades, então a gente tem esses desafios, ainda, de fazer as pessoas entenderem. Eu digo isso sempre que graças a Deus criou a RESEX porque se não já tinha morrido muita gente, pela questão da violência, pelo enfrentamento.

Fazer uma população camponesa de quase vinte mil habitantes⁵⁷ entender o que é RESEX é o desafio de fato das lideranças do movimento social local e das instituições governamentais dentro das comunidades rurais. Compreender o grau dessa conquista, as possibilidades de garantia de recursos e financiamentos para novas experiências econômicas e sociais, do significado do ponto de vista global do esforço da manutenção da floresta e dos recursos naturais para a humanidade, e dos direitos a garantia de uma vida digna por conta desse esforço. Segundo a liderança 01, “as pessoas deveriam ganhar só pelo fato de manterem a floresta em pé! E não deveriam está pedindo por isso”. Segundo as lideranças, deveria haver um reconhecimento, uma compensação pelo esforço do campesinato do baixo Xingu por anos de preservação dos recursos naturais do planeta.

Ao fazermos uma análise comparativa entre as realidades das comunidades camponesas do baixo Xingu, suas múltiplas formas de uso da terra, com prevalências de um tipo de atividade econômica, como a pecuária, o extrativismo da madeira, e a pesca, associada à diversidade de recursos naturais presente no entorno das comunidades, pudemos perceber as particularidades das formas de reprodução da vida social, e de como dessas emergem diferentes interesses econômicos e políticos entre o campesinato local, que gera um olhar diverso sobre as perspectivas em relação às políticas agrária e ambiental debatidas entre as lideranças e as entidades governamentais e não-governamentais.

A perspectiva diferente das comunidades sobre o território da RESEX cria tensões sobre o uso e apropriação da terra no baixo Xingu. Essas tensões são geradas pelas dificuldades de uma intervenção governamental que de atenção para as particularidades da natureza das comunidades camponesas dentro da RESEX, de um planejamento que tenha como objetivo a visibilidade das comunidades camponesas, e não apenas os mediadores dessas, como o STTR e o CDS, na formulação das políticas públicas em relação às mesmas.

Para isso é necessário que as instituições responsáveis pela implementação e pela gestão da RESEX, ICMBio e INCRA, em seu planejamento atentem para o índice de participação das comunidades da “Verde para Sempre” na eleição e decisões do conselho gestor da UC. Pensamos que a partir de um planejamento

⁵⁷ Conf. Censo IBGE (2010).

estratégico situacional, com competência técnica, métodos apropriados, com qualidade nas informações, e habilidades no processo de condução ou direção das ações planejadas, se promova a participação qualitativa das comunidades camponesas na elaboração das políticas públicas em relação à RESEX. A perspectiva de boa governança, da formação de capital social, do fortalecimento da identidade local é a base para o sucesso da permanência na terra do campesinato.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação do Governo Federal se deu no sentido de garantir a segurança fundiária do campesinato reconhecendo a posse efetiva da terra, através da regularização fundiária das terras públicas da União, tratadas como terras de ninguém, mas não alterou a estrutura fundiária baseada na concentração de terra, na expropriação, no empobrecimento e na proletarização do campesinato no Brasil.

Não ocorreram mudanças na estrutura fundiária dentro de áreas historicamente impactadas pelo capitalismo no campo, como as regiões do Sudeste e Nordeste do Brasil. Nessas, o agronegócio e o latifúndio, pares antagônicos do campesinato, continuaram inalterados, ou fortalecidos pelos financiamentos públicos. Não houve desapropriações que levassem ao retorno dos antigos camponeses, no presente proletarizados, de volta às suas terras. Esses permanecem entre a busca de assentamento ou a aceitação à proletarização, apesar dos números apresentados por um relatório do INCRA do período de 2003/2010, que aponta quase um milhão de assentados pela política agrária do Governo Federal⁵⁸.

Não ocorreu no Brasil nos últimos anos uma reforma agrária, mas uma regularização fundiária que mascara a estrutura concentradora de terras pelo grande capital, geradora de um quadro de insegurança, tensão, e violência no campo. Como observado pela situação ocorrida nos primeiros meses de 2011 no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança, no município de Anapú/PA, área de conflito que levou a morte a missionária Dorothy Stang em 2005, que vem sendo invadida por madeireiros, que através de vários tipos de violência ameaçam os camponeses assentados; como na morte de cinco camponeses em áreas de Projetos de Assentamento Agroextrativista no sudeste do Pará no primeiro semestre de 2011, desmascarando a situação de abandono e a ausência de políticas públicas na região⁵⁹.

⁵⁸ Conf. Publicação Especial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) Ano I Nº 02. Dezembro de 2010 - Circulação Nacional. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/>. Acesso em: 10 de fev. 2011

⁵⁹ Disponível em: <http://www.portalamazonia.com.br/secao/noticias/morte-de-assentados-e-investigada-em-nova-ipixuna>. Acesso em: 02 de jun. 2011.

A regularização fundiária promovida pelo Governo Federal, na primeira década do século XXI, não incorporou os contingentes dos trabalhadores rurais que foram expulsos, em um processo contínuo, desde a década de 1960 na Amazônia pela ação do grande capital. Esses estão abandonados a sua própria sorte nas periferias das cidades Amazônicas ou foram incorporados, como mão-de-obra barata, nos grandes projetos agropecuários que se estabeleceram nas terras que um dia pertenceram aos camponeses. Aos que permaneceram na terra resta a resistência cotidiana frente aos vários tipos de violência que são expostos, desde a violência física e psicológica imposta pelos latifundiários e madeireiros, que agem como todos os tipos de ameaça contra a vida desses grupos sociais, em tocaias contra as lideranças, em telefonemas ameaçadores, na invasão das terras para retirada dos recursos naturais; até a violência moral imposta diante da completa ausência de proteção do estado brasileiro a esses cidadão. O sentimento de abandono, de medo, de injustiça, de isolamento dos centros de decisões políticas, permeia a vida daqueles que ousam a permanece na terra no Pará.

A ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente - na implementação de várias categorias de uso da terra: as UC (divididas em áreas de proteção integral e áreas de uso sustentável); e os vários projetos de assentamento em áreas da União que tentam equilibrar a política de reforma agrária e a política de preservação e recuperação do meio ambiente promovida pelo governo brasileiro - não promoveu uma política agrária que alterasse as relações desiguais entre o capital e o campesinato, garantindo a esse último sua reprodução social.

Segundo dados do DATALUTA, organizados pelo geógrafo Eduardo Girardi (2008)⁶⁰, entre os anos de 1988 e 2006 ocorreu uma reforma agrária conservadora no país. A política de reforma agrária dos governos brasileiros de 1998 a 2006 não garantiu a permanência na terra do campesinato, mesmo dentro dos assentamentos promovidos pelo Governo Federal, em vista da fragilidade, se não ausência de ações efetivas que possibilitem a continuidade na vida no campo das populações inseridas no projeto de regularização fundiária da União.

⁶⁰ O mapa da Questão Agrária faz parte da tese doutorado do autor defendida na UNESP de Presidente Prudente que tem por título "Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geografia Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira".

A inviabilidade da vida dentro de áreas incorporadas ao projeto de reforma agrária do governo federal, entre elas as RESEX, devido à efetivação de políticas públicas eficientes que garantam condições mínimas aos assentados, palavra imprópria visto que a maioria já habitavam essas áreas, leva os camponeses ao abandono das áreas e à migração para as cidades. É o caso das áreas de assentamento na região do Xingu: sem apoio técnico, sem fiscalização, sem verbas, a promessa de uma vida melhor vai ficando cada dia um sonho mais distante, e a luta pela permanência nessas áreas se torna uma constante, mesmo sendo áreas de proteção do Governo Federal. O exemplo disso é o crescimento nos últimos seis anos do bairro do Carini em Porto de Moz, formado por uma população, em sua maioria, migrantes da área da RESEX “Verde para Sempre”.

Em Porto de Moz, após cinco anos da visita do Ministério do Meio Ambiente e do INCRA, e da promessa de investimento de 22 milhões de reais como pacote de medidas para a implementação da RESEX “Verde para Sempre”, a vida material das comunidades camponesas pouco mudou. A verba prometida seria destinada para as duas mil e quinhentas famílias camponesas que viviam na área da reserva, sendo quatro mil e quinhentos reais distribuídos para cada uma melhorarem suas casas e investirem na produção agrícola. Na pesquisa de campo, não observamos comentários sobre a verba, muitos nem sabiam que ela existia, bem como, não foi possível identificar ao longo dos anos de 2008 a 2011 modificações nas casas das comunidades visitadas, nem projetos ligados à agricultura financiados pelo MMA/INCRA.

As Unidades de Conservação são ilhas de experiências alternativas de desenvolvimento sustentável, cercadas de uma dinâmica de produção baseada na destruição dos recursos naturais e na exploração e subordinação das populações locais. Não existe, neste sentido, um canal para um mercado sustentável, ou um caminho que possibilite a coexistência de perspectivas tão distintas e distantes.

A subsistência e o mercado, a economia mista que historicamente caracterizou a economia camponesa do baixo Xingu não possibilita construção de uma estrutura econômica que garanta a melhoria das condições de vida do campesinato, afinal foi para isso que eles lutaram. Viabilizar uma experiência econômica inovadora na floresta, que equilibre preservação e qualidade de vida ao campesinato é um dos grandes desafios a serem enfrentados e um compromisso a ser assumido pelas

autoridades governamentais, pela sociedade civil organizada, pela academia, desafio que urge a ser enfrentado para avançarmos na resolução dos conflitos agrários na Amazônia.

O que percebemos em campo foi a precariedade, a fragilidade da ação dos órgãos responsáveis pela gestão da RESEX e a falta de vigor no sentido de construir junto aos camponeses uma nova realidade. Ao contrário disso, o que percebemos foi um vazio em relação a ações que garantam o desenvolvimento futuro dessas comunidades, diante do perigo de transformação do sonho camponês à terra prometida em um novo cativo, não mais dos madeireiros ou do latifúndio, mas de um Estado burocrático e inoperante para aqueles que nele possuem pouca representação, e de instituições não-governamentais com interesses alheios às necessidades camponesas.

Os desafios do campesinato do baixo Xingu estão intrinsecamente relacionados ao avanço das relações capitalistas no campo, usualmente subsidiado ou associado aos poderes federal, estadual, e municipal. Nesta perspectiva, Martins (1983) aponta a marginalização e o descrédito do movimento camponês pelos partidos políticos no Brasil. A incompreensão do papel do campesinato no processo histórico do capitalismo por parte da intelectualidade brasileira gera a invisibilidade e enfraquecimento da luta camponesa pela terra e pela manutenção de seus modos de vida. Dessa forma, a dinâmica do movimento social do campesinato, suas estratégias, suas ações, suas demandas são silenciadas ou fragilizadas na agenda política nacional. A pesquisa sobre a trajetória da luta pela terra em Porto de Moz comprova essa situação.

A partir de nossas observações, foi possível concluir que ação do grande capital, na busca pela renda mercantil da terra, se dá em duas direções e de forma direta, de um lado, na supressão daqueles que ousam lhe enfrentar e resistem às expropriações de suas terras e, conseqüentemente, de suas formas de vida e, de outro, na presença marcante na arena política brasileira através de uma forte bancada de deputados e senadores que trabalham para o impedimento da organização e fortalecimento do movimento camponês brasileiro.

As ações acima descritas tem entre suas principais metas o combate à reforma agrária criminalizando os movimentos sociais rurais, a criação de obstáculos ao combate do trabalho escravo e da preservação ambiental e a fragilização de

políticas governamentais que possibilitem a dinamização e fortalecimento da economia camponesa. A esse embate de interesses, o movimento camponês vem resistindo e se articulando em duas direções: estabelece novas alianças com setores progressistas da sociedade nacional e internacional, com a academia, com outros grupos sociais marginalizados e ameaçados pelo grande capital como os povos indígenas no Xingu; usa as tecnologias da informação e comunicação na organização de redes sociais e na visibilização, através das mídias, de seus enfrentamentos (passeatas, marchas, denúncias, palestras, encontros para troca de experiências e estratégias de luta). Os camponeses encaram a globalização e a modernidade, mas não perdem com isso a perspectiva de suas tradições e sua cultura, entendem que a terra é o elemento central para a manutenção de suas formas de vida.

O peso dos interesses do capitalismo no campo atravança políticas de governo eficientes e operacionalizáveis. As políticas públicas na RESEX não podem perder a perspectiva da formação de Capital Social. Necessário então se faz a educação em todos os níveis voltada para a formação de cidadãos virtuosos, a promoção da participação da sociedade civil na administração pública, na formulação, implementação e avaliação das ações governamentais⁶¹. O fortalecimento da identidade social, que já se constitui entre as comunidades camponesas do baixo Xingu, não pode ser esquecido, essa possibilita dirimi as divergências em momentos de atritos e dissensões e consolidam ações conjuntas, apesar da diversidade de interesses. São questões a serem refletidas no sentido de se criar possibilidades de uma real representação e fortalecimento do campesinato que assegure as demandas das comunidades da RESEX “Verde para Sempre” potencializadas no sentido do desenvolvimento local.

É hora da construção de uma nova temporalidade que supere a visão dicotômica camponesa sobre sua trajetória de luta: o tempo da madeira, que representa uma época de fartura e conflitos; e o tempo da reserva que se apresenta com uma imagem de restrições e esperanças.

⁶¹ Conf. Robert Putnam (1996); Amartya Sen (2010).

REFERÊNCIAS

ADALBERTO, Príncipe da Prússia. **Brasil: Amazonas – Xingu**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

AIMEX questiona criação de reserva extrativista. **O Liberal**, Belém 21 de Outubro de 2002.

ALLEGRETTI, M. H. A construção institucional da reserva extrativista. In:____. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento de seringueiros**. Brasília, DF: CDS/UnB, 2002.

_____. Reservas extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In. ANDERSON, Anthony. et al. (Org.). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. 2. ed. Belém: MPEG, 2009.

ANDERSON, Anthony (Org.). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ANNAES DA BIBLIOTHECA E ARCHIVO PUBLICO DO PARÁ. PARÁ: Município de Porto de Móz. TYP E encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1916. T9.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de “empate” no Acre. In: **Revista Brasileira de História**. nº 28. São Paulo: Marco Zero, 1994.

ARNT. Ricardo Azambuja. Seria mais prático ladrilhar? (Prefácio). In: ANDERSON, Anthony. et.al. (Org.). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA vai acompanhar a criação da RESEX. **Diário do Pará**, Belém 19 de Novembro de 2004.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Belém: Typographia de Santos & menor, 1839.

BAINES, S. G. **Antropologia do desenvolvimento e os povos indígenas**. Papers – *Série Antropologia*, Brasília, UNB, n. 361, 2004.

BARÃO DO MARAJÓ. **As regiões amazônicas**. Estudos chorographicos dos estados do Gram Pará e Amazonas. Lisboa, Imprensa Libano da Silva: 1895.

BARRETO FILHO, Henyo T. “Sustentabilidade e Políticas de Desenvolvimento: Populações Tradicionais: Introdução à critica da ecologia política de uma noção”. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Ruy; NEVES, Walter (orgs.). **Sociedades caboclas Amazônica: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

BALZAC. **A Mulher de trinta anos**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENATTI, José Heder. A posse agrária alternativa e a reserva extrativista na Amazônia. In: D’INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. 2. ed. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2009.

BEZERRA NETO, José Maia. De Porto de Moz a Ponte Seca. Gente, Espaço e Tempo no Xingu oitocentista. In: SOUZA, Cesar Martins; CARDOSO, Alírio (Org.) **Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (séc. XVII–XXI)**. Belém: UFPA, 2008.

BOFF, O. F. M. Leonardo. **E a Igreja se fez povo** eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo. Petrópolis: Vozes, 1991.

BORGES, Ricardo. **Vultos notáveis do Pará**. Belém: Cejup, 1986.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Decreto de 08 de Novembro de 2004. Cria a Reserva Extrativista Verde para Sempre, no Município de Porto de Moz, Estado do Pará. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 Novembro de 2004. <Disponível em <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=9&data=09/11/2004>>. Acesso em: 24 de Maio 2011.

BUARQUE, Manoel. **Recordações do Xingu**. Belém: papelaria Suisso, 1940.

BUCLET, B. ONG na Amazônia oriental: responsabilidades e poder na implementação do modelo socioambiental. XXVI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT11: **O desenvolvimento sustentável em questão na Amazônia brasileira**. Caxambu, 2002.

CARDOZO, Alírio. História como Espetáculo: A missão da Companhia de Jesus nas Águas do Xingu. 1636 In: SOUZA, Cesar Martins; CARDOZO, Alírio. (Org.) **Histórias do Xingu**: fronteiras, espaços e territorialidades (Séc. XVII – XXI). Belém: UFPA, 2008.

CASTRO, Edna Ramos. “Estado e Políticas Públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados”. In: COELHO, Maria Célia Nunes; MATHIS, Armin; CASTRO, Edna; HURTIENNE, Thomas (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão de desenvolvimento regional. Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO-CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo. <Disponível em <http://www.cptnac.com.br>>. Acesso em: 23 de Dez.2009.

CORRÊA, E. **MP PEDE DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO DE PISTOLEIRO.**

<Disponível em: <http://evandrocorreaoliberal.blogspot.com>>. Acesso em: 14 de Jan. 2011.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 8. ed. Ver. e ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia.** Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.

COUDREAU, Henri. **Viajem ao Xingu.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977.

CRÔNICA de uma crise anunciada. **Folha da Mata.** Belém de 2005. ANO I Nº .
<Disponível em: <http://www.inteligentesite.com.br/modelos/modelo57/subconteudo.asp?ID=432&IDSUBLINK=2438>>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2011.

CUNHA, Marly Solange Carvalho da. **“Matutos ou astutos”?** Oligarquia e Coronelismo no Pará Republicano (1897-1909). 2008. 117 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DECCA, Edgar Salvadori de. **1930 O silêncio dos vencidos: memória, História e Revolução.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Decreto do Presidente da República Federativa do Brasil.** Imprensa Nacional. Edição Número 215 de 09/11/2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos. As populações humanas em áreas naturais protegidas da Mata Atlântida. In: CAPOBIANCO, João Paulo; RAMOS, Adriana. **Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC).** Documentos do ISA. São Paulo, Instituto Sócio Ambiental, nº 1, 1996.

D'INCAO, Maria da Conceição. Teoria e Prática no Estudo do Campesinato Paraense. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina (organizadores). **No Mar, nos Rios e na Fronteira: faces do campesinato no Pará.** Belém, EDUFPA, 2002.

DOSSIÊ A QUESTÃO FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓZ. Documento elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Paróquia de São Bráz de Porto. <Disponível em: http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/dossie_grilagemterras>. Acesso em: 22 de Ago. 2010.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais.** 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil.** 10. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

FOUCAULT. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR. **Apresentação.** <Disponível em <http://www.fvpp.org.br>>. Acesso em: 19 de Jan. 2011.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geografia Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira.** 2008. Tese (doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. <disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas>>. Acesso em: 04 de Fev. 2010.

GOHN, Maria da Glória. Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina. In: **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. **Quilombos, Histórias e as invenções de liberdade e cativo**. In: Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, vol. 12. UFPA, 1993.

GOVERNADOR se reuniu com autoridades, em Brasília, na busca de soluções para o conflito agrário. **O Liberal**, Belém 13 de Novembro 2002.

GREENPEACE. **Pará Estado de Conflito**. <Disponível em http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/para_estadodeconflito.pdf>. Acesso em: 22 de Ago. 2010.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. A visibilidade dos camponeses nas economias latino-americanas na segunda metade do século XX. In: SCALABRIN, Rosemeri; SILVA, Ricardo Gilson da Costa; LIMA, Antônio Almerico Biondi (Org.). **Trabalho e desenvolvimento na Amazônia**. Porto Velho: EDUFRO, 2002.

HAAL, Anthony. A crise agrária na Amazônia. In: HÉBETTE, Jean. (Org.). **O cerco está se fechando**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARRIS, Mark. "Presente ambivalente: uma maneira Amazônica de estar no tempo". In. ADAMS, MURRIETA, NEVES (Org.). **Sociedades caboclas Amazônicas**. modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina (organizadores). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém, EDUFPA, 2002.

HÉBETTE, Jean. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina (organizadores). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém, EDUFPA, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **A era das Revoluções: Europa 1789-1848**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HURTIENNE, Thomas. "O que significa a Amazônia para a sociedade global?" In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MEPG, 1994.

IBGE. **CENSO 2010**. <Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 de Maio 2011.

INCRA. **Publicação Especial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)**. Ano I Nº 02 Dezembro de 2010 - Circulação Nacional. <Disponível em <http://www.incra.gov.br/portal>>. Acesso em: 10 de Fev. 2011.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. ECOLOGISMO, AMBIENTALISMO E ECOLOGIA POLÍTICA: diferentes visões da sustentabilidade e do território. In: Dossiê: **Sustentabilidade, regulação e desenvolvimento**. Sociedade e Estado. Departamento de sociologia da UNB. Brasília, 2009. Vol. 24 – numero 1.

KELLY, Arlene Marie. **The Xingu and José Porfírio**. Florida: University of Florida, 1975.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru, SP: Edusc, 2002.

LEIS, HÉCTOR RICARDO. **O Labirinto**: ensaios sobre ambientalismo e globalização. São Paulo: Gaia; Blumenau, SC: Fundação Universidade de Blumenau, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo, Companhia editora Nacional, 1976.

LINS, Cristovão. **JARI**: 70 anos de história. Rio de Janeiro: DATAFORMA, 1991.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica**: uma diversidade diversa. Belém: UFPA, nº2, 2005 (Série Aula Magna).

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis**: utopia e luta na Amazônia. 2. ed. Belém: CEJUP, 2001.

LULA cria gabinete provisório no Pará. **O Liberal**, Belém 18 de Fevereiro de 2005.
MADEIREIROS querem bloqueio de rodovias federais. **O Liberal**, Belém 05 de Janeiro de 2005.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Expropriação e mobilização: a dupla face da relação entre os grandes projetos e a população camponesa. In: HÉBETTE, Jean. (Org). **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. Tempo e trajetórias: reflexões sobre representações camponesas. In. HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará. Belém, EDUFPA, 2002.

_____. Associações camponesas: reflexões sobre organização social e participação política. In. HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina (organizadores). **No mar, nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará. Belém, EDUFPA, 2002.

_____. As grandes hidrelétricas e as populações camponesa. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. 2. ed. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2009.

MALINOWSKI, Bronislau. Argonautas do Pacífico Ocidental. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1983.

_____. A chegada do Estranho (prefácio). In: HÉBETTE, Jean. (Org.). **O cerco está se fechando**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Padres, pajés, santos e festas**: catolicismo popular e controle eclesiástico. Belém: CEJUP, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEIRA, Octavio Augusto de Bastos. **Memórias do quase ontem**. Rio de Janeiro: Lidador, 1975.

MENEZES, Mário Assis. As reservas extrativistas como alternativa ao desmatamento na Amazônia. In: ANDERSON, Anthony. et al. (Org.). **O destino da floresta**: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. <Disponível em http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=49&Itemid=75>. Acesso em: 25 de Maio 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa PROCAMPO**. <Disponível em <http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 29 de Jan. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidades de conservação da Natureza – SNUC**. <Disponível em www.mma.gov.br>. Acesso em: 23 de Abr. 2011.

MONTEIRO, Benedicto. **Direito agrário e processo fundiário**. Rio de Janeiro: PLG Comunicação, 1980.

MORÁN, Emilio F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MOREIRA, Edma Silva. **Tradição em tempos de modernidade: reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA**. Belém: EDUFPA, 2004.

MORTE de assentados é investigada em Nova Ipixuna. <Disponível em <http://www.portalamazonia.com.br/secao/noticias/morte-de-assentados-e-investigada-em-nova-ipixuna>>. Acesso em: 02 de jun. 2011.

MOTTA MAUÉS, Maria Angélica. “A questão étnica: índios, brancos, negros e caboclos”. In: Pará. Secretaria de Estado de Educação. **Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais**. Belém: CEJUP, 1992.

MUNIZ, João de Palma. **Patrimônios dos conselhos municipais do estado do Pará**. Local 96, Boulevard Monteparnesse, 1904.

_____. **Índice Geral dos registros de terras**. Imprensa oficial do estado do Pará, 1909.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. Xingu, Bosquejo de Notas a partir de Porto de Moz. In: SOUZA, Cesar Martins; CARDOSO, Alírio (Org.) **Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (Séc. XVII – XXI)**. Belém: Ed UFPA, 2008.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 4. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

NUGENT, Stephen. “Utopias e Distopias na paisagem social Amazônica”. In: Adams, Cristina; Murrieta, Rui; Neves, Walter. **Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, R. C. de. **O Trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, 1996.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PARA Jatene foi arbitrariedade. **Diário do Pará**, Belém 11 de Novembro de 2004. Regional, b-11.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. **Notícia geral das comarcas de Gurupá e Macapá**. Tip. Do Diário do Gram-Pará, 1874.

PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás**, o ataque ao coração da Amazônia. 2. ed. São Paulo: Marco Zero, 1982.

PODER Garantido pelo Medo. **Amazônia**. <Disponível em: <http://www.amazonia.org.br>>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2011.

PONTES, Parsival. **O vento como herança**. Diário do Pará, Belém 14 de Fevereiro de 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 46ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio, 1996.

QUARENTA estão jurados de morte no interior do Pará. **Diário do Pará**, Belém 15 de Fevereiro de 2005. Cidades, a-6.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. **O Seringal e o seringueiro**. Nº5, serviço de informação agrícola. Ministério da agricultura, Rio de Janeiro: 1953.

_____. **Amazônia que os portugueses revelaram**. Belém, Secretaria do Estado de Cultura (SECULT), 1994.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RESERVAS criadas em áreas de conflito. **Diário do Pará**, Belém 10 de Novembro de 2004. Regional, b-9.

RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: AIRÃO FILHO, Daniel. **O século XX**: o tempo da dúvida. Rio de Janeiro: 2008.

ROCQUE, Carlos. **Depoimentos para a história política do Pará**. Belém: Mitograph, 1981.

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Caboclos na Amazônia**: A identidade na diferença. Mimeo. UFPE/2002.

SANTOS, Ione Vieira dos Santos; ROCHA, Carla Giovana Souza. **Uso comunitário dos recursos naturais**: uma estratégia de reprodução social das famílias ribeirinhas da comunidade São João do Cupari, Reserva Extrativista Verde para Sempre, Porto de Moz – Pará. <Disponível <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT7-991-822-20080510193750.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. de 2011.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz. 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCALABRIN, Rosemeri. SILVA, Ricardo Gilson da Costa. LIMA, Antônio Almerico Biondi (Org). **Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia**. Porto Velho: Edufro, 2002.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS. **Estatística Municipal de Porto de Moz/Pa.** <disponível em <http://www.sepof.pa.gov.br/>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

SEMBER, Nair Brito Gonzalez. “Relação entre Estado, ONG e Empresas Madeireiras na Amazônia”. In: COELHO, Maria Célia Nunes; MATHIS, Armin; CASTRO, Edna; HURTIENNE, Thomas (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de desenvolvimento regional.** Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENADO FEDERAL. **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL,** Brasília 05 Novembro de 2003. <Disponível em: <http://senadofederal.org.br>>. Acesso em: 03 de Maio de 2010.

SETOR florestal acusa IBAMA e Greenpeace de inviabilizar a atividade no Xingu. **O Liberal,** Belém 21 de Novembro de 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIMONIAN, Lúgia T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais Amazônicas. In: ARAGON-VACA, L. E. (Org.) **População e meio ambiente na pan-Amazônica.** Belém, UFPA/NAEA, 2007.

_____. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais Amazônicas. **Bol. do Mus. Para. Emilio Goeldi,** ser. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 117-134, maio-ago. 2005.

SOBREVIVENTES do massacre de eldorado do carajás + 17.04.1996. **17 de abril de 1996.** <Disponível em: <http://sobreviventesmassacre.blogspot.com>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2011.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Campesinato na Amazônia:** da subordinação à luta pelo poder. Belém, NAEA/UFPA, 2002.

SOUZA, Laura de Mello. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, César Martins; SERRA NETO, Itamar Zuqueto. De Migrantes Nordestinos a Seringueiros nos Xingu: História, Memória e Literatura em “A Batalha do Riozinho do Anfrísio”. In: SOUZA, Cesar Martins; CARDOSO, Alírio (Org.). **Histórias do Xingu:** fronteiras, espaços e territorialidades (Séc. XVII – XXI). Belém: Ed UFPA, 2008.

SOUZA JÚNIOR, José Alves. O Projeto Pombalino para a Amazônia e a “Doutrina do índio-cidadão”. In: ALVES FILHO, Armando, et. al. **Pontos de história da Amazônia.** 3 ed. Belém: Paka- Tatu, 2001.

SPIX, Joahnn Batist Von. MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. **Viagem pelo Brasil:** 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **MS 25284.** <Disponível em <http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2011.

THOMAS, Keit. **O homem e o mundo natural.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, E.P. **A Formação da classe operária inglesa II:** a maldição de Adão. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia:** natureza, homem e tempo. Coleção Retratos do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930: a dominação oculta**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

WEINSTEN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WOLF, Cristina Scheibe. E não desapareceram: A sobrevivência na floresta (1913-1945). In: **Mulheres da floresta: uma história – Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1999.